



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

Roberta Rowsy Amorim de Castro

Comunidades Tradicionais e Unidades de Conservação no Pará:

**A influência da criação da Reserva Extrativista Rio Xingu - Terra do Meio, nos modos
de vida das famílias locais**

Belém
2013

Roberta Rowsy Amorim de Castro

Comunidades Tradicionais e Unidades de Conservação no Pará:

A influência da criação da Reserva Extrativista Rio Xingu - Terra do Meio, nos modos de vida das famílias locais

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientadora: Prof^a Dr^a Myriam Cyntia Cesar de Oliveira.

**Belém
2013**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) –
Bibliotecária CRB 2/ 1382 Josefa Xavier de Paula**

Castro, Roberta Rowsy Amorim de

Comunidades tradicionais e unidades de conservação no Pará: A influência da criação da Reserva Extrativista Rio Xingu - Terra do Meio, nos modos de vida das famílias locais \ Roberta Rowsy Amorim de Castro: orientadora, Myriam Cyntia Cesar de Oliveira – 2013.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2013.

1. Reservas Extrativistas – Região Amazônica. 2. Plano de Manejo – Altamira (PA). 3. Comunidades Tradicionais - Terra do Meio (PA). I. Título.

CDD – 22.ed.: 333.72098115

Roberta Rowsy Amorim de Castro

Comunidades Tradicionais e Unidades de Conservação no Pará:

A influência da criação da Reserva Extrativista Rio Xingu - Terra do Meio, nos modos de vida das famílias locais

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Orientadora: Prof^a Dr^a Myriam Cyntia Cesar de Oliveira.

Data da aprovação. Belém – PA, 28 de maio de 2013.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Myriam Cyntia Cesar de Oliveira
(Orientadora)
UFPA/Núcleo de Ciências Agrárias e
Desenvolvimento Rural

Prof. Dr. Flávio Bezerra Barros (Membro
Titular)
UFPA/Núcleo de Ciências Agrárias e
Desenvolvimento Rural

Prof^a. Dr^a. Ariadne da Costa Peres Contente
(Membro Titular)
UFPA/Instituto de Ciências Biológicas

*A minha mãe, pai e irmãos, suporte de minha
vida, que perto ou distantes, sempre me
incentivaram.
Ao meu amor Ricardo, surpresa grata de Deus
em minha vida, pelo apoio, paciência e
carinho incondicionais.*

DEDICO

*As Comunidades Tradicionais do Xingu que
me mostraram a realidade de sua vivência nas
e das águas, florestas e terras de várias
nuances.*

OFEREÇO

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida, força e coragem, tiradas muitas vezes não sei de onde. Somente Ele me fez suportar as intempéries dessa caminhada.

Aos meus pais Reinaldo e Antonia, pelos conselhos, apoio incondicional e confiança em minha vitória. Em particular, pela forma singela que sempre me observaram nos momentos de redação do trabalho, visando promover um ambiente mais tranquilo e agradável para que eu pudesse fluir nas discussões.

Aos meus irmãos Rosiane e Rozvelton, pela força e apoio sempre.

A Ricardo Maia que, com seu amor, paciência e palavras motivadoras, me fortaleceu em momentos em que achava que não teria mais forças. Esses momentos serviram para que eu te admirasse ainda mais.

A Elciomar Oliveira, pela ajuda e ânimo, promovendo as rodadas de vídeos em momentos que precisava espairer.

A Universidade Federal do Pará e ao CNPq que me ofereceram aporte institucional e financeiro para realização deste trabalho.

A minha orientadora, professora Dr^a. Myriam Oliveira, pela compreensão e conselhos nos momentos de dificuldade. Isso sem falar nas contribuições sempre muito pertinentes e realistas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, que ao longo do curso, contribuíram para a minha formação profissional e pessoal.

Aos membros da banca do Projeto de Qualificação, professora Dr^a Ariadne Peres Contente e professor Dr. Flávio Barros pelas contribuições e indicações de literaturas para subsídio à pesquisa e construção do texto.

Aos colegas de turma do MAFDS que me proporcionaram momentos de alegria e risadas, além de muito aprendizado.

A Vera, gestora do ICMBio, pela sua generosidade ao me fornecer a Autorização escrita para pesquisa na RESEX e por me apresentar, previamente, a alguns ribeirinhos da região, facilitando a minha aproximação dos mesmos.

Aos profissionais do Instituto Socioambiental, Marcelo Salazar, Raquel Souza, Cristiano Tierno, Naldo Lima e Fabiola Andressa, que intermediaram e proporcionaram a minha primeira visita à RESEX.

A Toinha do Movimento de Mulheres de Altamira, que, por sua familiaridade com as famílias ribeirinhas, me ajudou a me aproximar das mesmas.

Ao Paulo Amorim do IFT que me cedeu um CD com diversas literaturas sobre a Terra do Meio e suas Unidades de Conservação.

Em especial, aos ribeirinhos da Reserva Extrativista Rio Xingu pelo apoio e paciência ao compartilharem e relatarem suas belas e expressivas histórias e pela receptividade admirável, com a qual me acolheram em suas casas.

Ao Sr. Altino, regatão, peixeiro, geleiro do Xingu, que me levou em seu barco para RESEX e me contou muitas histórias vividas durante os seus 30 anos de viagens nas águas.

Enfim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. Sintam-se todos homenageados e certos de minha gratidão.

RESUMO

A natureza, conforme visualizamos hoje, foi moldada através da ação humana. Entretanto, essa ação em alguns casos foi depredadora, tornando os recursos naturais escassos. Com o tempo esse modelo de exploração foi questionado, surgindo diversas propostas que preconizavam a preservação ambiental e ecológica, sendo muitas voltadas para região amazônica. Dentre diversas alternativas para viabilização da preservação socioambiental, surgiram as Reservas Extrativistas, fortemente alavancadas pelo Movimento dos Seringueiros, originário no Acre. Mesmo sendo uma alternativa à devastação do meio ambiente e da cultura das comunidades tradicionais residentes, as RESEXs, através das regras estabelecidas em seu Plano de Uso podem, em alguns casos, coibir ações corriqueiras de seus habitantes. Buscando analisar tão assertiva, a pesquisa teve como objetivo compreender as influências exercidas pela criação da RESEX Rio Xingu, Terra do Meio, Pará, sobre os modos de vida e as práticas sociais, de gestão e manejo de recursos naturais adotadas pelas famílias locais. A metodologia utilizada foi a imersão ao *locus* de pesquisa em duas visitas, compreendidas entre maio e agosto de 2012, onde através de roteiro pré-elaborado, foram entrevistadas 23 famílias moradoras da Unidade. Como métodos para alcançar o objetivo proposto, foram realizadas também conversas informais, observação participante e observação direta. Verificou-se que as comunidades tradicionais da região passaram por intensos processos históricos, muitos deles regados a conflitos ocasionados pela expropriação e coação sofridas pelos habitantes locais, o que corroborou para a criação da área protegida. Após a criação da RESEX que se deu de forma muito rápida, na tentativa de cessar a exploração dos recursos naturais por atores externos, as famílias se sentiram mais seguras em relação à permanência nas terras. No entanto, as regras instituídas no Plano de Manejo não foram apreendidas pelas mesmas, o que se justifica pela não participação nas reuniões (40%); falhas de comunicação, uma vez que a linguagem dos atores externos (gestores) não é compreendida (26%), a participação passiva dos moradores na escolha e determinação das regras e a existência de falhas nos critérios de escolha dos conselheiros, ambas relatadas em 17% das entrevistas. Mesmo demonstrando incompreensão sobre as normas estabelecidas, a maior parte das famílias entrevistadas (entre 65% e 78%) afirmou cumprir as regras. A afirmação das mesmas foi analisada como uma tentativa de manter seus modos de vida inalterados, uma vez que, mesmo expondo cumprir as normas, os moradores denunciam uns aos outros, o que permite deduzir que estes continuem a realizar as atividades conforme faziam antes da criação da RESEX, ficando alheios as normas estabelecidas. Além disso, como o entendimento das normas se deu de diferentes formas, isso

pode servir como justificativa para o não cumprimento. Constatou-se ainda que os modos de vida das famílias no que diz respeito a atividades praticadas não foi significativamente alterado. Entretanto, as relações sociais entre as comunidades foram abaladas pela imposição e os diferentes entendimentos sobre as regras, o que se legitima pela externalização e intensificação de brigas e fofocas entre os moradores.

PALAVRAS-CHAVE: Região amazônica. Reservas Extrativistas. Plano de Manejo. Comunidades Tradicionais. Terra do Meio.

ABSTRACT

Nature, as we see it today, has been shaped by human action. However, these actions in some cases have been destructive, making natural resources scarce. Over time, this exploration model has been questioned, emerging several proposals advocating for the ecological and environmental preservation, many of those, in the Amazon. Among several viable social and environmental alternatives, there were the Extractive Reserves, strongly defended by the Rubber Extracting Workers Movement, originally from the Brazilian state of *Acre*. Even as an alternative to the devastation of the environment and the local traditional culture, the Extractive Reserves, through the established rules in their Management Plan may, in some cases, unable some of the residents' actions. Seeking to analyze, as assertive as it may be, this study aims to understand the influences created by the establishment of the Extractive Reserve in the *Xingu* River, located in an area named *Terra do Meio* (in a free translation "Middle Land"), in the Brazilian state of *Pará*, the lifestyle and social practices, management of natural resources adopted by the local families. The methodology used was *locus* immersion research, divided into two visits, between May and August 2012, where through a pre-formulated script, twenty-three families, residents of the reserve, were interviewed. Concerning the methods used to achieve such goal, there were informal conversations, hands-on observation, and direct observation. It was learned that traditional communities have undergone intense historical processes, many of those shattered by conflicts created by land expropriation and harassment by the local population, which corroborated to the establishment of a protected area. After the establishment of the Extractive Reserve, which has happened rapidly, attempting to cease the extraction of natural resources by external actors, the families have felt safer regarding their permanent stay in the area. However, the rules established in the Management Plan have not entirely been seized by them, which is justified by their non-participation in meetings (40%), miscommunication, once external actors language (managers) is not understood (26%), the passive participation of residents when choosing some of the rules and the existing faults in criteria when voting for counselors, both reported in 17% of the interviews. Even demonstrating misunderstandings about the established rules, most interviewed families (between 65% and 78%) complied to follow the rules. Their statements have been analyzed as an alternative to safe keep their lifestyle; even though they are enforced to comply, some residents report one another, deducting that there has continue to carry out the activities as they did before the creation of RESEX, getting outside the established norms. Besides, as the understanding of the rules was done in different

ways, this may become their justification for non-compliance. It was learned that the families' lifestyle, regarding activities has not been significantly altered. However, social relations among communities have been shaken due to the enforcement and misunderstanding of the rules, which was legitimized by the increase and externalization of the arguments and gossiping among residents.

KEYWORDS: Amazon. Extractive Reserves. Management Plan. Traditional communities.
Terra do Meio.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de localização da Terra do Meio, no município de Altamira, Pará.....	25
Figura 2 - Mapa das Unidades de Conservação da Terra do Meio com ênfase nas delimitações territoriais da RESEX Rio Xingu.....	25
Gráfico 1 - Comparativo do universo amostral e entrevistas realizadas.....	30
Quadro 1 - Quantidade de famílias entrevistadas por comunidade.....	30
Figura 3 - Croqui de distribuição espacial das famílias entrevistadas residentes na RESEX Rio Xingu.....	31
Quadro 2 - Síntese do histórico de evolução das áreas protegidas no mundo e no Brasil.....	43
Figura 4 - Mapa da Terra do Meio com as áreas de influência dos eixos rodoviários formados pelas BR-163, BR-230 e BR-158 (entre São Félix e Tucumã).....	62
Figura 5 - Proposta inicial para criação do Mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio.....	65
Figura 6 - Proposta de polígono da Terra do Meio sobreposto às áreas prioritárias para conservação do MMA.....	66
Figura 7 - Proposta final das Delimitações das Unidades de Conservação do Mosaico da Terra do Meio.....	67
Figura 8 - Croqui de localização das comunidades e residências da RESEX Rio Xingu.....	71
Quadro 3 - Resumo das fases históricas e atividades praticadas pelos moradores da RESEX.....	77
Figura 9 - Mapa das áreas de uso de uma família da Comunidade Humaitá.....	83
Figura 10 - Mapa de uso dos recursos naturais elaborado por uma família da Comunidade Morro Grande.....	85
Figura 11 - Ribeirinho da Comunidade Pedra Preta tratando os peixes capturados para negociá-los com o regatão.....	87
Figura 12 - Menina ribeirinha da Comunidade Humaitá pescando.....	88
Figura 13 - Família ribeirinha da Comunidade Baliza mostrando uma seringueira explorada para extração do látex.....	92
Quadro 4 - Espécies de mamíferos, aves e quelônios mais apreciadas pelas famílias da RESEX.....	96
Quadro 5 - Espécies vegetais cultivadas nos quintais das famílias da RESEX Rio Xingu.....	97

Figura 14 - Roça de mandioca de uma família da Comunidade Baliza.....	101
Figura 15 - Processo realizado por uma família da Comunidade Morro Grande, onde a mandioca é colocada para pubar em canoa dentro do rio Xingu.....	102
Figura 16 - Prensa de fabricação artesanal utilizada pelas famílias da RESEX no processo de fabricação de farinha.....	103
Figura 17 - Momento de separação das camadas de mandioca na prensa com a utilização de palhas de coco babaçu. Processo realizado por família da Comunidade Morro do Costinha.....	103
Figura 18 - Menino da Comunidade Morro do Costinha participando do processo de produção da farinha durante a fase de torração.....	104
Gráfico 2 - Distribuição de atividades realizadas pelas comunidades tradicionais da RESEX.....	105
Figura 19 - Resumo do calendário agroextrativista adotado pelas comunidades tradicionais da RESEX.....	105
Figura 20 - Mapa de localização da área que CR Almeida alegava ser proprietária.....	111
Figura 21 - Morador da Comunidade Humaitá mostrando a camisa que recebeu da CR Almeida durante o processo de criação da RESEX.....	115
Gráfico 3 - Fatores que influenciam no entendimento das normas pelos ribeirinhos e nos conflitos internos entre os mesmos.....	129
Gráfico 4 - Comparativo das famílias que cumprem e não cumprem as principais regras estabelecidas no Plano de Manejo.....	136

LISTA DE SIGLAS

AMOMEX - Associação dos Moradores do Médio Xingu
APA - Área de Proteção Ambiental
CBD - Convenção sobre Diversidade Biológica
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CI - Conservation International
CNPT - Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais
CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente
CPNAP - Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas
CPT - Comissão Pastoral da Terra
ESEC - Estação Ecológica
FBCN - Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
FLONA - Floresta Nacional
FLOTA - Floresta Estadual
FUNATURA - Fundação Pró-Natureza
FVPP - Fundação Viver, Produzir e Preservar
GTA - Grupo de Trabalho Amazônico
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF - Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFT - Instituto Floresta Tropical
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
ISA - Instituto Socioambiental
MDTX - Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MPF - Ministério Público Federal
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONGs - Organizações Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
PARNA - Parque Nacional
PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PF - Polícia Federal

PIC - Projeto Integrado de Colonização

PIN - Plano de Integração Nacional

PNMA - Programa Nacional do Meio Ambiente

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PPG7 - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REBIO - Reserva Biológica

RESEX - Reserva Extrativista

SCA - Secretaria de Coordenação da Amazônia

SECTAM - Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente

SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente

SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

SUDHEVEA - Superintendência da Borracha

TI - Terra Indígena

UC - Unidade de Conservação

UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais

UIPN - União Internacional para a Proteção da Natureza

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNI - União Nacional das Nações Indígenas

WWF - World Wildlife Fund

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 OBJETIVOS	22
2.1 OBJETIVO GERAL	22
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	22
3 METODOLOGIA.....	23
3.1 PERCURSO DE DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	23
3.1.1 A RESEX Rio Xingu como locus de pesquisa	24
3.2 REVISÃO E PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	26
3.3 LEVANTAMENTO EMPÍRICO	26
3.3.1 Definição da Amostra.....	29
3.3.2 Sistematização e análise dos dados	32
4 ARCABUÇO TEÓRICO-CONCEITUAL.....	33
4.1 BASES EPISTEMOLÓGICAS QUE MOTIVARAM A CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS	33
4.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: A BUSCA PELA PROTEÇÃO DA NATUREZA ..	36
4.3 RESERVAS EXTRATIVISTAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: UM NOVO MODELO PARA AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	44
4.3.1 A busca pela resolução de conflitos e o surgimento das Reservas Extrativistas.....	44
4.3.2 O termo “populações tradicionais” e a apropriação dos conceitos no contexto amazônico	49
4.4 O CONTEXTO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO REGIONAL DA TRANSAMAZÔNICA E ALTAMIRA: POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA E DOMINAÇÃO DA NATUREZA.....	57
4.5 O CENÁRIO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA TERRA DO MEIO: CONTEXTUALIZANDO A RESERVA EXTRATIVISTA RIO XINGU	61
5 A RESEX RIO XINGU - DA SERINGA AO PEIXE GELADO: ANÁLISE HISTÓRICA E CONTEXTO ATUAL.....	70
5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DA RESEX.....	70
5.1.1 Comunidade Baliza	72
5.1.2 Comunidade Pedra Preta.....	72
5.1.3 Comunidade Morro Grande.....	72
5.1.4. Comunidade Morro do Félix	73
5.2 CARACTERIZAÇÃO DOS MODOS DE VIDA DAS COMUNIDADES LOCAIS.....	73
5.2.1 O histórico de ocupação e vivência dos moradores na RESEX.....	73
5.2.2 Saberes tradicionais, meios de subsistência, áreas de uso e recursos naturais	82
5.2.3 Caracterização das principais atividades de subsistência.....	86
5.2.3.1 Atividade Pesqueira.....	87
5.2.3.2 Extrativismo Vegetal e Animal.....	91
5.2.3.3 Agricultura de Subsistência	97
5.2.4 A vida ribeirinha e um povo que se autodefine “beiradeiro”	106
6 O PROCESSO DE CRIAÇÃO E O SURGIMENTO DA RESEX: E AGORA? QUE NORMAS SÃO ESSAS?	108

6.1 CONTRADIÇÕES EM MEIO À TRADIÇÃO: AMEAÇAS, CONFLITOS E MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM BUSCA DA PROTEÇÃO.....	108
6.2 APÓS A CRIAÇÃO – AS COMUNIDADES TRADICIONAIS E A BUSCA POR MELHORIAS E ACESSO À INFRAESTRUTURA	116
6.3 O PLANO DE MANEJO E O ENTENDIMENTO DAS NORMAS: AS REGRAS SÃO CUMPRIDAS?.....	121
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS	144
APÊNDICE A – PROPOSTA DE QUESTIONÁRIO PARA APLICAÇÃO EM CAMPO	153
APÊNDICE B - ROTEIRO PARA APLICAÇÃO EM CAMPO	157
ANEXO A – PÁGINA DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO QUE APROVA O PLANO DE MANEJO DA RESEX RIO XINGU	159
ANEXO B – PARTE 1 – AUTORIZAÇÃO DO SISBIO PARA PESQUISA NA RESEX RIO XINGU	160
ANEXO B – PARTE 2 - AUTORIZAÇÃO DO SISBIO PARA PESQUISA NA RESEX RIO XINGU	161
ANEXO C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NA RESEX RIO XINGU EMITIDO NO ESCRITÓRIO DO ICMBIO DE ALTAMIRA.....	162
ANEXO D – PLANO DE USO (P. 109-113), COMPONENTE DO PLANO DE MANEJO DA RESERVA EXTRATIVISTA RIO XINGU (2012).....	163

1 INTRODUÇÃO

As sociedades humanas sempre tiveram, em todas as épocas e formas de organização, especial atenção ao uso e ocupação da terra, uma vez que dela tiram seu sustento (MARÉS, 2003). A natureza, tal qual como a vemos hoje é fruto de constantes modificações humanas, decorrentes de contextos e gerações históricas diversas (MENDRAS, 1978). No modelo moderno de acumulação econômica, os homens julgaram ter um relativo controle sobre os recursos naturais, passando a explorá-los de forma depredadora, tornando-os cada vez mais escassos.

A partir dos anos 1990, na tentativa de minimizar as consequências oriundas desse modelo de desenvolvimento, emergiram, com maior destaque mundialmente, discussões sobre a questão ambiental, que tinham em sua pauta a conservação e a manutenção dos recursos remanescentes, bem como o uso mais consciente destes.

Esse novo foco dado para o tratamento de problemas relacionados à exploração dos recursos naturais também foi influenciado pelas críticas ao padrão de produção agrícola adotado pelas sociedades industriais, calçado sobre o modelo da Revolução Verde de uso de tecnologias modernas, que apesar de possibilitar um grande aumento na produção mundial de alimentos, teve efeitos negativos sobre o meio ambiente. Com isso, passaram a permear discussões com apelo às dimensões ecológica e ambiental, sendo foco de debates mundiais regiões cujas características estavam vinculadas ao desmatamento, às queimadas, à exploração da biodiversidade e dos recursos naturais e aos conflitos socioambientais, resultantes dessas ações.

Depois das Conferências de Estocolmo, em 1972 e do Rio, em 1992, com o surgimento de preocupações relativas à preservação do meio natural e a conservação dos recursos naturais para as futuras gerações, pouco a pouco, o viés ambiental foi ocupando espaço nos mais diversos setores da sociedade, inclusive nos industriais, econômicos e políticos, quase sempre atrelados ao termo “desenvolvimento sustentável”.

No Brasil, esses debates surgem tendo como um dos alvos principais a região amazônica, servindo para chamar atenção para os problemas sociais e ambientais e também como forma de questionar a eficiência econômica e social preconizada pelas políticas anteriores, em virtude dos danos ambientais ocasionados pelos modelos de uso dos solos (SCHWEICKARDT, 2003). Antes considerada um espaço a ser conquistado, dentro desse novo contexto a região passou a ser visualizada como uma grande reserva da biodiversidade, agora não somente do país, mas de toda a humanidade (SCHWEICKARDT, 2003; PORTO-

GONÇALVES, 2005). A Amazônia tornou-se alvo dos debates de cunho ambiental por possuir uma das maiores biodiversidades do planeta, que se revela não somente pela imensidão de sua fauna e flora, mas também pela sua diversidade sócio-cultural. Diante disso, os discursos passaram a se orientar pela busca da manutenção da biodiversidade, a contenção dos desmatamentos e a proteção das florestas, a diminuição das queimadas e a proteção das populações tradicionais.

Outro viés dos discursos ambientalistas para a Amazônia está atrelado à busca pela resolução de problemas ocasionados pelas constantes mudanças na Legislação que em muitos casos atribuiu uma visão que a natureza seria um empecilho para a produção, sendo preciso desmatar, queimar e modificar a natureza, para o alcance da produtividade e lucro almejado (LIMA et al., 2003).

Este pensamento é representativo do modelo de produção hegemônico mundial, baseado no acúmulo do capital, que ao longo do tempo apresentou-se contraditório, pois com o lucro e produção em maior escala, vieram também os riscos e os efeitos negativos para a sociedade. A humanidade se viu diante de catástrofes naturais e mudanças climáticas nunca antes vistas e, em escala menor, rios e igarapés tornaram-se assoreados, grandes porções de solo entraram em processo de erosão, queimadas, desmatamentos e retirada de matas ciliares tornaram-se mais frequentes, facilitando a ocorrência de diversos outros fenômenos que afetam diretamente o ambiente e a sociedade.

Como reflexo desses processos, com foco na preservação ambiental da Amazônia, foram consolidadas algumas estratégias, dentre elas a cooperação internacional com vistas a estimular o desenvolvimento sustentável, cujo interesse voltava-se à implantação de projetos e programas objetivando a preservação das áreas de florestas. Dentre as ações governamentais, foram estabelecidos o Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) (SCHWEICKARDT, 2003), tendo este último o objetivo de testar modelos que pudessem ser ajustados para um melhor gerenciamento econômico, social e ambiental, considerando e aperfeiçoando métodos e procedimentos intrínsecos das populações tradicionais através de um processo de co-gestão entre sociedade e governo (IBAMA, 2000; CONCEIÇÃO CUNHA, 2009).

A partir do PNMA e do PPG-7 o estabelecimento de áreas protegidas passou a ser considerado o novo foco das políticas traçadas para a Amazônia, proliferando na região a criação de Unidades de Conservação (UCs) e diversos projetos visando o desenvolvimento sustentável (SCHWEICKARDT, 2003). Em meio a várias outras áreas protegidas foram instituídas através do Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, as Reservas Extrativistas -

RESEXs, categoria esta que obteve êxito com a criação de diversas áreas em todo o país (CONCEIÇÃO CUNHA, 2009).

As RESExs são áreas utilizadas por populações tradicionais, cuja subsistência se baseia no extrativismo e, simultaneamente, na agricultura de subsistência e na criação de pequenos animais. Estas unidades foram criadas visando a proteção dos modos de vida e da cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais locais (BRASIL, 2000, Art. 18). Na Amazônia, a criação dessas áreas, além do objetivo de garantir às populações tradicionais a manutenção de seus modos de vida, objetivava também frear o processo intenso de avanço da fronteira sobre áreas ainda preservadas, e conseqüentemente, conter os desmatamentos na região.

No contexto amazônico, as RESExs surgem como uma alternativa ao desenvolvimento moldado pelas políticas anteriores¹ que preconizavam a adaptação da natureza para satisfação de demandas de mercados econômicos, procurando, desse modo, romper com a visão dicotômica entre sociedade e natureza, uma vez que a própria legislação brasileira que rege sobre as Unidades de Conservação passou a valorizar determinadas atividades humanas, deixando subentender que os seres humanos e a natureza podem manter relações mais integradoras, sendo geralmente as populações tradicionais residentes nestas áreas, promovedoras da conservação dos recursos naturais.

Tal discussão leva a refletir que embora as Unidades de Conservação de uso sustentável, principalmente as RESExs, tenham surgido há pouco tempo alavancadas, sob o ponto de vista analítico-conceitual, pelos debates de cunho socioambiental, elas fornecem subsídios para a reflexão sobre diversos cenários intrínsecos à sua criação. Neste sentido, Pinton e Aubertin (1997) destacam que as RESExs são um experimento social passível de riscos de desvios, uma vez que podem promover mudanças nas relações de nível fundiário, bem como, nas relações com os recursos naturais e modificações das relações econômicas e sociais, estabelecendo novas territorialidades e regras.

¹ Após 1964, o Estado brasileiro orientou-se para a formulação de políticas que estivessem diretamente relacionadas com a promoção do desenvolvimento e acumulação do capitalismo, a modernização das instituições econômico-financeiras e a industrialização. De acordo com Matias-Pereira (1997, p. 79), o processo decisório relacionado a formulação de políticas públicas envolvia diversos segmentos da elite empresarial, nacional e estrangeira, a alta tecnoburocracia estatal e, inclusive, alguns segmentos da sociedade cooptados. No que corresponde ao processo de desenvolvimento e ocupação da Amazônia, as decisões do Estado, colaboraram para o surgimento de políticas públicas, cujos critérios e normas eram desconhecidos pela maior parte da população, cuja direção estava para o atendimento de interesses e conveniências de grupos influentes, que por elas se beneficiavam.

Diante disso, analisa-se que, embora esta categoria corrobore, teoricamente, para a manutenção das populações e culturas tradicionais pode haver contradições, uma vez que, imbricadas no processo de criação, as populações residentes dessas áreas passam a viver sob regras de uma legislação específica, o que pode gerar certo grau de imposição aos seus modos de vida e ter consequências negativas no que diz respeito a manutenção social das mesmas, isto é, diante de normas escritas, que por muitas vezes podem ir de encontro aos costumes, tradições, práticas, relações sociais, etc., que historicamente faziam parte do cotidiano dessas populações, as mesmas podem ter reações aquém do que é esperado quando se cria uma UC, pois ao invés de proteger e estimular a manutenção das culturas tradicionais, efeito contrário pode ocorrer, trazendo mudanças biosocioculturais diversas, incluindo transformações ou desaparecimento de modos de vida.

Considerando tal assertiva, neste trabalho procurou-se analisar o cenário de criação da Reserva Extrativista Rio Xingu, Terra do Meio, Pará, sob o ponto de vista da inserção de sua população a regras estabelecidas para a área, a partir da elaboração do Plano de Manejo, formulado com coparticipação de moradores juntamente com representantes de instituições governamentais e ONGs. Diante disso, pergunta-se “Em que medida as normas estabelecidas pela RESEX Rio Xingu influenciam para mudanças nos modos de vida das famílias que residem na Reserva?”

Com base nessas considerações, visando fornecer subsídios para responder a esta questão, surgiu a seguinte hipótese: A criação da RESEX Rio Xingu levou as comunidades tradicionais locais, a partir do conhecimento e compreensão sobre a existência de regras, a promover mudanças de práticas em suas atividades cotidianas, pressionados pelas normas que condicionam as atividades em UCs de uso sustentável e receio de sofrer penalizações referentes a seus atos. No entanto, os conhecimentos tradicionais adquiridos ao longo de gerações influenciam na capacidade de adaptação das famílias, que conseguem se adequar às normas estabelecidas no Plano de Manejo da RESEX sem, porém, alterarem significativamente o seu modo de vida.

Desse modo, visando alcançar os objetivos propostos na pesquisa, o trabalho foi estruturado em seis capítulos. O primeiro trata-se dessa introdução somada aos objetivos geral e específicos pensados para o trabalho. No segundo capítulo é apresentado o percurso metodológico da pesquisa, bem como os desafios para o levantamento empírico.

No terceiro capítulo, procura-se apresentar as bases teóricas que subsidiaram o arcabouço analítico conceitual, ou seja, é esmiuçada a fundamentação teórica, através das análises das bases epistemológicas que influenciaram na criação das primeiras Unidades de

Conservação, contextualizando o histórico de evolução das discussões sobre esse tema nos cenários internacional e nacional. Além disso, procura-se aprofundar as discussões sobre Reservas Extrativistas e comunidades tradicionais no contexto amazônico e por fim, é apresentada a contextualização da Reserva Extrativista Rio Xingu e a problemática do estudo.

O quarto capítulo inicia as discussões dos resultados da pesquisa, no qual busca fazer a análise histórica da RESEX Rio Xingu, apresentando a caracterização das comunidades tradicionais locais e os diversos cenários que configuraram a região. Além disso, são descritas as principais atividades base para a subsistência local, bem como os saberes que as famílias têm que auxiliam na realização dessas atividades e na construção de seus modos de vida.

Já no quinto capítulo, são apresentadas as normas que vieram junto com a criação da RESEX e o entendimento que os moradores têm das regras estabelecidas. Diante disso, analisam-se as regulamentações imbuídas no processo de criação da RESEX e no Plano de Uso são cumpridas pelos moradores ou se os mesmos buscam artifícios para manter os seus modos de vida, realizando as atividades tais quais como faziam antes da instituição da Unidade de Conservação, isto é, analisa-se se os mesmos cumprem ou não as normas.

Por fim, na última parte, são apresentadas as conclusões da pesquisa, onde procura-se discutir a relação entre os resultados alcançados, os objetivos da pesquisa e a hipótese levantada.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Compreender quais as influências exercidas pela criação da RESEX Rio Xingu sobre os modos de vida e as práticas sociais, de gestão e manejo de recursos naturais adotadas pelas famílias locais.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar os modos de vida e as práticas desenvolvidas pelas famílias antes da criação da RESEX;
- Identificar e caracterizar que tipo de compreensão as famílias locais possuem sobre as regras da RESEX;
- Identificar de que forma as regras e normas legais estabelecidas para a RESEX são incorporadas nas práticas das famílias, caracterizando as principais mudanças adotadas pelas mesmas.

3 METODOLOGIA

3.1 PERCURSO DE DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

No processo de escolha da Reserva Extrativista Rio Xingu como *locus* de pesquisa foram considerados alguns fatores, como: distância/proximidade em relação à sede do município de Altamira; maior possibilidade de acesso a apoio logístico para deslocamento e a viabilidade financeira.

A partir da escolha, foram realizadas visitas em alguns órgãos governamentais e não governamentais que têm seus trabalhos, prioritariamente, voltados para Unidades de Conservação pertencentes à Altamira e municípios circunvizinhos. Desse modo, as sedes e escritórios locais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Socioambiental (ISA), Instituto Floresta Tropical (IFT) e Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) foram visitadas e algumas conversas com gestores e outros funcionários serviram para facilitar o deslocamento e entrada na RESEX, bem como a aproximação com os moradores.

No decorrer das visitas, a partir das conversas com representantes destas instituições foi possível a obtenção de apoio logístico para deslocamento para uma viagem inicial de reconhecimento da área, disponibilizado pelo ISA.

Além disso, o contato com as instituições citadas possibilitou o acesso a algumas literaturas importantes para o trabalho, como os Planos de Manejo das RESEXs do Rio Iriri e do Rio Xingu, este último publicado no Diário Oficial da União em 21 de maio de 2012 (Anexo A).

A partir de então, o passo seguinte foi solicitar a autorização para a entrada e pesquisa científica na UC junto ao ICMBio. A autorização foi solicitada por meio digital no *site* do SISBIO no mês de fevereiro de 2012, porém só foi aprovada no mês de agosto do mesmo ano (Anexo B), quando a pesquisa de campo já havia sido realizada. Desse modo, como já tinha obtido informações que os trâmites burocráticos para efetivação da autorização poderiam demorar, foi solicitado à então gestora da RESEX Rio Xingu, antes da primeira ida à campo, durante visita realizada no mês de maio de 2012 ao escritório local do ICMBio de Altamira, uma autorização por escrito (Anexo C), que foi fornecida cordialmente após a explicação do que se trataria a pesquisa e a metodologia que seria utilizada. Além da autorização, a mesma forneceu também uma lista com os nomes de todos os moradores da Reserva e informou que durante uma reunião ocorrida na RESEX com a presença dos moradores, a pesquisa havia

sido aprovada através do voto dos mesmos, o que permitiu a realização da pesquisa sem nenhum impeditivo.

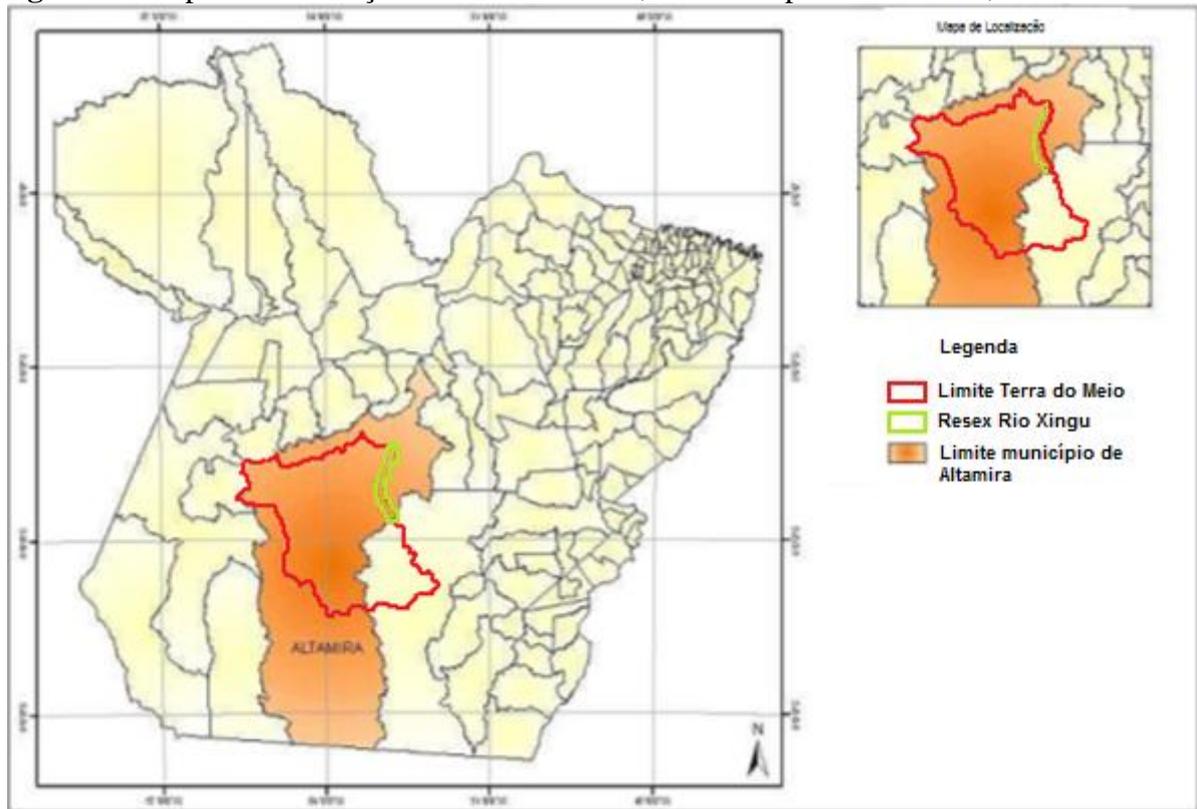
Durante as visitas ao ICMBio e ao ISA surgiu a oportunidade de conhecer alguns ribeirinhos da RESEX Rio Xingu que estavam na cidade para participarem de reuniões promovidas por essas instituições. Essa apresentação antecipada à visita de campo foi muito importante no processo de inserção no local, influenciando de forma positiva durante a realização da pesquisa, uma vez que já havia sido apresentada a alguns moradores.

3.1.1 A RESEX Rio Xingu como *locus* de pesquisa

A Reserva Extrativista Rio Xingu está localizada no município de Altamira, estado do Pará, fazendo parte do Mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio² (Figura 1), que representa uma barreira de contenção ao chamado arco do desmatamento da Amazônia, servindo também para conter a expansão da fronteira agrícola na região. A RESEX possui uma área de, aproximadamente, 303.841 hectares, limitando-se ao norte com a Estação Ecológica - ESEC da Terra do Meio, ao sul com o Parque Nacional - PARNA Serra do Pardo, a oeste novamente com a ESEC e o PARNA e a leste com as Terras Indígenas - TI Apyterewa e Araweté do Igarapé Ipixuna (Figura 2) (PLANO..., 2012).

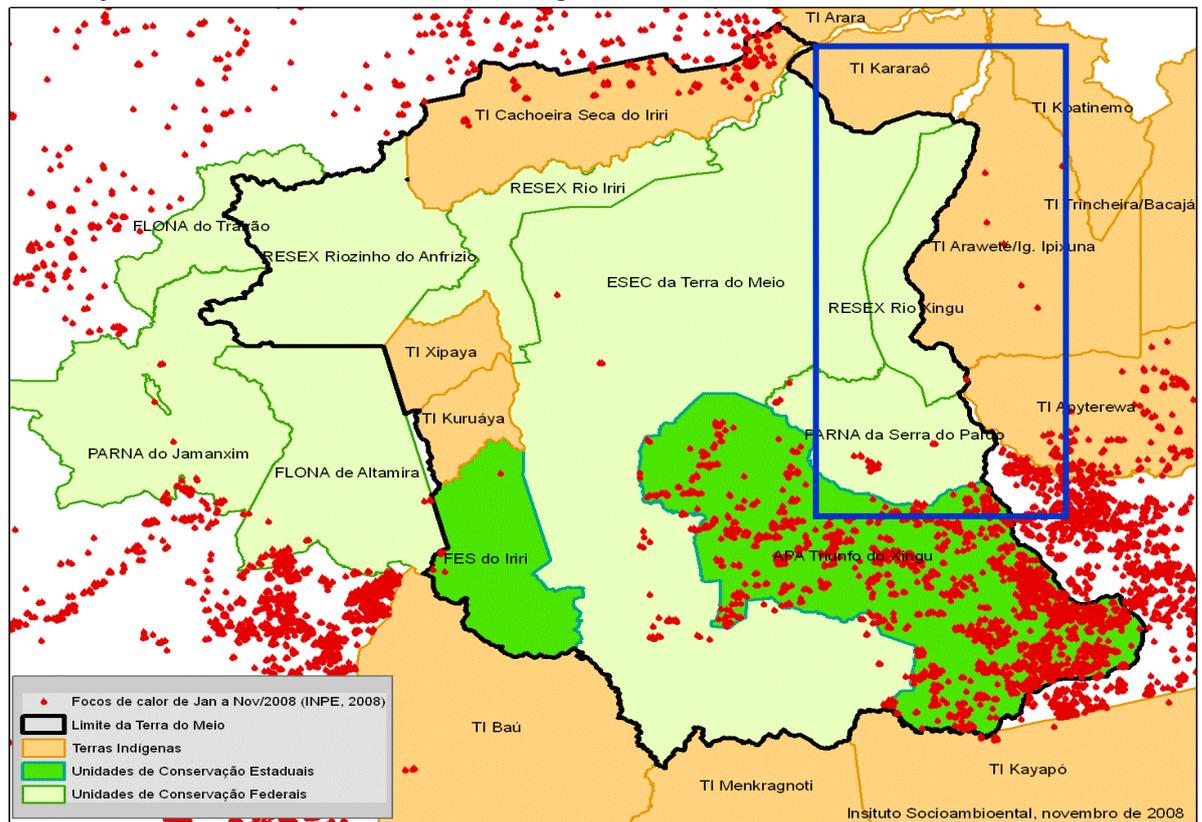
² A região que compreende a Terra do Meio é muito rica em biodiversidade e se constitui em um dos maiores mosaicos de áreas de conservação do mundo. Nessa região encontram-se muitas Unidades de Conservação Federais e Estaduais, como Terras Indígenas (TI), um Parque Nacional, uma Estação Ecológica (ESEC), uma Floresta Nacional (FLONA), uma Floresta Estadual (FLOTA), uma Área de Proteção Ambiental Estadual (APA) e duas [atualmente são três] Reservas Extrativistas (RESEXs) (VASCONCELOS; SIQUEIRA, 2008). A Terra do Meio é assim chamada por estar localizada no “meio” do estado do Pará na área de interflúvio dos rios Xingu e Tapajós.

Figura 1 - Mapa de localização da Terra do Meio, no município de Altamira, Pará.



Fonte: Plano de Manejo da RESEX Rio Xingu (2012, p. 21), adaptado pela autora.

Figura 2 - Mapa das Unidades de Conservação da Terra do Meio com ênfase nas delimitações territoriais da RESEX Rio Xingu.



Fonte: INPE (2008); Instituto Socioambiental (2008), adaptado pela autora.

De acordo com informações do Plano de Manejo existem 12 comunidades na RESEX Rio Xingu. São elas: Baliza, Pedra Preta, Monte Alegre, Carreira Comprida, Morro Grande, Forte Veneza, Ilha do Belo Horizonte, Humaitá, Bom Jardim, Morro do Juriti, Morro do Félix e Dico Preto. Atualmente, as mais povoadas são: Baliza, Pedra Preta, Morro Grande e Morro do Félix. Muitas dessas comunidades estão geograficamente distantes umas das outras, por exemplo, as comunidades Baliza e Morro do Félix localizam-se no extremo norte e no extremo sul da RESEX.

A partir de informações obtidas com os representantes das instituições e ONGs sondadas, verificou-se que a RESEX possui, aproximadamente, 56 famílias cadastradas como moradoras da área, embora algumas delas residam de fato na RESEX somente durante alguns meses do ano (férias e inverno amazônico).

Durante as visitas de campo constatou-se que residem na RESEX somente 44 famílias. No entanto, para controle do ICMBio, foram cadastradas também as famílias itinerantes para que estas possam adentrar e fazer uso da área sempre que quiserem, por serem formadas por pessoas que já residiram na região ou que são parentes próximos dos moradores atuais (por exemplo, filhos, netos, etc.).

3.2 REVISÃO E PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

As pesquisas realizadas dirigiram-se para assuntos relacionados ao histórico das UCs no contexto mundial e nacional; à questão ambiental que está imbricada na criação destas áreas; ao cenário das UCs no contexto amazônico, com maior foco nas RESEXs; e aos diversos cenários nos quais estão inseridas comunidades tradicionais. Sobre estas comunidades, alguns autores como Diegues foram essenciais para compreender o modo de vida e as características destas populações em um contexto mais amplo, e Witkoski e Castro foram fundamentais para essa compreensão no contexto amazônico.

3.3 LEVANTAMENTO EMPÍRICO

O levantamento empírico foi realizado durante duas visitas ao *locus* de pesquisa. Inicialmente, no período de 28 de maio a 02 de junho de 2012, foi realizada uma visita de

reconhecimento à RESEX onde foi testado/aplicado um questionário³ pré-elaborado (Apêndice A) com cinco famílias ribeirinhas, a fim de realizar uma sondagem inicial sobre a problemática. Durante a realização destas entrevistas, verificou-se que o questionário não se adequaria à realidade local por ser muito extenso. Desse modo, na segunda viagem a campo o mesmo foi substituído por um roteiro (Apêndice B).

A primeira visita à RESEX possibilitou o reconhecimento geográfico das comunidades, bem como o contato inicial com as famílias. Durante esta optou-se pela coleta de dados de forma interativa, ou seja, em um “processo de idas e voltas, nas diversas etapas da pesquisa e na *interação* com seus sujeitos” como destaca Chizzotti (2003, p. 89). Isto é, durante o deslocamento na área da RESEX, as famílias que estavam sendo visitadas pelos funcionários do ISA, foram aquelas em que, aproveitando a oportunidade, foram realizadas as entrevistas. No momento do retorno à Altamira, as mesmas famílias foram novamente visitadas e algumas dúvidas foram esclarecidas. Conversas informais também foram realizadas com os moradores locais, o que possibilitou a coleta de uma gama de informações que em alguns casos, durante as entrevistas, por receio ou por esquecimento, não foram repassadas.

Após pouco mais de um mês, foi realizada outra visita que durou 21 dias, no período compreendido entre 04 e 25 de agosto de 2012. Esta visita foi planejada juntamente com um barqueiro/regatão, antigo morador da RESEX que há, aproximadamente, 30 anos optou por trabalhar realizando o deslocamento de Altamira até a RESEX, levando gelo e mantimentos para a venda ou troca e da RESEX até Altamira, retornando com pescados para serem vendidos no mercado local.

A opção por viajar com um barqueiro deu-se em virtude do menor custo para o deslocamento, bem como, a oportunidade de conhecer melhor sobre a realidade local e sobre o deslocamento em um barco, que a maioria dos ribeirinhos utiliza. Esse deslocamento em alguns trechos foi complicado e perigoso devido às fortes corredeiras. No entanto, mesmo com os perigos eminentes, a viagem possibilitou um conhecimento prévio da área geográfica da RESEX, bem como de suas famílias, pois o mesmo se mostrou bastante prestativo e

³ Questionário trata-se de um conjunto de questões, formuladas de forma sistemática, visando levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com o objetivo de conhecer a opinião dos mesmos sobre os temas abordados na pesquisa. As questões levantadas devem ser pertinentes ao objetivo, de modo que possam ser compreendidas de forma clara pelos sujeitos. Além de serem objetivas, devem suscitar respostas igualmente objetivas, desviando de dúvidas, respostas vagas e ambiguidades (SEVERINO, 2007).

confeccionou um mapa mental/cognitivo⁴ da área da RESEX, destacando as comunidades e locais de moradias, o que possibilitou o conhecimento prévio das mesmas. Este mapa foi utilizado como fonte de localização e direção por diversas vezes durante os dias de campo.

Além disso, viajar e chegar à RESEX acompanhada de um “deles”, possibilitou um conhecimento amplo sobre a visão dele (regatão) sobre a sua realidade. Estar acompanhada por um “de dentro” diminuiu um possível estranhamento inicial que algumas famílias, por ventura, poderiam ter, e facilitou o acesso mais rápido às informações pretendidas.

No território da RESEX, o deslocamento até as casas das famílias foi feito nas embarcações dos próprios ribeirinhos, para os quais, em alguns casos, foi fornecido combustível para realização das viagens em pequenos trechos. Além disso, “caronas” com outros regatões foram muito úteis, pois além do acúmulo e registro de informações, ofereceram a possibilidade de contato com praticamente todas as famílias residentes na Unidade.

Durante ambas as visitas, em cada unidade familiar foram realizadas entrevistas⁵ com base no roteiro anteriormente mencionado, bem como, conversas informais, observação participante⁶ e observação direta⁷.

A observação participante permitiu o contato direto com os atores pesquisados, bem como com suas realidades. De acordo com Haguete (2005), esse método permite ao pesquisador estabelecer uma relação face a face com os entrevistados. A técnica foi utilizada visando uma maior aproximação com os moradores e para tanto as famílias foram acompanhadas em suas atividades cotidianas, como a lida com a roça, as viagens nas

⁴ Para Niemeyer (1994), os mapas mentais são produtos de mapeamentos cognitivos, possuindo diversas formas como desenhos ou lista de lugares de referência.

⁵ De acordo com Chizzotti (2003, p. 45), “entrevista é uma comunicação entre dois interlocutores, o pesquisador e o informante, com a finalidade de esclarecer uma questão”. A entrevista pode ser livre, onde o informante discursa sobre o assunto da forma como quiser; estruturada, onde o informante responde sobre questões específicas; ou semiestruturada, onde o discurso é livre e orientado por perguntas-chaves.

⁶ A observação participante consiste no estabelecimento de uma adequada participação do pesquisador dentro do ambiente e realidade dos grupos observados, de modo a minimizar a estranheza recíproca. Neste tipo de observação, o pesquisador é induzido a participar e compartilhar dos hábitos, papéis e cotidianos dos grupos pesquisados, objetivando estar em efetiva condição para observação de fatos, situações e comportamentos que não seriam realizados na presença de estranhos (MARTINS, 1996).

⁷ A observação direta ocorre por meio do contato direto entre o pesquisador e o fenômeno pesquisado, oportunizando a coleta de informações e ações dos atores em sua realidade, considerando suas perspectivas e pontos de vista. “A observação direta pode visar uma descrição “fina” dos componentes de uma situação: os sujeitos em seus aspectos pessoais e particulares, o local e suas circunstâncias, o tempo e suas variações, as ações e suas significações, os conflitos e a sintonia de relações interpessoais e sociais, e as atitudes e os comportamentos diante da realidade” (CHIZZOTTI, 2003, p. 90).

embarcações, o fabrico de farinha, reuniões comunitárias, além de mutirão para limpeza de uma área do entorno de uma das escolas.

A observação direta teve como pressupostos aqueles estabelecidos por Selltiz (1967, p. 233 apud Lakatos e Marconi 2007, p. 275), que destacam que a observação torna-se científica à medida em que “a) contém a um formulado plano de pesquisa; b) é planejada sistematicamente; c) é registrada metodicamente e está relacionada a proposições mais gerais, e d) está sujeita a verificações e controles sobre a validade e segurança”.

A observação, as entrevistas, a realização de caminhadas nas áreas das colocações⁸, bem como conversas com os ribeirinhos serviu para identificar a visão das famílias sobre a RESEX e suas normas e as mudanças que aconteceram depois da criação da mesma, que incluem as atividades produtivas, as práticas (sociais, ambientais, culturais, produtivas, etc.), o tamanho das áreas utilizadas para implantação dos plantios e para melhor compreender como ocorrem as práticas extrativistas (pesca, caça e coleta) peculiares às populações tradicionais. Em alguns casos, as famílias desenharam mapas mentais/cognitivos para melhor descrever seus territórios de uso.

Além disso, todas as informações da pesquisa foram registradas em um caderno de campo; as imagens foram armazenadas em câmera digital SAMSUNG 12.2 Mega Pixels. Todas as entrevistas foram gravadas com gravador SONY.

3.3.1 Definição da Amostra

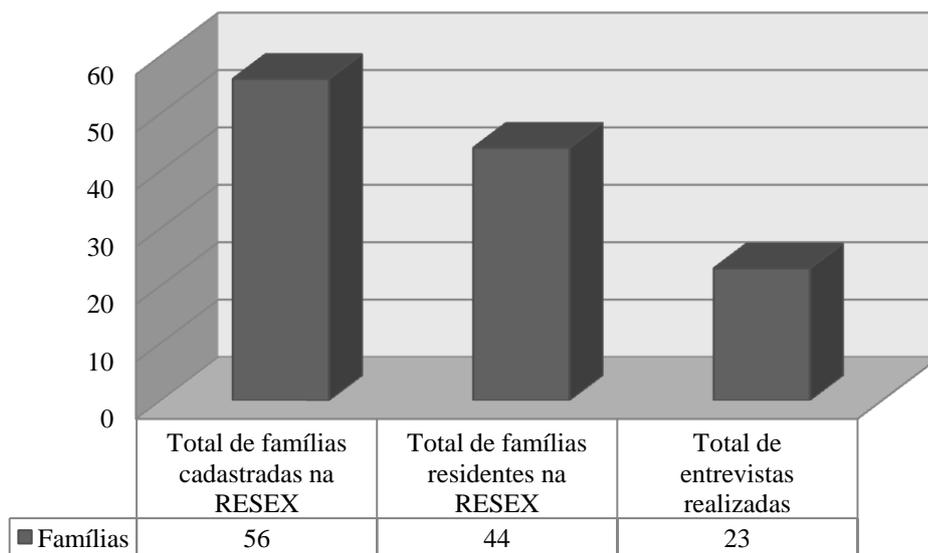
A amostra de entrevistados foi definida de acordo com os pressupostos do princípio da saturação teórica, metodologia da pesquisa qualitativa na qual se considera que se deve incluir na pesquisa a quantidade de sujeitos necessários até que ocorra a saturação, isto é, até que nenhuma categoria nova ou relevante apareça nos dados levantados (BARTALOTTI, et al., 2008).

⁸ “Colocação é a unidade de produção do seringueiro, formada pela dispersão natural e sinuosa das espécies vegetais” (RUEDA, 1995, p. 7). “Um seringal é formado por várias colocações, e cada uma destas, por sua vez, são compostas por uma humilde casa construída numa pequena clareira com produtos da floresta e adaptada à vida amazônica, e pelas estradas de seringa – trilhas que passam entre as cerca de 150 seringueiras de cada colocação” (OLIVEIRA FILHO, 2012, p. 1). Para Allegretti (1994, p. 25) o conceito de colocação é mais amplo, pois além da unidade de produção familiar formada pelas estradas de seringa, constitui também “áreas de caça, pesca, agricultura de subsistência e coleta de frutos”, onde “os recursos explorados, não necessariamente estão restritos, especialmente, à área exclusiva de uma colocação, podendo sobrepor-se às de outra, vizinha. Isso significa que rígidos limites de uso e propriedade, individuais, não correspondem à realidade dos seringais”. A incompatibilidade com sistemas de fronteiras também é compartilhada por Pinton e Aubertin (1997).

Para Minayo (1999 apud Bartalotti et al. 2008, p. 126), “o número adequado de sujeitos é aquele capaz de refletir a totalidade das dimensões do problema, e essa determinação se dá a partir dos critérios e categorias definidas pelo pesquisador”. A partir da realização das entrevistas, ao verificar que os depoimentos e observações não acrescentaram novos dados, a amostragem foi interrompida. Além disso, para a definição da amostragem considerou-se também a distribuição espacial das residências das famílias da RESEX, isto é, procurou-se realizar entrevistas com moradores de todas as comunidades.

Desse modo, durante a pesquisa foram realizadas 23 entrevistas, ou seja, foi entrevistado pelo menos um representante de 23 famílias, o que equivale a 52% das 44 famílias que residem na RESEX, conforme Gráfico 1:

Gráfico 1 - Comparativo do universo amostral e entrevistas realizadas.

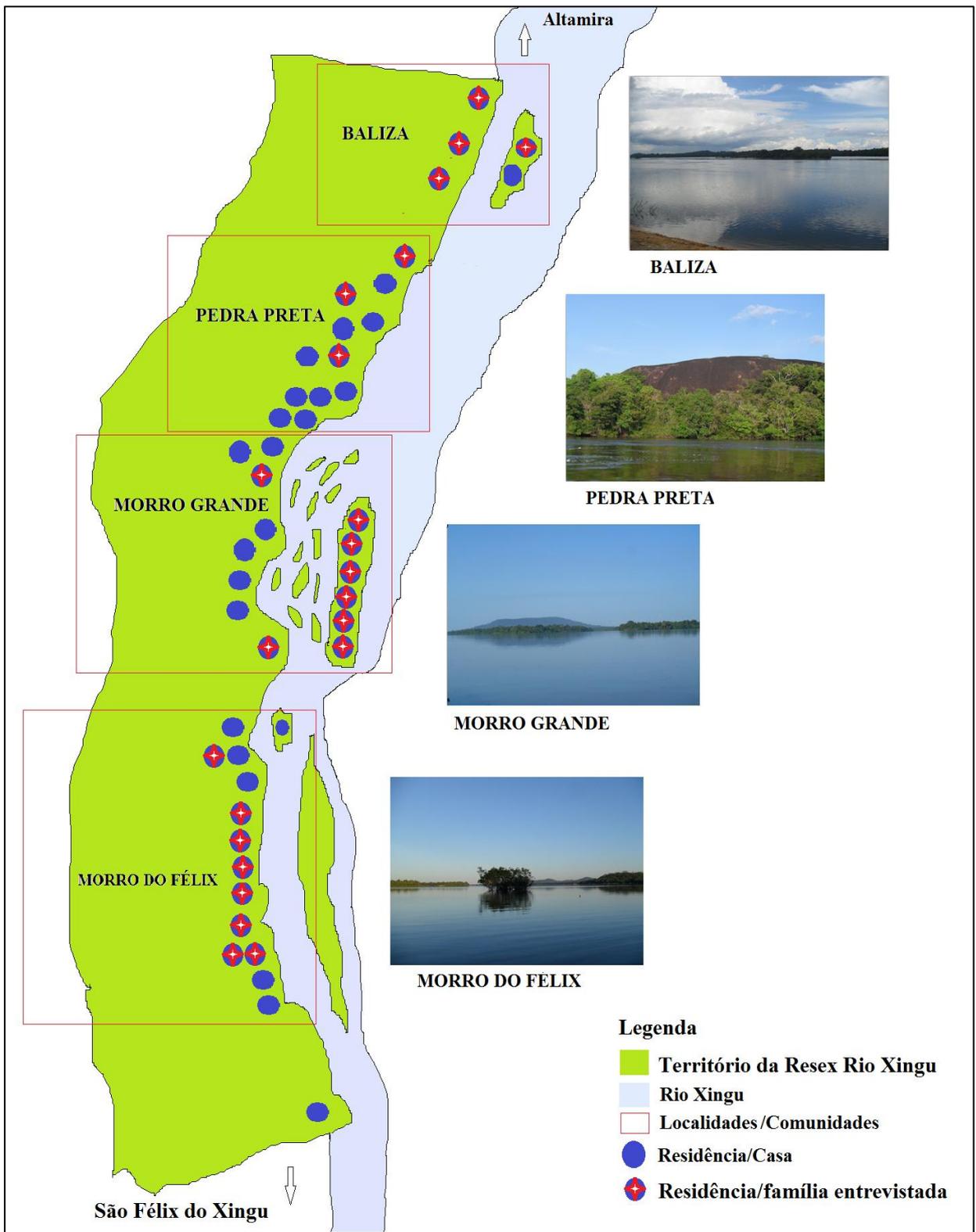


Considerando a distribuição espacial, as entrevistas ocorreram conforme pode ser visualizado no Quadro 1 e Figura 3.

Quadro 1 - Quantidade de famílias entrevistadas por comunidade.

COMUNIDADE	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS ENTREVISTADAS
Baliza	4
Pedra Preta	3
Morro Grande	8
Morro do Félix	8

Figura 3 - Croqui de distribuição espacial das famílias entrevistadas residentes na RESEX Rio Xingu.



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado pela autora.

A composição das famílias entrevistadas é de em média 5,5 membros, sendo estas formadas por esposo, esposa e cerca de quatro filhos em média, o que totaliza 139 pessoas. A maioria dos filhos é homem, cerca de 2,4 meninos/rapazes em média e as filhas são minoria, representando apenas 1,6 meninas/moças por casal. Nas entrevistas, em somente cerca de cinco residências, os casais foram entrevistados juntos.

3.3.2 Sistematização e análise dos dados

As informações foram coletadas por meio de entrevistas gravadas, que posteriormente passaram por processo de transcrição. Após as transcrições, em virtude do volume de textos gerados, as respostas obtidas passaram por um processo de seleção, no qual foram selecionados alguns trechos, os quais melhor responderiam aos objetivos geral e específicos traçados para a pesquisa.

Foi utilizado o Microsoft Excel 2010, onde de acordo com as perguntas do Roteiro, as respostas obtidas nas entrevistas foram contabilizadas e lançadas no programa para definição de percentagens e gráficos ilustrativos.

4 ARCABOUÇO TEÓRICO-CONCEITUAL

4.1 BASES EPISTEMOLÓGICAS QUE MOTIVARAM A CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

As primeiras áreas protegidas do mundo foram reflexos do pensamento preservacionista americano, embora as ideias preservacionistas tenham surgido muito antes na Europa, onde alguns países ainda no século XVIII valorizavam um conjunto de concepções que apreciavam o mundo natural domesticado e os campos de cultivos, sendo o homem considerado “o rei da criação e dos animais”. Apesar dessa valorização da natureza, atos praticados por povos orientais como o de não maltratar os animais tinham forte reprovação dos europeus que viam como ponto máximo da humanização a domesticação de animais (DIEGUES, 2001a).

Esse mesmo autor relata que esse caráter de desvalorização do mundo selvagem pelas sociedades urbanas começou a se modificar a partir do início do século XIX através da contribuição do avanço da História Natural e o respeito que os naturalistas tinham pelas áreas selvagens não transformadas pelo homem. Outro fator primordial para a revalorização da natureza está atrelado aos efeitos da Revolução Industrial, que tornou os ambientes urbanos (cidades) difíceis de viver, devido à grande poluição do ar causada pelas fábricas e indústrias. Nesse período a vida no campo passou a ser idealizada, principalmente, pelas classes sociais não diretamente atreladas à produção agrícola. O campo passou a ser visto como um lugar de contemplação da natureza selvagem, lugar de refúgio, reflexão e isolamento espiritual (VIANNA, 2008).

Nesse processo, outro papel essencial foi aquele desempenhado pelos escritores românticos da época, que procuravam o que restava de natureza selvagem, do imaginário, do paraíso perdido. Para Diegues (2001a) essas ideias dos românticos tiveram grande influência na criação de áreas protegidas no mundo, que inicialmente foram consideradas “ilhas” de grande beleza e valor estético que conduziam o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada.

No final do século XIX o capitalismo americano se consolidava, a urbanização era crescente e acelerada e cada vez mais novas áreas protegidas eram criadas à disposição das populações urbanas para fins recreativos. Neste cenário, formaram-se duas visões de

conservação do mundo natural, o preservacionismo e o conservacionismo, cujos maiores expoentes foram John Muir e Gifford Pinchot, respectivamente.

Para os preservacionistas o natural era aquilo que abstraía, ou seja, estava distante da presença humana e que permanecia conforme originalmente criado pela ação divina (BRITO, 2003). Dentro dessa perspectiva, qualquer intervenção humana na natureza era intrinsecamente negativa. Esta noção alicerçada nesse modelo de preservação embasou a dicotomia entre povos e áreas protegidas, que prevalece até os dias atuais nas UCs de Uso Integral (DIEGUES, 2001a).

Já os conservacionistas acreditavam ser possível a exploração dos recursos naturais de forma racional. Esse discurso serviu de base para o surgimento de enfoques como o ecodesenvolvimento e de discursos sobre desenvolvimento sustentável. Gifford Pinchot acreditava em um movimento de conservação dos recursos naturais alicerçado pelo seu uso racional, onde a conservação se baseava em três princípios: “1) desenvolvimento (o uso dos recursos pela geração presente); 2) prevenção do desperdício; e 3) o desenvolvimento dos recursos naturais para todos” (McCORMICK, 1992 apud BRITO, 2003; DIEGUES, 2001a). Portanto, o conservacionismo foi um dos primeiros movimentos teórico-práticos contra o “desenvolvimento a qualquer custo”.

Mesmo com o surgimento dessas correntes, ainda predominava até a primeira metade do século XX a ideia de que o homem não podia renunciar a exercer seu domínio sobre a natureza. No entanto, este pensamento começou a ser contestado, dando margem para o aparecimento, na segunda metade do século XX, de duas correntes ecológicas, uma reformista, que visava controlar as poluições da água e do ar mais graves, interferir nas práticas agrícolas mais degradantes das nações industrializadas e preservar zonas selvagens que resistiam às transformações promovidas pelo homem; e a revolucionária que visava uma metafísica, uma epistemologia e uma cosmologia novas, assim como uma nova ética ambiental da relação homem/planeta. Foi justamente dessa visão inédita de mundo que surgiu a *deep ecology* ou a ecologia profunda (FERRY, 2009).

Sobre a Ecologia Profunda, Ferry (2009) destaca que se trata do restabelecimento de certa justiça do homem para com a natureza. Assim, o homem deveria se tornar simbiote, ou seja, realizar a troca, devolvendo à natureza o que lhe tomou emprestado. Assim, o retorno à natureza significaria um contrato de reciprocidade e simbiose, onde a relação do homem com a natureza deixaria o domínio e a posse e passaria à ação admirativa e contemplativa.

Esse pensamento rompe totalmente com o modelo urbano-industrial desenvolvido pela sociedade moderna e por esse motivo foi e é vítima de fortes críticas, uma vez que, suas

premissas são consideradas radicais e implausíveis porque derrubam o modelo hegemônico baseado no capital, criando um novo modelo onde sociedade e natureza vivem em completa harmonia.

A partir de correntes como estas se desenvolveram as ideias de *wilderness* e de “natureza intocada”, que influenciaram em diversos movimentos de proteção animal e de criação de parques de proteção à natureza. A noção de *wilderness* (vida natural/ selvagem), atrelada à criação dos parques americanos condizia com grandes áreas não habitadas, o que reforça o distanciamento do homem e da natureza, onde o primeiro era visto como interventor do mundo natural, portanto, sua presença deduz que a natureza não seja selvagem ou intocada. Esta noção, aparentemente foi a que serviu de base para o surgimento de outras correntes, que foram essenciais para a criação dos primeiros parques americanos, com o *National Park Yellowstone*, cujo objetivo era a proteção e a contemplação.

Diante desse resgate histórico fica evidente que o discurso que separa os seres humanos da natureza e os coloca como dominadores não surgiu recentemente, e ainda não ficou obsoleto, pelo contrário, até os dias atuais existe uma série de conflitos que envolvem esse tema. Como relata Brito (2003), a disputa conceitual acerca dos objetivos de conservação da natureza, alavancada por Muir e Pinchot ainda permanece muito atual, pois essa ideia da dissociação sociedade-natureza continuou fazendo parte dos cenários que envolvem a criação de áreas protegidas em todo o mundo.

Mesmo após a incorporação de novos conceitos embasados na proteção aos recursos naturais, como a preservação da biodiversidade, a concepção romântica de natureza virgem, alheia a atuação antrópica, continua a ser reverenciada. Vários dos problemas e conflitos associados ao modelo de conservação baseado em áreas protegidas são decorrentes da concepção de uma natureza externa à sociedade, em que os processos naturais e culturais, natureza e sociedade, estão inextricavelmente ligados. Portanto, a superação da concepção do homem externo a natureza pode ter importância fundamental no desenvolvimento de estratégias de conservação mais adequadas às diversas realidades do planeta, em que a ação antrópica é sentida em maior ou menor escala (AZEVEDO, 2002).

Percebe-se que houve um amadurecimento acerca da importância da criação de áreas protegidas no mundo, o que se refletiu no surgimento de novas categorias de unidades de conservação, que avançaram a partir do momento que incorporaram em suas definições a existência de vida humana dentro dessas áreas, levando em consideração que o homem pode se relacionar com os recursos naturais de forma menos intensa e destruidora.

4.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: A BUSCA PELA PROTEÇÃO DA NATUREZA

Os primeiros registros de áreas naturais protegidas datam das antigas civilizações do Oriente Médio, como os assírios e os persas, que estabeleciam reservas territoriais para a caça e o lazer, entre 700 e 350 anos a.C.. Na Idade Média, reis eram responsáveis por parques naturais, cuja entrada de caçadores não era permitida, e caso estes desobedecessem e adentrassem as áreas eram condenados a morte (RUNTE, 1979; FERREIRA, 2005; MORSELLO, 2008). No Peru, a antiga civilização Inca impôs limites sazonais e físicos à caça de algumas espécies e na Índia foram estabelecidas áreas protegidas há mais de um século (WEST, 1992 apud MORSELLO, 2008). Na Rússia e na Índia essas áreas são santuários ou florestas sagradas vinculadas à importância religiosa e, por seu valor sagrado, há quatro a.C. foi proibida qualquer atividade e/ou uso no interior das mesmas (FERREIRA, 2005).

Apesar desses registros, na literatura, quando pesquisa-se sobre unidades de conservação, o primeiro relato quase sempre está atrelado ao Parque Nacional de *Yellowstone*, criado nos Estados Unidos, em 1872 (BRITO, 2003; FERREIRA, 2005; MORSELLO, 2008; MUNGAI, 2008; VIANNA, 2008). Já no Brasil, a primeira tentativa de criação de unidades de conservação data de 1876, com as ideias precursoras do brasileiro André Rebouças que, inspirado pela criação de *Yellowstone*, propôs a criação dos Parques Nacionais de Sete Quedas e da Ilha do Bananal. No entanto, suas ideias não foram aceitas e somente em 1937 foi criado o primeiro parque protegido do país, o Parque Nacional de Itatiaia⁹, no Rio de Janeiro (BRITO, 2003; FERREIRA, 2005; MUNGAI, 2008).

Morsello (2008) ressalta que nos Estados Unidos, os parques nacionais promoveram o surgimento de uma motivação ligada à busca por uma identidade nacional, pela valorização de seus monumentos e belezas naturais. Assim como no modelo americano, os primeiros parques brasileiros¹⁰ foram criados visando resguardar o patrimônio estético e científico do país. De acordo com Ferreira (2005), a diferença entre os parques nacionais brasileiros e o parque americano era a localização, pois no Brasil, inicialmente, estas áreas foram

⁹ Três anos antes da criação do Parque Nacional de Itatiaia havia sido criado no Brasil o Código Florestal (1934) que conceituava Parques Nacionais, Florestas Protetoras e Áreas de Preservação de Propriedades Privadas (BRITO, 2003). O Código Florestal previu a criação do Sistema de Parques Nacionais, resultado das pressões sofridas pelo governo para cumprir as medidas conservacionistas recém-aprovadas no Código durante a I Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, ocorrida no Rio de Janeiro, também em 1934 (MUNGAI, 2008).

¹⁰ Scalco (2009) destaca que a criação dessas áreas no Brasil, inicialmente visava o desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer. Além disso, eram evocados como símbolos da identidade nacional, com o objetivo de divulgar o país no exterior. Camargos (2006 apud SCALCO, 2009) enfatiza que estes objetivos refletiam uma visão utilitarista de conservação, uma vez que era reconhecida a possibilidade de interferência humana para promover o maior embelezamento local, através da criação de jardins e florestas homogêneas.

estabelecidas próximo aos centros urbanos enquanto que nos Estados Unidos, se localizavam em áreas remotas do país.

A partir do Parque de *Yellowstone* começaram a surgir as primeiras definições de unidades de conservação, ou melhor, de parques, uma vez que estas primeiras áreas protegidas recebiam a nomenclatura de “parque” e intrínseco a este conceito estava a noção de bem público de apreciação e usufruto popular, pelas suas belezas cênicas e monumentais (BRITO, 2003; MORSELLO, 2008). Com o passar do tempo essa noção foi evoluindo em virtude das novas percepções sobre o ambiente. Um novo conceito de área protegida foi sendo criado, incorporando preocupações não somente com a preservação das belezas naturais, como também com a vida selvagem e a manutenção da biodiversidade. O papel das áreas protegidas passou a ser o de conservar a biodiversidade e os bancos genéticos, servindo como laboratórios para pesquisas biológicas (BRITO, 2003; MUNGAI, 2008).

Sobre a alteração no conceito de áreas protegidas, Morsello (2008) acredita que a razão principal das mudanças dos objetivos dos parques estaria ligada a ampliação do desenvolvimento econômico mundial e a conseqüente transformação e destruição do ambiente. A partir dessa nova concepção, em que o papel principal dessas áreas seria preservar e servir como laboratórios de pesquisa, as áreas naturais protegidas passaram a cumprir o papel de “antíteses do desenvolvimento”, como reforça Brito (2003, p. 22), uma vez que, não estavam a serviço do capital, isto é, seus recursos não poderiam ser explorados para geração financeira das nações.

Com o passar do tempo diversas áreas protegidas foram sendo estabelecidas em todo o mundo e a terminologia de parque, antes utilizada para definir estas áreas, comportava uma diversidade de significados em cada país, e não mais contemplava todas as categorias de áreas protegidas que surgiam. Mungai (2008) destaca que a existência de diversos conceitos foi considerado um problema, pois dificultava o encorajamento de estratégias de planejamento e possíveis acordos internacionais de proteção à natureza.

Em 1933, na tentativa de unificar conceitos e práticas em áreas protegidas, foi realizada em Londres, a Convenção para a Preservação da Flora e Fauna em seu Estado Natural (BRITO, 2003; MORSELLO, 2008; MUNGAI, 2008). Para Mungai (2008), a Convenção tinha como objetivo a regulamentação da preservação da fauna e da flora em determinadas partes do mundo, especialmente a África, através do estabelecimento de parques e reservas naturais e da regulamentação da caça e da coleta de espécies.

Essa Convenção definiu como parques nacionais áreas que fossem controladas pelo poder público, cujos limites não poderiam ser alterados, sendo estabelecidas para propagação,

proteção e preservação da fauna silvestre e da vegetação nativa para a manutenção estética e arqueológica e outros interesses científicos e para a apreciação popular (BRITO, 2003; MUNGAI, 2008). Percebe-se, através dos objetivos e resultados dessa Convenção, que não havia uma mínima preocupação com a existência de pessoas nessas áreas, isto é, havia uma invisibilidade das populações que habitavam estes parques, o que se refletiu no próprio conceito estabelecido para essa área.

Sete anos depois, em 1940, foi realizada a Conferência para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, conhecida também como “Convenção Pan-americana” ou “Convenção de Washington”. Nessa Conferência, diversos países que estavam representados se comprometeram a estabelecer esforços para implementar novas áreas protegidas em seus territórios, e unificar os conceitos e objetivos dessas áreas (AMEND; AMEND, 1992, 1995 apud BRITO, 2003; MORSELLO, 2008). Cinco anos mais tarde é fundada a Organização das Nações Unidas (ONU), com objetivo principal de promover a cooperação entre as nações, e, no caso da questão ambiental, com o propósito de fomentar e organizar congressos internacionais sobre o meio ambiente no mundo (FERREIRA, 2005).

Com o objetivo de estimular essa cooperação internacional no campo da conservação da natureza, foi criada em 1948¹¹ a União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN), que mais tarde, no ano de 1965, alterou seu nome para União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN)¹², que englobava agências governamentais e não governamentais (BRITO, 2003; MORSELLO, 2008; MUNGAI, 2008).

Scalco (2009) reforça que foi a partir da criação da UICN que ocorreu um maior fortalecimento mundial dos movimentos que reivindicavam a criação de áreas protegidas, o que foi importante para alavancar a realização de diversos eventos internacionais sobre o tema. A UICN era composta por várias instâncias, dentre elas a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (CPNAP), que tinha como responsabilidade inventariar,

¹¹ Neste mesmo ano de 1948 foi aprovado pelo Congresso Nacional Brasileiro as disposições da Convenção da Flora, Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos países da América, ocorrida em Washington, em 1940. Como resultado, no país foram estabelecidas novas categorias de unidades de conservação que não diferiam muito conceitualmente das que já existiam, foram elas: Parque Nacional, Reserva Nacional, Monumento Natural e Reserva de Região Virgem (WWF, 1994 apud BRITO, 2003).

¹² Em inglês a sigla é IUCN, devido a nomenclatura “International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources” (MUNGAI, 2008).

monitorar e orientar o manejo dessas áreas no mundo. Além disso, por intermédio da UICN, em 1962 foi realizada a I Conferência Mundial sobre Parques Nacionais¹³.

Amend (1991) apud Brito (2003) aponta que um dos resultados mais importantes dessa Conferência foi a incorporação de exceções no que dizia respeito à presença humana em áreas protegidas. Foi assegurado às populações residentes nestas áreas os direitos de habitação e de práticas relacionadas à agricultura e à pecuária, caso fosse comprovado que estas já residiam na área antes de sua criação. No entanto, estas populações ficavam comprometidas com a manutenção da preservação dos recursos naturais da Unidade. Desse modo, estas atividades passaram a ser permitidas em pequenas áreas dos parques, devendo à longo prazo ser finalizadas, por meio da desapropriação e da transferência da população para outras áreas.

No Brasil, concomitante a este período, algumas evoluções foram acontecendo, como por exemplo, a criação de um Novo Código Florestal, em 1965. No que tange às Unidades de Conservação, o Código previa uma divisão conceitual entre as unidades que permitiam exploração dos recursos naturais e as áreas que não permitiam. Surgiram conceitualmente as áreas não restritivas ou de uso direto: florestas nacionais, florestas protetoras, florestas remanescentes, reservas florestais e parques de caça florestais. E as áreas restritivas ou de uso indireto: parques nacionais e reservas biológicas (BRITO, 2003).

Dois anos mais tarde foi criado o Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal, hoje Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF), uma autarquia descentralizada do Ministério da Agricultura, responsável pelo estabelecimento e administração das Unidades de Conservação (BRITO, 2003; FERREIRA, 2005; CARDOSO, 2008), bem como por orientar, coordenar e executar medidas necessárias à utilização racional dos recursos naturais e promover o desenvolvimento florestal do país (BRITO, 2003).

Em 1968, foi realizada em Paris a Conferência da Biosfera, que teve como objetivo convencer as nações menos desenvolvidas da necessidade de conservação da biosfera, que foi definida como a parte do planeta onde existe vida (litosfera, hidrosfera e atmosfera). Em 1972 ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, conhecida também como Conferência de Estocolmo. Essa Conferência teve como legado a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), inserindo de vez o debate sobre o meio ambiente no cenário mundial (BRITO, 2003; FERREIRA, 2005; MUNGAI, 2008). No Brasil,

¹³ Após essa Conferência, a UICN passou a adotar a periodicidade de dez anos, organizando a cada década Conferências Mundiais de Parques Nacionais e Áreas Protegidas. Foram realizadas desde lá, mais quatro Conferências: Banff, no Canadá em 1972; Bali, na Indonésia em 1982; Caracas, na Venezuela em 1992; e em Johannesburgo, na África do Sul em 2002.

em 1973, a Conferência refletiu na criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior, através do Decreto nº 73.030. No âmbito das UCs, a SEMA estabeleceu diversas Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, que tinham propósitos semelhantes àqueles propostos para as Reservas de Biosfera.

Paralelamente aos eventos da UICN ocorreram diversas outras ações que buscavam consolidar a existência humana em unidades de conservação, dentre estas destaca-se o Programa *Man and Biosphere*, lançado nos anos 1970 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), resultante das discussões estabelecidas em 1968, na Conferência da Biosfera (MUNGAI, 2008). Esse programa visava encorajar o desenvolvimento com equilíbrio, na busca pela otimização da relação sociedade-natureza. É através desse programa que começa a ser admitido socialmente que existe ocupação humana no interior das áreas protegidas, o que se reflete na instalação das reservas de biosfera, que foram áreas criadas visando o desenvolvimento a partir da ação humana em áreas protegidas.

No âmbito nacional, em 1979, o IBDF juntamente com a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) propuseram a criação do Plano do Sistema de Unidade de Conservação para o Brasil, se baseando no documento preliminar da Comissão de Parques e Áreas Protegidas da UICN, no qual foram definidos objetivos, critérios e categorias para áreas protegidas (BRITO, 2003; MUNGAI, 2008; SCALCO, 2009).

Concomitantemente a este período foram criados nos governos Médici e Geisel o I Plano Nacional de Desenvolvimento e o II Plano Nacional de Desenvolvimento¹⁴, respectivamente. Estes Planos previam medidas concretas em favor da proteção ambiental no país. No governo do general Médici foram criados Parques Nacionais, Reservas Biológicas e foram identificadas áreas potenciais para a criação de novas UCs. A segunda etapa deste Plano, proposta por Geisel priorizava atingir o desenvolvimento sem a deterioração da qualidade de vida, isto é, sem devastar o patrimônio nacional. Foram estabelecidas como metas a criação de parques nacionais e reservas biológicas, a execução de estudos e pesquisas

¹⁴ A primeira etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação para o Brasil visava atender as diretrizes estabelecidas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), propondo medidas concretas para criação de novos parques e reservas biológicas na Amazônia. Em 1982 foi proposta a segunda etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação para o Brasil, objetivando definir novos critérios técnico-científicos para a implementação de novas UCs e criar novas categorias de manejo, estendendo os estudos para todo o território nacional. Em 1981 foram estabelecidas a Lei Nº 6.931, que criou a Política Nacional de Meio Ambiente, e a Lei Nº 6.938, que estabeleceu o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), que articulava diversas instituições, entidades, regras e práticas da União, Estados e Municípios, visando a proteção e melhoria da qualidade ambiental, sob a direção do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) (BRITO, 2003; MUNGAI, 2008).

para a elaboração do Plano do Sistema de Parques Nacionais e os planos de manejo para parques e reservas (CARDOSO, 2008).

Mas, foi somente em 1982, em Bali, na III Conferência Mundial de Parques que surgiram preocupações mais efetivas sobre a existência de comunidades humanas em áreas protegidas (BRITO, 2003). Diegues (2001a) ressalta que nesta conferência foram reconhecidos os conflitos gerados pela expulsão de populações tradicionais dessas áreas, bem como, os direitos dessas populações, inclusive, no que diz respeito a recomendações para o manejo dessas áreas.

Em 1988 foi estabelecida a Constituição Federal Brasileira que apontou alguns avanços no que diz respeito às questões ambientais brasileiras, trazendo um capítulo inteiro dedicado ao meio ambiente. A Constituição previu como dever do Poder Público a criação de áreas protegidas em todo o território do país (SCALCO, 2009). Neste mesmo ano, o IBDF solicitou junto à Fundação Pró-Natureza (FUNATURA) a elaboração de um anteprojeto de Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O anteprojeto foi aprovado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e encaminhado ao Congresso Nacional para ser votado como Projeto de Lei (BRITO, 2003; SCALCO, 2009).

Nesse período surgiu o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), criado em 1989 por meio da Lei Nº 7.735, visando unificar a gestão das políticas ambientais brasileiras, principalmente em relação a administração das UCs. Esse Instituto foi criado a partir da fusão do IBDF, da SEMA (que dividiam as responsabilidades sob a criação e gestão de UCs no país), e também da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e da Superintendência da Borracha (SUDHEVEA) (BRITO, 2003; FERREIRA, 2005; CARDOSO, 2008). Com base no anteprojeto que visava a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)¹⁵, em 1992, o Congresso Nacional aprovou o projeto Lei Nº 2.892, que dispõe sobre os Objetivos Nacionais de Conservação da Natureza, criando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que estabelecia a existência de dez categorias de manejo, reunidas em três grupos: unidades de proteção integral, unidades de manejo provisório e unidades de manejo sustentável (BRITO, 2003).

¹⁵ Scalco (2009) ressalta que após a criação do SNUC houve duas propostas substitutivas a este projeto. A primeira proposta data de 1994 e propunha mudanças significativas no que diz respeito as populações tradicionais. Essa proposta gerou muita polêmica, pois o projeto inicial apresentado ao Congresso tinha caráter fortemente preservacionista e mundialmente já estavam sendo discutidas mudanças de paradigmas dando maior relevância as concepções conservacionistas e socioambientalistas. No ano seguinte, um novo substitutivo foi apresentado e após uma série de reuniões, audiências públicas, versões e modificações, em 2000, o projeto foi aprovado no Congresso Nacional. Dessa forma, foi instituído através da Lei Nº 9.985/2000 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRITO, 2003; SCALCO, 2009).

Depois de algumas mudanças no SNUC, as UCs foram divididas em dois grupos com características específicas, são eles: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. As categorias que compõem o Grupo das Unidades de Proteção Integral são: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Nacional e Refúgio da Vida Silvestre (BRASIL, 2000, Art. 8). As que compõem o grupo das Unidades de Uso Sustentável são: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000, Art. 14). As Unidades de Proteção Integral são aquelas cujo objetivo é a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, e as Unidades de Uso Sustentável objetivam combinar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais (BRASIL, 2000, Art.7).

Outro evento importante que marcou a evolução de diversos conceitos relacionados ao meio ambiente, bem como a relação deste com os seres humanos em prol do desenvolvimento foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), que contribuiu bastante para o fortalecimento dos movimentos ambientalistas em todo o mundo, bem como do conceito de desenvolvimento sustentável. Ao final do evento, alguns acordos, convenções e documentos foram firmados, dentre eles destacam-se: a Convenção sobre Mudanças Climáticas; a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB); a Agenda 21 e a Declaração sobre as Florestas (BRITO, 2003; MUNGAI, 2008; SCALCO, 2009).

Acompanhando os avanços das discussões sobre Unidades de Conservação, foi criado em 2007, como autarquia do SISNAMA, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que passou a atuar exclusivamente na gestão das unidades de conservação brasileiras. Dentre as atribuições do ICMBio se encontram a proteção do patrimônio nacional, a promoção da conservação da biodiversidade, inclusive através das UCs de proteção integral e de uso sustentável, sendo que nestas últimas deve atuar contribuindo para o respeito às práticas e conhecimentos das comunidades tradicionais, promovendo o desenvolvimento socioambiental (FUTADA, 2011).

Ainda no âmbito das Unidades de Conservação foi realizada, em 1997, a Conferência denominada “Áreas Protegidas da UICN do Século XXI; de Ilhas a Redes”. De acordo com Mungai (2008) esse congresso tinha o objetivo de identificar os principais desafios a serem enfrentados pelas UCs neste século. Dentre os diversos desafios apontados, recebeu destaque a relevância da incorporação de comunidades locais no manejo dessas áreas, bem como, a

necessidade de se promover padrões de gestão e capacitação dos gestores dessas áreas. O resumo do histórico aqui apresentado pode ser visualizado no Quadro 2:

Quadro 2 - Síntese do histórico de evolução das áreas protegidas no mundo e no Brasil.

ANO	ACONTECIMENTO/EVENTO	ANO	ACONTECIMENTO/EVENTO
1872	Criação do Parque Nacional de Yellowstone (EUA)	1972	Realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo)
1937	Criação do Parque Nacional do Itatiaia (Brasil) (Valorização das belezas naturais, resguardo do patrimônio estético e científico)	1972	Criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)
1933	Realização da Convenção para a Preservação da Flora e Fauna em seu Estado Natural (conceito de áreas protegidas “parques”)	1973	Criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA)
1940	Realização da Conferência para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América	1979	Criação do Plano do Sistema de Unidades de Conservação para o Brasil
1948	Criação da União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN)	1982	Realização da III Conferência Mundial de Parques (Primeiras preocupações com as populações em UCs)
1962	Realização da I Conferência Mundial sobre Parques Nacionais	1988	Aprovação da Constituição Federal Brasileira
1965	Criação da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN)	1989	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA)
1965	Aprovação do Código Florestal Brasileiro (divisões conceituais: áreas não restritivas e de uso indireto)	1992	Realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92)
1967	Criação do Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal (IBDF)	2000	Criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)
1968	Realização da Conferência da Biosfera	2007	Criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Diante desse resgate fica evidente que o percurso que desencadeou no surgimento de categorias de UCs que consideram a presença de populações no seu interior foi longo. As conferências e discussões mundiais sobre esse tema contribuíram para levantar outros debates, como aquele que diz respeito aos aspectos semânticos e conceituais do termo populações tradicionais, bem como sobre a suposta relação diferenciada que estas populações têm com os recursos naturais e por isso, passaram a ser contempladas na legislação, que considera sua presença importante para manutenção dos ecossistemas em UCs de uso sustentável, como no caso das RESEX. Estes temas, pela relevância que têm, estão no cerne das discussões que envolvem Unidades de Conservação.

4.3 RESERVAS EXTRATIVISTAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: UM NOVO MODELO PARA AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

4.3.1 A busca pela resolução de conflitos e o surgimento das Reservas Extrativistas

As Reservas Extrativistas, historicamente, podem ser consideradas fruto das reivindicações e articulações do Movimento Seringueiro, sendo vinculadas à política ambiental brasileira, devido à sua proximidade com o movimento ambientalista (ALLEGRETTI, 2002; LUNA, 2004; SPÍNOLA; CARDOSO; TEIXEIRA, 2010). Segundo Diegues e Nogara (1994), a criação destas UCs foi resultado das ações de movimentos sociais, iniciados na década de 1970 sob estímulo das lutas dos seringueiros do Acre, que buscavam a posse efetiva da terra e a proteção da floresta. Para Conceição Cunha e Loureiro (2009), as RESEXs podem servir como estratégia para possibilitar a construção de uma sociedade que se contraponha aos marcos do capitalismo, devido ao seu histórico de enfrentamento a esse modelo de desenvolvimento, que valoriza a posse da terra para acumulação de capital.

A partir das afirmativas desses autores, visando uma melhor compreensão sobre o cenário no qual nasceu o conceito de Reserva Extrativista e quais foram suas bases estruturantes, faz-se necessário um resgate histórico contemplando o contexto das lutas dos seringueiros iniciadas no Acre, bem como os motivos pelos quais se uniram e pelos quais adquiriram visibilidade nacional e internacional.

Em relação a essas questões, Allegretti (2002, p. 191) destaca que para compreender os conflitos que ocorreram no Acre, principalmente, a partir de 1970, deve-se analisar as inter-relações entre quatro fatores:

- (i) a política instaurada pelo governo federal de suspensão dos subsídios à produção de borracha e direcionamento de incentivos fiscais a atividades agropecuárias; (ii) a política do governo estadual de atração de empresas do sul do país para adquirirem terras e implantarem projetos agropecuários; (iii) a peculiar história fundiária daquela região, resultado das diferentes dominialidades ali instaladas, desde a conquista; (iv) a especificidade das relações sócio-econômicas instauradas no contexto de expansão, consolidação e crise da economia da borracha.

Sobre as políticas de povoamento da Amazônia, especialmente do Acre, Rueda (1995), Almeida (2004), Oliveira Filho (2012) discorrem que a partir da década de 1960, com a chegada dos militares ao poder em 1964, os olhos do governo foram voltados para a região norte, com a justificativa de que o Brasil precisava estabelecer sua presença naquele território,

protegendo suas fronteiras e suas riquezas. Souza, Coelho e Dias (2009) destacam que no caso do Acre, as políticas de redirecionamento do governo militar provocaram intensas mudanças na estrutura socioeconômica regional, incidindo na desarticulação do extrativismo e sua substituição pela pecuária extensiva, o que causou danos irreparáveis aos seringueiros que, historicamente, viviam e sobreviviam da floresta.

A região, naquele momento, era considerada a última fronteira do Brasil a ser alcançada pelo capital e, portanto, deveria ser povoada e desenvolvida. No entanto, a implantação da política desenvolvimentista levou ao encerramento do monopólio da borracha exercido pelo Banco da Amazônia, trazendo como consequência a desativação dos seringais pelos seringalistas que tiveram que vender suas terras a preços muito baixos para aqueles (paulistas)¹⁶ que estavam chegando, para poder quitar as dívidas com o banco (SOUZA; COELHO; DIAS, 2009; OLIVEIRA FILHO, 2012).

Além disso, esse processo acarretou em outras consequências desastrosas, como apontam Duarte (1987) e Costa Filho (1995) apud Souza, Coelho e Dias (2009): com a chegada de grandes pecuaristas ocorreu a expulsão de famílias inteiras dos seringais, por meio de uso de métodos que iam desde indenizações irrisórias referentes às benfeitorias realizadas, ou intimidações e até mesmo uso de violência, como por exemplo, derrubadas e desmatamentos dos seringais. Essas atitudes representavam a destruição dos modos e meios de vida essenciais ao seringueiro.

Sobre esta situação Oliveira Filho (2012) discorre que inicialmente, quando os novos donos das terras encontraram os seringueiros na condição de posseiros, usavam de violência para expulsá-los e a retirada das famílias da floresta ocorria, em alguns casos, com conivência de policiais e funcionários ligados a justiça, enquanto representantes do poder público, de órgãos federais, políticos e imprensa se mostravam omissos.

Este cenário foi devastador, levando a transformação de vários seringais através do desmatamento, como, por exemplo, nos municípios de Rio Branco, Sena Madureira, Plácido de Castro, Senador Guiomard, Xapuri e Brasiléia, onde muitos seringais foram transformados em pastagens para gado ou, simplesmente, abandonados. Além disso, glebas de terra onde residiam seringueiros foram adquiridas pelo governo federal para fins de loteamento da Reforma Agrária (RUEDA, 1995).

Os autores supracitados apontam que mesmo após expulsos de suas terras, muitos seringueiros não abandonaram a atividade extrativista. Seguiram destinos variados: uns

¹⁶ Termo genérico utilizado por moradores locais para designar grande parte dos migrantes das regiões sul e sudeste que chegavam à região.

recorreram a outros padrões seringalistas e passaram a trabalhar como cativos, desenvolvendo o extrativismo no sistema tradicional; outros tomaram posse de colocações de outros seringais abandonados ou glebas do governo e continuaram como exercendo o extrativismo, sendo conhecidos como seringueiros autônomos¹⁷.

Por outro lado, boa parte dos seringueiros acabou migrando para as cidades, ocupando e formando periferias, principalmente na capital Rio Branco. Outros seringueiros preferiram emigrar para a Bolívia, na tentativa de conseguir um pedaço de terra para continuar praticando o extrativismo e uma minoria tornou-se mão-de-obra nas fazendas que se estabeleceram na região, muitas vezes, sendo contratados por períodos determinados para atividades de desmatamento.

Mesmo sob esse cenário de conflitos e adversidades, Allegretti (2002) destaca que a economia da borracha não foi totalmente desestruturada. Pelo contrário, passou a existir dois modos de produção e foi justamente essa coexistência que gerou o confronto, uma vez que o modo de produção baseado no extrativismo dependia da manutenção dos recursos naturais para se reproduzir e o modo de produção baseado na agropecuária requeria a destruição desses recursos.

Essa situação proporcionou, inicialmente, por parte dos seringueiros autônomos, movimentos de defesa do extrativismo, que ficaram conhecidos como empates¹⁸. Rueda (1995) destaca que os seringueiros autônomos de Rio Branco, Xapuri e Brasiléia foram os primeiros a sair em defesa do extrativismo, organizando-se desde 1976 com o objetivo de impedir desmatamentos de áreas utilizadas para o extrativismo. Por outro lado, Allegretti (1994) discorre que o primeiro empate ocorreu em 1973, no município de Brasiléia, no seringal Carmem, próximo à área de fronteira entre o Acre e a Bolívia.

¹⁷ Seringueiro autônomo, de acordo com Rueda (1995, p. 6), é “aquele que não tem um padrão fixo ao qual seja obrigado a entregar a produção por ser dono da terra. Esta autonomia faz referência ao antigo seringalista, pois o seringueiro continua dependendo dos comerciantes para o abastecimento e comercialização da produção. É uma autonomia muito relativa, porém importante porque, do ponto de vista social, permite-lhe a tomada livre de decisões e é o começo para a conquista de uma autonomia mais ampla”.

¹⁸ “O empate consiste em uma tática espontânea de defesa da floresta contra as derrubadas, através da qual os seringueiros se reúnem, com suas famílias, e impedem, pela ação direta, a derrubada de árvores, planejada por algum fazendeiro. Vão até a área que está sendo preparada e desmontam os acampamentos dos peões, impedindo que a derrubada seja iniciada. Depois de criado o fato, argumentam com os proprietários, através da Justiça ou pela intermediação governamental” (ALLEGRETTI, 1994, p. 22). Cunha (2001, p. 3) discorre que “como forma de impedir ou embargar as derrubadas da mata, os “empates” configuram-se como ações coletivas, de caráter espontâneo, empreendidas pelos seringueiros, a partir do início dos anos 70, quando um grupo que varia entre setenta, cem ou duzentas pessoas (homens, mulheres e crianças) realiza uma espécie de mutirão, com o intuito de convencer os peões – encarregados da derrubada – a não utilizar as motosserras para o corte das árvores, desmontando seus acampamentos”. Rueda (1995, p. 7) destaca que a prática dos empates se estendeu além do Acre, para estados como Pará e Amazonas.

Foi, justamente, a prática dos empates que mais tarde chamou atenção da opinião pública para a situação conflituosa que ocorria no Acre, principalmente a partir de 1978, com a morte Wilson de Souza Pinheiro, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasiléia. Sobre este cenário Rueda (1995) destaca que a realização dos empates foi essencial para o amadurecimento político e social dos extrativistas, uma vez demandava organização e coesão por parte dos mesmos.

No entanto, foi somente a partir de 1982, que o governo federal começou a refletir sobre a possibilidade de defender o extrativismo, pois os Assentamentos Dirigidos criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estavam desestruturando o esforço que a SUDHEVEA fazia, naquele momento, para aumentar a produção de borracha, visto que, o retângulo (formato dos lotes dos assentamentos) cortava ou desmembrava a colocação onde o seringueiro havia estabelecido moradia, o que gerou sérios conflitos entre vizinhos e impasses entre os dois órgãos (RUEDA, 1995).

Mediante estes cenários, em 1985, ocorreu em Brasília, o Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros que é considerado o marco histórico de oficialização do pedido de criação das Reservas Extrativistas. O pedido para criação estava fundamentado na solicitação de que se acabasse com a colonização nos seringais e que estes lhe fossem doados por meio de concessão, para que, desse modo, o extrativismo pudesse ser mantido. A proposta objetivava ainda a realização de uma reforma agrária que respeitasse o modo de vida tradicional da região, além da proteção da floresta contra o desmatamento e exploração pecuária (ALLEGRETTI, 1994; RUEDA, 1995; ALLEGRETTI, 2002) Este encontro resultou, ainda, na fundação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

Logo depois, em 1986, uma comissão composta por seringueiros e índios, organizada pelas lideranças indígenas e o CNS foi, novamente, à Brasília reivindicar seus direitos. Este movimento foi chamado de “Aliança dos povos da floresta”, sendo idealizado pelo líder sindical Chico Mendes, que muito se destacou nessa luta (OLIVEIRA FILHO, 2012, p. 5). A união dessas duas categorias que, por muitas vezes, viveu em conflito foi fundamentada por uma luta em comum: a luta pela preservação da floresta (PINTON; AUBERTIN, 1997).

Devido à repercussão do Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros e às ações posteriores de seus líderes em busca de apoio para suas reivindicações, obtendo repercussão nacional e internacionalmente, a demanda dos seringueiros por uma reforma agrária específica foi atendida pelo INCRA que propôs uma solução através da Portaria Nº 627, de 30

de julho de 1987, a criação do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE)¹⁹, cujo objetivo era a exploração de áreas através do extrativismo da seringa por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis (RUEDA, 1995).

O movimento formado pelos seringueiros, aliados a ONGs e outras instituições parceiras se tornava cada vez mais forte e um dos seus responsáveis principais era Chico Mendes que atuava divulgando a luta dentro e fora do Brasil. Devido a sua visibilidade e atuação em prol dos direitos dos seringueiros à suas terras e à proteção da floresta, o mesmo acabou assassinado em 22 de dezembro de 1988. Para Allegretti (2002) o crime evidenciou o outro lado da questão ambiental e amazônica, isto é, a existência de conflitos por posse de terras. A repercussão²⁰ foi enorme, pois Chico Mendes havia se tornado conhecido mundialmente, ganhando diversos prêmios e conquistando aliados. A sua fama permitiu que representantes de vários países clamassem por justiça e pedissem ao Governo brasileiro que sua luta e ideias não fossem esquecidas.

Diante disso, a repercussão e o clamor nacional e internacional por justiça, através das vozes de representantes de Governos, jornalistas, movimentos sociais, ONGs e populações tradicionais, acabou surtindo efeito, pois em 1989, as RESEXs foram criadas e reconhecidas como instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente por meio da Lei 7. 804, de 18 de julho do mesmo ano. No início de 1990 foi criado o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais (CNPT) setor do IBAMA que seria responsável pela administração dessas áreas e mais um passo foi dado em relação a efetivação das RESEXs. Entretanto, em virtude de recursos orçamentários não foi possível a sua implementação (CONCEIÇÃO CUNHA, 2009).

Desse modo, em 30 de janeiro de 1990, através do Decreto nº 98.897, as RESEXs foram regulamentadas, moldado uma nova concepção de Unidade de Conservação, pois preza pela defesa dos modos de vida das populações tradicionais que podem usufruir e manejar de forma sustentável os recursos naturais existentes.

¹⁹ De acordo com Allegretti (1994, p. 19), até 1989 foram criados sobre a responsabilidade do INCRA, 10 Projetos de Assentamento Extrativista, totalizando 889. 548 ha e beneficiando 2.924 famílias.

²⁰ “No dia 24 de dezembro de 1988, véspera de Natal, o assassinato de Chico Mendes havia virado destaque na primeira página dos principais jornais internacionais. "Brazilian Who Fought to Protect Amazon is Killed", publicou o *New York Times*; "Leading Brazilian Ecologist Murdered at Home in Amazon", o *Washington Post*; "Rain forest defender is slain in Brazil", o *Boston Globe*, nos Estados Unidos; "Fighter for Amazon ecology murdered", o *Guardian*; "Gunmen murder ecologist who fought to save Amazon forests", o *Independent*; "Champion of Brazil forest is murdered by 'ranchers'", o *Daily Telegraph*, na Inglaterra (ALLEGRETTI, 2002, p. 1).

Para Porto-Gonçalves (1999), o surgimento das RESEXs propiciou a formalização e reconhecimento dos direitos dos seringueiros, expressando sua territorialidade com recursos materiais, políticos e simbólicos, imbuídos em um processo de lutas que conformaram *habitats, habitus*, modos de vida e de produção.

Diegues (2001a) ressalta que o movimento estabelecido em função da criação das RESEXs é um modelo de defesa, coragem e reinvenção de modos de vida ameaçados. Além disso, é uma alternativa para a promoção do uso sustentável dos recursos naturais amazônicos, por respeitar, ao mesmo tempo, os modos de vida considerados tradicionais das populações e a diversidade biológica do meio.

4.3.2 O termo “populações tradicionais” e a apropriação dos conceitos no contexto amazônico

A partir de meados da década de 1980, no auge dos debates sobre a presença humana em áreas protegidas e, particularmente, sobre a conservação da biodiversidade *in situ*, foi reconhecido o termo populações tradicionais para designar certos grupos de habitantes residentes em unidades de conservação (BARRETO FILHO, 2006; VIANNA, 2008).

Para Vianna (2008), a expressão é relativamente vaga e genérica, pois, a priori, o termo era designativo para grupos sociais considerados culturalmente distintos da maior parte da sociedade nacional, caracterizados por formas histórico-culturais específicas de apossamento da terra e apropriação dos recursos naturais (LIMA, 2001 apud BARRETO FILHO, 2006). Portanto, englobava categorias diversas de vários grupos cuja distinção cultural se expressaria em termos de territorialidades específicas²¹ (BARRETO FILHO, 2006; ALMEIDA, 2008).

Barreto Filho (2006) analisa os elementos constitutivos da noção de população tradicional, reconstituindo como a noção se configurou no âmbito do conservacionismo internacional. Para este autor, o reconhecimento de estilos de vida ditos tradicionais ocorreu na conjuntura de incorporação oficial do princípio do zoneamento para a definição de áreas protegidas, aliado a emergência de preocupações em relacionar a conservação *in situ* com o desenvolvimento socioeconômico local na gestão dessas áreas.

²¹ Almeida (2008, p. 29) trata de territorialidades específicas como “resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território”.

A partir de vários encontros mundiais cujos debates estavam vinculados a preocupação em relação à ocupação humana em áreas protegidas foi proposto o princípio do zoneamento, no qual eram sugeridos para os parques a divisão de zonas nas quais eram definidas atividades permitidas e proibidas. Em 1972, na 11ª Conferência da UINC, no Canadá, foi anexado o zoneamento ao conceito de parque, reconhecendo desse modo, “comunidades humanas com características culturais específicas” como fazendo parte dos ecossistemas a serem protegidos. Assim, foram legitimadas “culturas originárias, autóctones, que efetuavam uma agricultura tradicional, supostamente adaptada ao ecossistema, e cuja herança cultural se considerava valiosa” (BARRETO FILHO, 2006, p. 112-113).

No entanto, foi somente a partir de 1991, com a publicação dos documentos “Cuidando do Planeta Terra” (UINC/PNUMA/WWF) e com a “Convenção da Biodiversidade”, em 1992, que as preocupações em relação ao conceito de desenvolvimento e os direitos das populações locais em áreas protegidas tornaram-se mais evidentes, o que refletiu na introdução, pela UICN, de uma nova categoria de área protegida na qual era reconhecido o manejo e a utilização sustentável dos ecossistemas naturais por populações humanas residentes nestas áreas (VIANNA, 2008).

A incorporação dessa nova categoria deve-se ao reconhecimento do papel frequentemente positivo que as chamadas *indigenous people*, ou *native people*²² desempenham na conservação dos ambientes que manejam. De acordo com Vianna (2008, p. 210), passou-se a reconhecer que as *indigenous people*, além do direito de permanecer em seus territórios originais, têm papel fundamental para a conservação, por serem consideradas “harmônicas” com a natureza, devido ao conhecimento e às práticas tradicionais de manejo dos ecossistemas, sendo inclusive produtoras da biodiversidade, como afirmam Balée (1989) e Posey (1987) em seus estudos sobre os vestígios culturais presentes na vegetação amazônica (as chamadas florestas culturais) e sobre o manejo de recursos naturais praticados por índios Kayapó²³, respectivamente.

Em relação ao contexto brasileiro, a incorporação da discussão sobre o papel que determinadas populações têm na conservação da natureza nasceu no mesmo campo dos

²² Termos internacionalmente utilizados para designar as chamadas populações tradicionais no Brasil.

²³ De acordo com Barreto Filho (2006, p. 119), autores como Balée e Posey argumentaram em seus estudos sobre a “generalidade e extensão dos engenhosos sistemas de manejo de recursos e de conhecimentos indígenas”, contribuindo para legitimar a noção genérica de populações tradicionais. Assim, subentende-se que a genuína população amazônica, formada por diferentes etnias, seja potencial detentora do conhecimento etnoecológico, diferentemente dos colonos, que por terem chegado à região recentemente, não detém este conhecimento, que está ligado à vivência na região durante muitas gerações.

debates do conservacionismo internacional. Entretanto, Vianna (2008, p. 215) distingue duas perspectivas históricas a partir das quais deve-se compreender a incorporação desta discussão no Brasil: a primeira está no cerne “conservacionista, tanto da sociedade civil quanto do poder público”, no qual as populações são incorporadas ao discurso; e a segunda, refere-se aos “movimentos sociais rurais que aliam essas discussões a questões sociais mais amplas”, incorporando “o discurso conservacionista ao movimento social²⁴”. Esta autora reflete que embora essas perspectivas possuam diferentes origens históricas, acabaram se cruzando, quando buscam compatibilizar a ocupação tradicional com a conservação, visando maior eficiência na gestão das mesmas.

A atuação de alguns desses novos movimentos sociais²⁵ que mais tarde deram origem ao socioambientalismo²⁶ contribuiu para dar maior visibilidade e reconhecimento às populações tradicionais pelo poder público. Como reflexo desse reconhecimento, o IBAMA criou em 1992 o Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) (BARRETO FILHO, 2006; VIANNA, 2008). O CNPT é orientado pelo Princípio nº 22 da Declaração do Rio de Janeiro, redigida em 1992, durante Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Tal princípio afirma que as populações indígenas e suas comunidades e outras comunidades locais desempenham papel essencial na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento devido às práticas e conhecimentos tradicionais que possuem (DECLARAÇÃO..., 1992).

Dada maior visibilidade, as populações tradicionais, principalmente aquelas residentes em Unidades de Conservação de uso indireto, passaram a se organizar para defender seus direitos. Assim, passados alguns anos em que essa discussão se fez presente na pauta de

²⁴ A partir de 1989, os movimentos sociais do campo passaram a incorporar certos desdobramentos que vão além das formas clássicas de associação e luta de classes de entidades sindicais. Nesta nova perspectiva, são “incorporados fatores étnicos, elementos de consciência ecológica e critérios de gênero e de autodefinição coletiva”, aliando novos elementos para pautar e encaminhar novas demandas aos poderes públicos (ALMEIDA, 2008, p. 25). Pode ser considerado exemplo desses novos movimentos, o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), criado em 1985, que abrangeu além dos produtores de látex, um conjunto de trabalhadores, que incluem agricultores, colonos e ribeirinhos, visando unificar suas lutas comuns e adquirir maior representação no cenário nacional (VIANNA, 2008). Este movimento foi responsável pela proposta inicial de Reserva Extrativista.

²⁵ Algumas articulações entre diversos movimentos foram importantes para dar maior visibilidade às populações tradicionais. Dentre eles, Scherer Warren (1990) apud VIANNA (2008) destaca a formação em 1986 da Aliança dos Povos da Floresta, com participação do Conselho Nacional dos Seringueiros, da União Nacional das Nações Indígenas (UNI) e do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).

²⁶ O socioambientalismo, segundo Vianna (2008, p. 225) “parte do princípio de que a inclusão das comunidades locais na tomada de decisão das políticas é condição para sua eficácia, legitimação e sustentação política [...] O movimento se fortaleceu nos anos 2000 e incorporou definitivamente as populações tradicionais na discussão ambiental, valorizando principalmente seus conhecimentos sobre o ambiente natural e seu manejo dos recursos naturais sustentáveis”.

diversos debates nacionais e internacionais, foi instituído o SNUC, em 2000. No entanto, até aquele momento ainda não se fazia presente em nenhum documento ou publicação um conceito definitivo sobre o termo populações tradicionais. Porém, as noções sugeridas até então sempre compactuavam com a suposta harmonia que estas populações têm com a natureza e no papel que estas têm ao realizarem o manejo sustentado dos recursos naturais (BARRETO FILHO, 2006; VIANNA, 2008).

Almeida (2008) ressalta que o fato dos legisladores terem incorporado a expressão populações tradicionais na legislação não significou exatamente um reconhecimento e acatamento absoluto das reivindicações encaminhadas pelos movimentos sociais, não constituindo, portanto, a resolução de conflitos. Desse modo, atendendo a demandas do movimento social, o governo federal decretou em 2004, a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais. Assim, a expressão “comunidades” em sintonia com a ideia de “povos tradicionais” deslocou o termo “populações”, reproduzindo uma nova discussão que ocorreu na esfera da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dando origem no ano de 2007 a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), abrindo espaço para um novo conceito.

De acordo com o Art. 3º do Decreto 6040/2007 da PNPCT, são considerados “povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007, Art. 3).

No entanto, no SNUC ainda permanece o termo populações tradicionais juntamente com a inexistência de uma definição formal sobre o termo, pois nos artigos 18º e 20º²⁷, que tratam das RESEXs e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDSs) como áreas em que é permitida a presença e ocupação humana.

Nessas definições o que se tenta expressar é que estas populações podem ser caracterizadas pela sustentabilidade que exercem em seus ecossistemas. Contudo, como será

²⁷ O Art. 18º define RESEX como “área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”. Enquanto o Art. 20º define RDS como “área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica” (BRASIL, 2000, Arts. 18 e 20).

apresentado adiante, não somente essa condição é definidora dessas populações, portanto, um conceito definitivo não deve somente levar em conta esse critério.

Apesar de não existir um conceito formal e definitivo é importante destacar que o termo populações tradicionais é permeado de diversos aspectos semânticos e cenários múltiplos, o que admite modificações conceituais, mas existem características que permitem uma melhor compreensão das questões que estão inseridas no cenário que envolve as populações tradicionais e, conseqüentemente, que influenciam para determinação de um conceito coerente com uma dada realidade.

Diegues (2001a), por exemplo, sugere que as populações e culturas tradicionais não-indígenas podem ser consideradas de forma geral como camponesas, sendo fruto da miscigenação entre o branco colonizador, o português, os indígenas nativos e o escravo negro. Assim, distintos autores assumem critérios diferenciados para designar populações tradicionais, abarcando, inclusive outros grupos sociais, estendendo o termo a categorias diversas, como fez Diegues (2001a) ao apontar exemplos empíricos como os caiçaras, os caipiras, os habitantes de rios e várzeas (varzeiros), as comunidades pantaneiras e ribeirinhas, os pescadores artesanais, os jangadeiros e as comunidades de pequenos produtores litorâneos açorianos. Esses grupos por estarem relativamente isolados, “desenvolveram modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos” (DIEGUES, 2001a, p. 10), sendo, portanto, considerados como tradicionais.

Diante disso, Diegues (2001a) procura conceituar populações tradicionais mesclando aspectos econômicos e culturais, combinados à relação harmônica (de baixo impacto)²⁸ que estas têm com a natureza. No entanto, ao tentar estabelecer um conceito, Diegues (2001a, p. 51) acaba por ampliar ainda mais a indefinição conceitual, quando afirma que “num certo sentido, todas as culturas são tradicionais”.

Entretanto, traça algumas noções bases que podem ser utilizadas para definir comunidades tradicionais. Para ele comunidades tradicionais são aquelas que possuem fraca articulação econômica, por estarem inseridas em algum tipo de organização social e econômica que possui reduzida acumulação do capital, e conseqüentemente, não utilizam de força de trabalho assalariado, possuindo, portanto, produtores interdependentes, cujas

²⁸ Diegues (2001) relata sobre a relação harmônica entre populações tradicionais e o meio ambiente. Entretanto, tal pensamento não é unânime, prova disso são os exemplos dados por Waldman (2006) ao argumentar que nem sempre as comunidades tradicionais agem em consonância com a preservação e equilíbrio ambiental, contudo, os efeitos devastadores que estas podem provocar são sentidos em nível local e por isso não são visualizados globalmente. Este autor destaca como exemplos para confirmação de sua análise o desaparecimento de populações como os núbios do Egito, os maias da meso-América e os moradores da Ilha de Páscoa, no Pacífico.

atividades econômicas são de pequena escala, como a agricultura, a pesca, a coleta e o artesanato. Possuem um conhecimento sobre os recursos naturais, os ciclos biológicos e os hábitos alimentares, que é passado de geração em geração, como forte instrumento para a conservação. Os padrões de consumo, a baixa densidade populacional e a tecnologia limitada fazem com que a sua interferência no meio ambiente seja baixa. Combinam várias atividades econômicas, a reutilização de dejetos e nível relativamente baixo de poluição. Além disso, a conservação dos recursos naturais é intrínseca à sua cultura, ou seja, possuem “respeito” em relação à natureza e a outros membros da comunidade (DIEGUES, 1992, p. 142 apud DIEGUES, 2001a, p. 51-52).

Além disso, aponta que as culturas e sociedades tradicionais podem ser caracterizadas pela:

- a) Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um *modo de vida*;
- b) Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) Moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) Reduzida acumulação de capital;
- g) Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) A tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- k) Autoidentificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 1994, p. 95-96; DIEGUES, 2001a, p. 52).

Esse autor afirma ainda que “um dos critérios mais importantes para a definição de culturas ou comunidades tradicionais, além do *modo de vida*, é sem dúvida, o *reconhecer-se* como pertencente àquele grupo social particular”. Tal critério remete a noção de identidade, que é um dos temas centrais da Antropologia (DIEGUES, 2001a, p. 52). Este critério também é usado por Almeida (2008) que destaca que a autodefinição é uma forma pelas quais as populações tradicionais se reconhecem como agentes sociais que possuem consciência própria

de sua condição. Diante disso, podem ser considerados comunidades tradicionais, os seringueiros, as quebradeiras de coco babaçu, os quilombolas, os ribeirinhos, os castanheiros e os pescadores, em virtude destes assumirem uma existência coletiva e um critério político organizativo que tem se estruturado em movimentos sociais.

Para Arruda (2000), Diegues (2001a) e Vianna (2008) as populações tradicionais apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais baseados na subsistência, possuindo fraca articulação com o mercado. As dinâmicas produtivas, geralmente, se baseiam no uso intensivo de mão-de-obra familiar, em tecnologias de baixo impacto, derivadas de conhecimentos patrimoniais e, habitualmente, suas ações são consideradas de base sustentável.

Castro (1997) exalta que as populações tradicionais possuem uma noção de território diferenciada, detêm “conhecimentos e saberes acumulados ao longo de gerações” (CASTRO, et al., 2007, p. 58) e tem o mágico, o mítico, o simbólico e o ritual²⁹ aliados aos elementos técnicos como partes integrantes de seus modos de vida.

O território, desse modo, pode ser compreendido como o espaço sobre o qual é garantido às populações tradicionais direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos naturais (DIEGUES; NOGARA, 1994; CASTRO, 1997). Corroborando com tal afirmativa, Witkoski (2010) expõe como exemplos dessa relação diferenciada com o território e os recursos naturais, os ribeirinhos amazônicos, uma vez que estes exploram uma multiplicidade de *habitats*, como a água, a floresta e a terra. Assim, o território para estes grupos, pode ser considerado a porção da natureza que oferece os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção e os meios de produzir aspectos materiais das relações sociais. Portanto, a noção de território vai além de espaço físico de exploração e produção, pois é também lugar das relações sociais (GODELIER, 1984, p. 83 apud WITKOSKI, 2010), e congrega dimensões simbólicas e identitárias na relação da população com sua área (LITTLE, 2002).

Como peculiaridades dos grupos tradicionais, Castro (1997) ressalta ainda a concepção comunal de uso da terra e a associação entre as atividades de trabalho e os rituais sacros, as festividades e outras manifestações da sociabilidade grupal. Desse modo, os saberes

²⁹ Sobre esta temática, Descola (2000, p. 150-151) analisa que “além dos conhecimentos técnicos, botânicos, agrônômicos ou etológicos empregados pelos índios em suas atividades de subsistência, era o conjunto de suas crenças religiosas e de sua mitologia que devia ser considerado uma espécie de saber ecológico transposto, como modelo metafórico do funcionamento de seu ecossistema e dos equilíbrios a serem respeitados para que este se mantenha em estado de homeostasia. Nessa perspectiva, as cosmologias amazônicas constituíram transposições simbólicas das propriedades objetivas de um meio ambiente bem específico; elas seriam, pelo menos em sua arquitetura interna, o reflexo e o produto da adaptação bem-sucedida a um meio ecológico de grande complexidade”.

adquiridos por estas comunidades aliam suas concepções e experiências empíricas à suas experiências com os fenômenos da natureza. Alguns grupos amazônicos como os índios, castanheiros, seringueiros e pescadores artesanais possuem uma relação diferenciada com os elementos naturais, pois “são capazes de identificar com enorme riqueza de detalhes as diferenciações de fauna e flora no interior da floresta, como a diversidade de espécies de peixes dos rios, igarapés e lagos”. Além disso, conseguem distinguir diferentes sons provenientes da mata, diferenciando-os de acordo com os horários (dia ou noite), igualmente, em relação aos movimentos e cheiros (CASTRO, 1997, p. 226).

Esses e outros grupos tradicionais, portanto, podem ser considerados como constitutivos do complexo cultural amazônico que é formado por um conjunto tradicional de valores, nos quais se incluem crenças e modos de vida que desenharam a sua organização social, baseada em um sistema de práticas, conhecimentos e usos dos recursos naturais da floresta, rios, lagos, várzeas e terras firmes (MENDONÇA, et al., 2007).

Diante disso, aqui, serão chamadas de comunidades tradicionais as famílias dos ribeirinhos residentes na RESEX Rio Xingu³⁰, uma vez que diversos autores como Castro (1997), Diegues e Nogara (1994), Diegues (2001a), Almeida (2008) e Witkoski (2010) exemplificam os ribeirinhos como grupos tradicionais e mencionam algumas de suas características para designarem elementos representativos das comunidades tradicionais. Castro (1997, p. 226) declara que os ribeirinhos da Amazônia possuem experiências referentes aos ecossistemas que enquadram “uma referência, na linguagem, a imagens de mata, rios, igarapés e lagos, definindo lugares e tempos de suas vidas na relação com as concepções que construíram sobre a natureza”. Além disso,

O uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água estão, portanto, presentes nos seus modos de vida, enquanto dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam uma noção de território, seja como patrimônio comum, seja como de uso familiar ou individualizado pelo sistema de posse ou pelo estatuto da propriedade privada. [...]. A caça, a pesca e a coleta de seringa, de castanha e de outras espécies florestais na região Amazônica estão associadas à agricultura. O esforço dispendido no trabalho é organizado em função da acessibilidade aos recursos (CASTRO, 1997, p. 226-227).

³⁰ A opção pelo uso do termo comunidades tradicionais para designar as famílias ribeirinhas residentes na RESEX Rio Xingu resulta da análise das características descritas por Diegues (1992) apud DIEGUES (2001) para definir comunidades tradicionais, bem como das explicações de Almeida (2008) sobre as discussões que surgiram no âmbito da OIT, onde o termo populações foi questionado em função de apresentar principalmente critérios geográficos para sua definição, o que abriu margem para o uso da expressão comunidades e resultou em um novo conceito, apresentado no Art. 3, do Decreto 6040/2007 da PNPCT. Desse modo, parece ser mais coerente o uso desse termo comunidades em detrimento do termo populações. Além disso, os autores citados para formulação das bases conceituais expressas nesse tópico apresentam características semelhantes ao designarem populações e comunidades tradicionais, embora somente Diegues e Almeida utilizem o termo comunidades tradicionais em seus textos.

Muitas dessas características corroboram com aquelas explícitas por Diegues (2001a), ao definir comunidades e sociedades tradicionais, portanto, ao considerar os critérios estabelecidos por Diegues, os ribeirinhos podem ser enquadrados como comunidades tradicionais.

Witkoski (2010) ao pesquisar a forma de uso dos recursos naturais pelos ribeirinhos da várzea do rio Solimões/Amazonas, complementa que a exploração desses ribeirinhos nos seus *habitats* implica não somente um etnoconhecimento em relação aos recursos naturais, mas também das estações reprodutivas das espécies da fauna e flora e do uso de um calendário que se ajusta à dinâmica dos diferentes ecossistemas com os quais os mesmos se relacionam. Assim, existe uma relação de respeito à natureza, como aquela apontada por Diegues (1992) apud Diegues (2001a, p. 51), quando este define comunidades tradicionais, enfatizando que estas têm a conservação dos recursos naturais como parte integrante de sua cultura, portanto, apresentam um “respeito que se aplica não somente à natureza como também aos outros membros da comunidade”.

Além disso, como ressalta Diegues (2001a), as comunidades tradicionais podem ser consideradas fruto da miscigenação, o que permite a incorporação dos ribeirinhos amazônicos neste critério, uma vez que, em sua maior parte esses grupos são resultantes da mistura étnica de índios, brancos e mestiços, muitos deles oriundos dos processos de povoamento e colonização, ou até mesmo de outros processos históricos, como o período áureo da borracha.

As características apresentadas acima são representativas da relevância das populações e comunidades tradicionais, sendo, estas inclusive promotoras de várias reivindicações que resultaram na criação de diversas leis que contemplam e favorecem a manutenção de seus modos de vida. No caso das Unidades de Conservação, estas populações tiveram papel fundamental, pois através de suas lutas e empenho, foram criadas as Unidades de Conservação de uso sustentável, como é o caso das RESEXs, tratadas no tópico anterior.

4.4 O CONTEXTO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO REGIONAL DA TRANSAMAZÔNICA E ALTAMIRA: POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA E DOMINAÇÃO DA NATUREZA

A ocupação da Amazônia, sobretudo em suas áreas de fronteira agrícola, traz consigo um histórico de utilização de lógicas de exploração do meio natural altamente predatórias, o que refletiu em impactos de grandes dimensões, como por exemplo, grandes porções de

florestas desmatadas, queimadas, rios e igarapés assoreados, implantação de pastagens extensivas, degradação de solos, entre outros.

Esses efeitos são resultantes da ação antrópica na região, principalmente, a partir dos ciclos econômicos da borracha e do ouro, bem como das políticas de incentivo ao povoamento e migração, concomitante à implantação de obras de grande infraestrutura. Estas últimas, se desenvolvendo em maior quantidade, sobretudo, a partir dos anos de 1960.

Após o golpe militar de 1964, a Amazônia passou a ser alvo de intensa política de desenvolvimento econômico a partir da ocupação demográfica (ALBERT, 1992). A imagem de Amazônia divulgada pelo governo neste período era de uma nova “terra de oportunidades”, a espera de ousados aventureiros que viessem desbravá-la, celebrando o domínio dos homens sobre a natureza, simbolizada pela motosserra e por grandes obras como a rodovia Transamazônica (OLIVEIRA, 2005).

Essa política inspirada pelo lema de segurança nacional desencadeou nos anos 1960 e 1970 em consecutivos planos regionais³¹, como a Operação Amazônia, o Plano de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), que tinham como objetivos: desenvolver a infraestrutura regional através da construção de estradas, aeroportos e fortalecimento das telecomunicações; conceder incentivos fiscais e linhas de crédito a fim de atrair grandes empresas para a região; abrir e subsidiar programas de incentivo a colonização e implementar projetos de cunho mineral, florestal e agropastoril (ALBERT, 1992).

Um dos planos que teve maior repercussão foi a Política Nacional de Colonização da Amazônia, lançada em 1970 como parte do PIN, a partir da qual foram atraídas grandes levas de migrantes para a região. Esta política foi criada visando promover o povoamento da região já que esta era considerada um “vazio demográfico” e refletia também a necessidade de dar respostas aos problemas gerados pela seca no nordeste (OLIVEIRA, 1988), uma vez que era apresentada como uma válvula de escape para o nordeste super povoado e castigado pelas fortes secas (SMITH, 1977).

Dentre as estratégias para alcançar essas metas, destaca-se a construção da rodovia Transamazônica (BR-230), que teve como objetivo promover um elo de acesso à região a fim de aliviar o clima de tensão causado pelas disputas por terra que se multiplicavam em várias regiões do país, uma vez que o governo não se propunha a realizar a reforma agrária há muito

³¹ De acordo com Normand (1991, p. 165) “as populações nativas, tanto indígenas como ribeirinhas, foram esquecidas nestes planos, talvez por desconhecimento, pois nunca houve um censo populacional naquelas áreas rurais. Este fato condiz com o slogan reiterado sobre a densidade populacional da Amazônia: vazio demográfico”.

demandada (SCHWEICKARDT, 2003). Além disso, tinha como objetivo funcionar como estratégia de desenvolvimento e segurança nacional, visando combater supostos planos de internacionalização da Amazônia (OLIVEIRA, 1988), pois na visão do governo militar, a região era alvo de grandes perigos devido a cobiça internacional em função da sua riqueza em recursos, principalmente minerais (SMITH, 1977).

O Estado na região atuava sob a figura do INCRA, que se propôs a promover uma colonização à beira da rodovia Transamazônica, estabelecendo loteamentos para aqueles que chegavam à região. No entanto, com o passar do tempo, em decorrência da falta de capacidade logística e operacional do INCRA que não teve mais condições de monitorar e subsidiar a grande quantidade de migrantes que chegavam, visto que além dos migrantes subsidiados pelo governo, começaram a chegar à região outras famílias, que atraídas pela grande quantidade de terras disponíveis, e vieram por contata própria, não recebendo qualquer tipo de incentivo do Estado, processo que foi chamado de migração espontânea. Sobre esse processo, Conceição (2001), discorre que se caracterizou como ação colonizatória própria, onde os fluxos se deram principalmente para áreas de fronteira e para as adjacências dos grandes projetos, o que provocou diversos conflitos fundiários.

Dentre os projetos de colonização³², o que ficou mais famoso e era considerado pelo governo como “vitrine” para os demais foi o Projeto Integrado de Colonização - PIC Altamira, “que era uma faixa de terra com largura de 20 a 24 km, atravessada no meio pela Transamazônica, com extensão de 480 km (240 km para cada lado a partir da cidade de Altamira)” (HAMELIN, 1992, p. 167). A rodovia Transamazônica servia como “espinha dorsal”, sendo que a cada 5 km de distância eram abertas estradas vicinais com uma extensão de 10 a 12 km, nas margens das quais eram demarcados lotes de terra de 100 ha (OLIVEIRA, 1988; HAMELIN, 1992; BECKER, 2001). Entretanto, o projeto só foi efetuado no trecho situado a oeste de Altamira, em direção a Itaituba, onde foram construídas agrovilas, postos de saúde e escolas.

Juntamente com a política de colonização, o Estado lançou mão da política de incentivos fiscais, o que impulsionou a entrada de muitas empresas nacionais e internacionais na Amazônia que, subsidiadas pelo governo por meio da isenção de impostos, passaram a atuar na região. De acordo com Oliveira (1988), a partir da adesão do empresariado à operação de governo deu margem para o surgimento dos processos de expropriação das terras

³² “Em 1970, foram criados três Projetos Integrados de Colonização (PICs) em áreas cortadas pelas rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém”. Nessas áreas foram estabelecidos os PICs de Marabá, Altamira e Itaituba. As ações do INCRA, nessa fase, também se fizeram presentes em outros PICs na sua maioria em Rondônia (MATIAS-PEREIRA, 1997, p. 79).

indígenas, terras de posseiros, florestas, recursos minerais, isto é, a Amazônia em sua totalidade.

Esse processo agravou ainda mais os níveis de desmatamento, anteriormente promovidos em maior escala pelos pecuaristas e migrantes da colonização dirigida que haviam se estabelecido na região, ocasionando diversos impactos ao ambiente, como diminuição massiva da floresta, poluição do ar em decorrência da fumaça proveniente das queimadas, diminuição da fauna e flora, além da deterioração e perda gradativa de fertilidade do solo e assoreamento de rios e igarapés.

Esses modelos de ocupação impulsionados pelo lema de desenvolvimento e integração divulgado pelo governo estavam ligados à lógica do processo de expansão e reprodução do capital. Assim, a integração da Amazônia não estava somente relacionada ao preenchimento de um suposto vazio demográfico, mas também à busca de crescimento econômico (OLIVEIRA, 1988). Para muitos a busca desse crescimento se deu através da exploração intensiva dos recursos naturais, pois entre as pessoas que chegaram à região atraídas pelos *slogans* propagandistas do governo, estavam potenciais pecuaristas que mais tarde tornaram-se donos de grandes extensões territoriais, que foram em grande parte desmatadas para a criação extensiva de gado, implantação de monocultivos de cana-de-açúcar, cacau, pimenta-do-reino e café e outras atividades, que resultaram na destruição de grandes áreas da floresta amazônica, aliados ao surgimento de diversas serrarias que se dedicavam a exploração de madeiras nobres como o cedro (*Cedrela fiailis* Vell.) e o mogno (*Swietenia macrophylla* King.) (SILVA, 2010).

Desse modo, percebe-se que sob esta ótica, pensava-se em um desenvolvimento por meio da apropriação e controle da natureza, onde os seres humanos e a natureza ocupavam distintos papéis, o de explorador e o de objeto a ser explorado, respectivamente. A natureza estava a serviço do homem, que oportunamente podia dispor dos seus recursos. Assim, homem e natureza estavam em campos opostos, e o primeiro acreditava estar controlando o segundo, que para ele possuía recursos inesgotáveis.

Muitas das famílias de migrantes (colonos ou posseiros) passaram por intensas dificuldades, pois chegaram a uma região cujo clima, ecossistemas, topografia e doenças tropicais eram para eles desconhecidas. Muitas dessas famílias tiveram que adentrar as áreas de floresta densa e desenvolver atividades baseadas na exploração dos recursos naturais por meio de diversos tipos de uso do solo, como a agricultura, pecuária, extrativismo e exploração madeireira (SILVA, 2010). Desse modo, ao buscar garantir sua subsistência, que foi conseguida a partir da implementação de plantios de diversas espécies e, em alguns casos, de

pastagens para criação de gado, a agricultura familiar regional, mesmo em menor escala, devido dificuldades de adaptação, falta de estímulo financeiro e assistência técnica, também teve sua parcela de influência para formação do atual cenário amazônico de grandes áreas desflorestadas, devido ao uso contínuo e intenso dos recursos naturais.

No entanto, em meio a este panorama de falhas e danos socioambientais, a construção da Transamazônica proporcionou também cenários positivos para a região, principalmente para as cidades consideradas polos de desenvolvimento. Além da ocupação geopolítica por diversos atores do nordeste e centro-sul brasileiro, os lugarejos ou pequenas cidades da região cresceram econômica e espacialmente, como é o caso da cidade de Altamira (SILVA, 2007).

O município de Altamira passou por dois momentos históricos distintos que tiveram grande influência na formação de seus habitantes. Pode-se dizer que, como em diversas cidades amazônicas, Altamira teve, durante algum tempo, sua economia baseada na borracha durante dois ciclos, que atraíram diversos nordestinos à região. Foi, neste contexto que surgiram as primeiras povoações não-indígenas nas áreas onde hoje foram estabelecidas UCs.

Além disso, a partir de 1970, novamente, por intermédio do governo, o município serviu como porta de entrada para o povoamento regional, o que atraiu não somente novos habitantes, como também, grandes empresas, fazendeiros e grileiros, atores estes que, devido ao uso intenso que faziam dos recursos naturais, tiveram grande influência para ação de habitantes locais e movimentos sociais em prol da criação de áreas protegidas, como será contextualizado adiante.

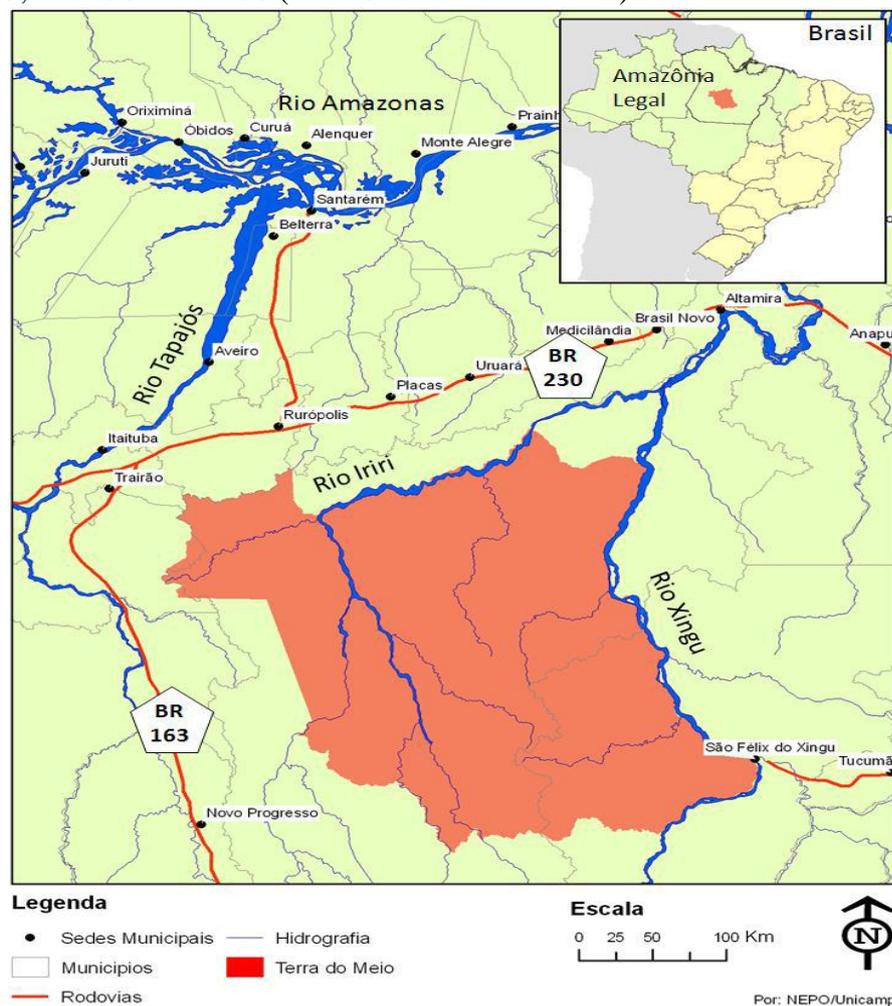
4.5 O CENÁRIO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA TERRA DO MEIO: CONTEXTUALIZANDO A RESERVA EXTRATIVISTA RIO XINGU

Mesmo após uma intensa dinâmica de exploração dos recursos naturais, impulsionada pelos processos de povoamento e integração da Amazônia, algumas áreas de influência da Transamazônica permaneceram praticamente alheias a este processo. Dentre elas, uma região que abrange parte dos municípios de Altamira, São Félix do Xingu e Trairão, onde permanece uma área considerável de floresta “protegida de uma colonização mais agressiva graças ao difícil acesso à presença de populações tradicionais”³³. Essa área é conhecida, atualmente, como Terra do Meio³⁴ (SILVA, 2010, p. 22).

³³ De acordo com Velásquez; Boas; Schwartzman (2006), o *status* adquirido pela Terra do Meio como uma área relativamente conservada deve-se também a força de atuação dos movimentos sociais sediados, principalmente, no município de Altamira, em virtude destes se preocuparem tanto com o futuro dos produtores rurais nas áreas

A região da Terra do Meio passou por diversos processos que resultaram na configuração do lugar e na formação de sua população. A região está localizada entre os eixos rodoviários Cuiabá-Santarém (BR-163), à oeste; Transamazônica (BR-230), ao norte; e BR-158, à leste (Figura 4), estradas estas, planejadas e construídas nas décadas de 1970 e 1980, visando integrar as regiões consideradas “isoladas” àquelas industrializadas do sul e sudeste brasileiros.

Figura 4 - Mapa da Terra do Meio com as áreas de influência dos eixos rodoviários formados pelas BR-163, BR-230 e BR-158 (entre São Félix e Tucumã).



Fonte: NEPO/Unicamp apud Dagnino et al. (2010).

de colonização da rodovia Transamazônica, como, também, com o futuro da bacia do rio Xingu e da floresta Amazônica.

³⁴ A Terra do Meio localiza-se no sudoeste do estado do Pará, no interflúvio Xingu – Iriri, representa 6% das terras do estado e abrange 38,62% do território do município de Altamira, 19,25% de São Félix do Xingu e uma pequena porção de Trairão, municípios que se desenvolveram ao longo das rodovias BR 163 – Cuiabá-Santarém – e da BR 230 – Transamazônica (VELÁSQUEZ; BOAS; SCHWARTZMAN, 2006).

A Terra do Meio começou a ser ocupada por populações não-indígenas no final do século XIX, se tornando um importante centro de exploração de produtos extrativistas como seringa, caucho (*Castilla ulei*) e castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa* H.B.K.). Nesse período, a exploração de borracha ocupou toda a região³⁵, avançando ao longo dos rios, de acordo com o modelo clássico de patronagem e aviamento³⁶. Este modelo de ocupação se manteve também durante o segundo ciclo da borracha, induzido pela Segunda Guerra Mundial e em algumas localidades da Amazônia ainda permanece até os dias atuais. Esta fase intensificou o processo migratório para a Amazônia e fez com que diversos migrantes, principalmente, oriundos do Nordeste, adentrassem a região a procura de emprego. Estes migrantes ficaram conhecidos como “soldados da borracha”. A partir de 1960, paralelamente a extração do látex, os moradores realizavam a colheita de castanha durante o inverno. A partir de 1950 a região teve sua economia marcada pelas atividades de garimpo e pelo intenso tráfico de peles, provenientes das caças de “gato”³⁷. No entanto, com a proibição das atividades de caça e comércio de animais silvestres pelo novo Código Florestal de 1965 e pela Lei de Proteção à Fauna, de 1967, a caça aos “gatos” foi proibida na região (SILVA, 2010).

Em 1971, com os projetos de colonização e com os projetos de incentivos fiscais para a Amazônia, a chegada de migrantes e empresas estava em pleno vapor, o que refletiu em uma enorme expansão de frentes especulativas à procura por terras devolutas às margens das rodovias federais, promovendo um verdadeiro caos fundiário nestas regiões, uma vez que além dos migrantes subsidiados pelo Estado, chegavam à região também migrantes espontâneos, o que aumentou a disputa por terras.

Na região da rodovia Transamazônica, áreas distantes de suas margens como a Terra do Meio se transformaram em alvo de conflitos fundiários e de disputa por recursos naturais. Nem mesmo a dificuldade de acesso à Terra do Meio, que é feita principalmente por meio da extensa rede de rios e igarapés, impediu a migração para lá, mesmo que em pequena escala,

³⁵ De acordo com Normand (1991, p. 165), “essa penetração, por causa do aumento na demanda da borracha, cresceu em número e abrangência geográfica. Foi nessa procura por látex que o Iriri e o médio Xingu ganharam povoados e povoadores, cujas procedências incluíam o Nordeste, o Sul e o Centro-Oeste do Brasil, com o ocasional estrangeiro: espanhol, italiano, português...”.

³⁶ Modelo de servidão por dívida, que perpetuou na Amazônia durante os ciclos da Borracha, e passou a regular as relações sociais dos trabalhadores dos seringais. “Ele se firmou como um modelo de relacionamento entre o trabalhador e o patrão derivado da dominação do tipo patrimonial. No aviamento, o núcleo da relação de trabalho parece se constituir em variações de um duplo sistema de crédito sem dinheiro, bancário e comercial, em que os juros são cobrados extorsivamente ao longo da cadeia de financiamentos que vai da casa exportadora de borracha ao trabalhador do seringal” (MARTINS, 1997, p. 98).

³⁷ Essa atividade pode ser compreendida como a retirada e o tráfico de peles, principalmente de ariranhas e felinos selvagens (SILVA, 2010).

principalmente em virtude da possibilidade de exploração das jazidas minerais da região (PLANO..., 2010).

O crescimento das cidades provocado pelo aumento populacional promovido na década de 1970 pela construção da rodovia Transamazônica trouxe juntamente com a leva de migrantes, diversos especuladores de terra e madeireiros, que aproveitaram para se estabelecer na região a abrirem estradas e vicinais para retirada de madeira. Da rodovia principal (BR-230) partem estradas vicinais (travessões) em direção à Terra do Meio, facilitando a ocupação nesta região e o ingresso de grileiros, que por muito tempo coagiram os moradores locais (SILVA, 2010).

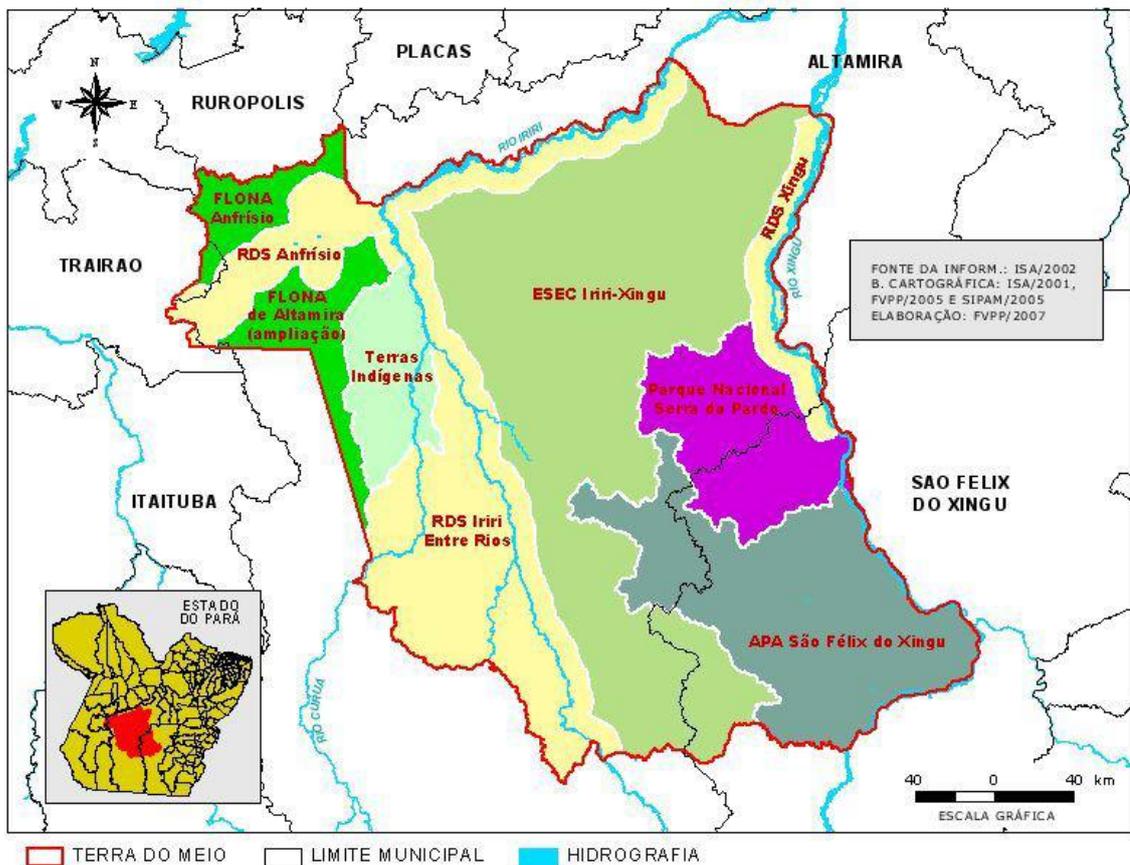
No período de colonização e abertura das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, concomitantemente ao período de crescimento da cidade de São Félix do Xingu, abriram espaço para a entrada na região da Terra do Meio do modelo de exploração do solo baseado na pecuária. A pecuária serviu como “escudo” para atividades ilegais como a grilagem de grandes extensões de terra e a exploração madeireira. A pressão advinda dos grileiros obrigou muitos ribeirinhos da Terra do Meio a se retirarem de suas áreas e a deslocarem-se para as periferias das cidades (PONTES JÚNIOR et al., 2004; PLANO..., 2012), o que pode ser interpretado como uma tentativa de entrada da fronteira para uma região mais isolada, formada em grande parte por populações tradicionais.

A crescente situação de conflitos fundiários e ambientais na região Transamazônica fez despertar no movimento social regional, coordenado pela Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), o interesse pela proteção das florestas visando o desenvolvimento sustentável, visto que a mesma já atuava em prol da busca de consolidação dos direitos das classes sociais menos favorecidas da região Transamazônica. Os movimentos sociais, então, uniram-se a órgãos governamentais, organizações não governamentais (ONGs) e moradores da região em prol da proteção da natureza e das comunidades tradicionais. A partir de 1999 começou uma nova luta social que demandava a criação de áreas protegidas na região, com o objetivo de criar “um pulmão verde” dentro da Terra do Meio (SOUZA, 2006 apud PLANO..., 2012).

Em 2002, sob coordenação do Instituto Socioambiental (ISA), em parceria conjunta com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), com participação da FVPP e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), iniciou-se um estudo a pedido do Ministério do Meio Ambiente (MMA), visando respaldar tecnicamente a criação de um Mosaico de Unidades de Conservação na Terra do Meio (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2003).

De acordo com Dagnino et al. (2010), paralelamente a este estudo, o MMA publicou, em 2003, um relatório contendo as áreas prioritárias para a conservação no país. A parte do relatório com mapa (Figura 5) relacionado à região amazônica havia sido elaborado quatro anos antes, em 1999, durante uma reunião realizada na cidade da Macapá, sob coordenação de ONGs como ISA, IPAM, IMAZON, Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), ISPN, Conservation International (CI/Brasil).

Figura 5 - Proposta inicial para criação do Mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio.



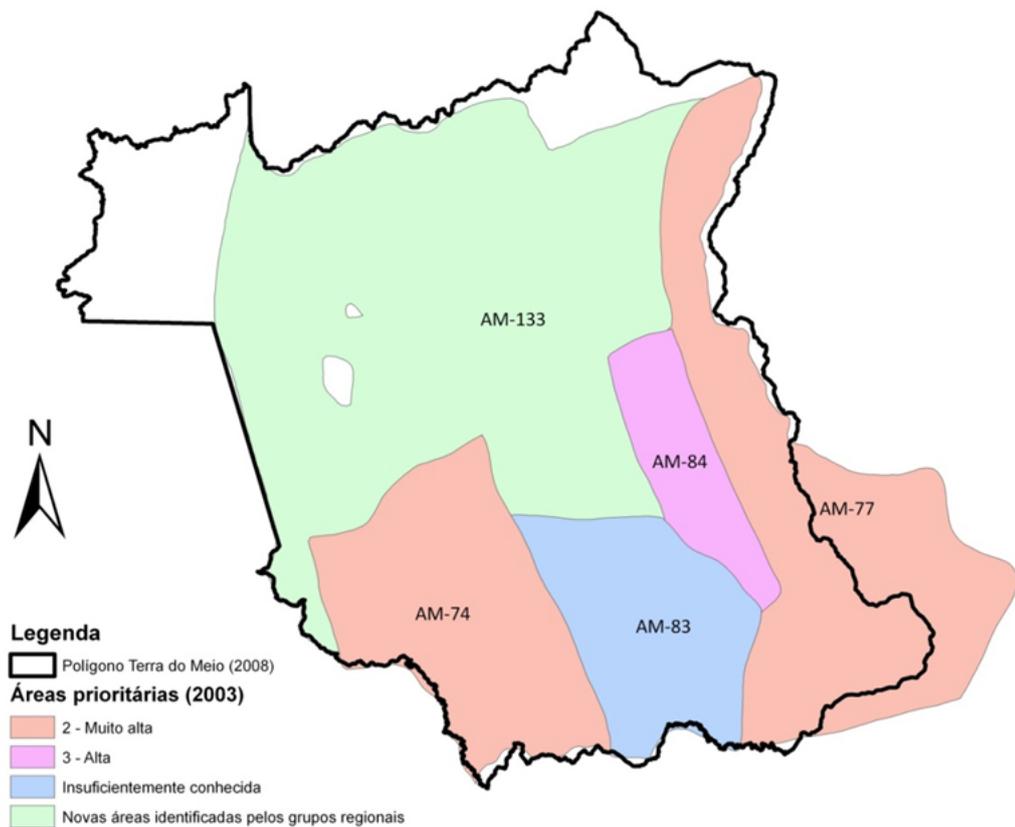
Fonte: SILVA (2007, p. 72).

Verifica-se que a proposta inicial passou por transformações relevantes, como aponta Silva (2007), pois, *a priori*, pensava-se em uma Floresta Nacional (FLONA) com dois possíveis nomes (Transamazônica ou Anfrísio), além de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) ou uma Reserva Extrativista (RESEX) e parte da área ao sul destinada à ampliação da FLONA Altamira, que acabou sendo criada em 1990.

Entretanto, em 2001, o IBAMA juntamente com o IMAZON elaboraram um mapa em que apresentaram como proposta contrária à criação do mosaico, a criação de um único tipo de UC, uma Floresta Nacional (a Floresta Nacional da Região do Irixi). Desse modo, “somada

à Flona de Altamira, criada em 1988, e às duas Terras Indígenas, Kuruaya e Xipaya, criadas respectivamente em abril e dezembro de 2006, esse polígono seria uma enorme Flona e deveria ser criada em curto prazo por ser de alta prioridade” (MENEZES, 2001 apud DAGNINO et al. 2010, p. 6), conforme mostra a Figura 6:

Figura 6 - Proposta de polígono da Terra do Meio sobreposto às áreas prioritárias para conservação do MMA.

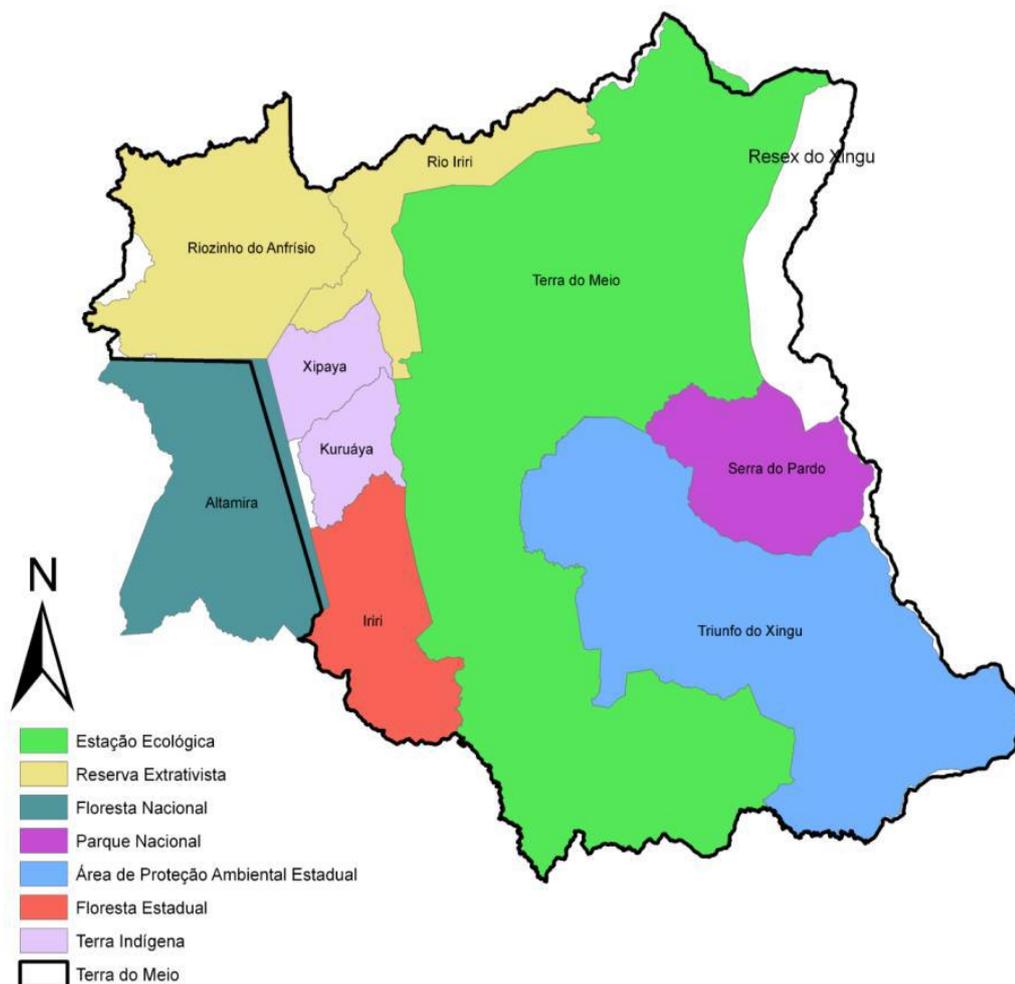


Código	Recomendação
AM-74	Criação de UC Proteção Integral
AM-77	Transformação do polígono formado pelo Iriri e Xingú em UCs de proteção integral e uso sustentável
AM-83	Transformação da área em UCs de proteção integral e uso sustentável
AM-84	Transformação da área em UCs de proteção integral e uso sustentável e RESEX
AM-133	Criação de UC e elaboração de estudos ambientais e antropológicos para a identificação de povos indígenas e definição do tipo de UC

Fonte: Dagnino et al. (2010, p. 7).

Outras readequações foram propostas e pouco a pouco o Mosaico obteve seu formato. Com a homologação das áreas, as UCs foram delimitadas conforme pode ser visualizado na Figura 7:

Figura 7 - Proposta final das Delimitações das Unidades de Conservação do Mosaico da Terra do Meio.



Fonte: Dagnino et al. (2010, p. 8).

A partir desse cenário podemos evidenciar que a atuação planejada de ONGs³⁸ e órgãos governamentais juntamente com moradores da região da Terra do Meio obtiveram resultados positivos. Em 2004, foram criadas as Reservas Extrativistas Riozinho do Anfrísio e Verde para Sempre e juntamente com a criação dessas RESEXs aumentaram as ameaças aos dirigentes, religiosos e ativistas que estavam empenhados em prol da conservação dos recursos naturais e na criação de um mosaico de unidades de conservação para a região. Em

³⁸ De acordo com informações do Plano de Manejo da RESEX Rio Xingu, diversas ONGs estiveram direta ou indiretamente relacionadas com a criação do Mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio e com a criação da RESEX Rio Xingu. Dentre as ONGs envolvidas, destacam-se: o ISA, o World Wildlife Fund (WWF), o GREENPEACE, FVPP, CPT e o Movimento de Mulheres de Altamira.

2005, foram criados o Parque Nacional da Serra do Pardo e a Estação Ecológica da Terra do Meio e no ano seguinte, a RESEX do Rio Iri.

Para alcançar o objetivo proposto para o Mosaico da Terra do Meio, faltava a criação de mais uma Unidade de Conservação e em 8 de novembro de 2004, após alguns estudos realizados pelos órgãos responsáveis, foi solicitada a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Médio Xingu. Porém, em 2005, esta área passou a ser tratada como Reserva Extrativista, em documento do Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) encaminhado ao MMA (PLANO..., 2012).

Após vários manifestos e da articulação entre instituições, ONGs, prefeitos e moradores da região, o MMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio reanalisaram a proposta e consideraram que a melhor categoria que contemplaria as necessidades da região seria uma Reserva Extrativista. Desse modo, em 5 de junho de 2008, por decreto do presidente Lula foi criada a Reserva Extrativista Rio Xingu, que considerava

o reconhecimento dos direitos e da proteção das populações tradicionais, a presença de espécies não madeiras economicamente importantes, como castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* H.B.K), andiroba (*Carapa guianensis* Aubl), copaíba (*Copaifera* sp) e seringa (*Hevea brasiliensis* Willd), e a necessidade de garantir às populações o uso de 10 km das margens dos rios, considerado pelos estudos como área de influência das populações ribeirinhas, preservando o patrimônio arqueológico e conservando os ecossistemas e os recursos naturais (PLANO..., 2012, p. 17).

Com a criação das Unidades, diversas atividades de fiscalização começaram a ser planejadas e realizadas pelo governo federal, por meio de órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e a Polícia Federal (PF). De acordo com as informações do Plano de Manejo da RESEX Rio Xingu, no período compreendido entre 2002 e 2005 foram estabelecidas quatro fazendas no interior da Reserva. No entanto, o Ministério Público Federal (MPF) propôs ação à Justiça Federal para retirada imediata dos fazendeiros, visando a segurança das populações e das lideranças locais. Fazendeiros e grileiros foram acusados pelo MPF de ameaças aos moradores e lideranças das comunidades. Esse processo desencadeou na autuação de três fazendeiros pelo IBAMA devido aos grandes desmatamentos que promoviam na área.

Além de expulsar os ocupantes ilegais (fazendeiros, grileiros, posseiros e madeireiros), as fiscalizações objetivaram também a retirada de gado e limitar a entrada de novos usurpadores de terras, garantindo desse modo, um processo de empoderamento das

comunidades tradicionais, ao estabelecer seus direitos de ocupar e usar os recursos naturais, uma vez que:

até a criação das UCs, os grileiros entravam nas propriedades dos ribeirinhos, na sua maioria analfabetos, mostrando papéis falsos, através dos quais se identificavam como donos das terras que a população tradicional tinha ocupado por anos. Muitos moradores foram expulsos das suas terras ameaçados de morte, outros tantos fizeram acordos de venda a preços injustos e que nunca chegaram a ser pagos (SILVA, 2010, p. 99).

Desse modo, pode-se observar que a criação das Reservas Extrativistas na região acabaram oferecendo a oportunidade de retorno para muitas famílias, outrora coagidas por grileiros a abandonarem seus lares. As RESEXs abriram a possibilidade dessas famílias retomarem seu modo de vida, baseado no extrativismo, na agricultura de subsistência, na pesca e na caça, agora, protegidas pela lei contra invasões de posseiros e grileiros.

5 A RESEX RIO XINGU - DA SERINGA AO PEIXE GELADO: ANÁLISE HISTÓRICA E CONTEXTO ATUAL

Este capítulo abordará de forma sucinta a caracterização das localidades/comunidades estudadas na RESEX Rio Xingu. A partir da memória e das vozes ribeirinhas serão descritos os diversos momentos históricos por quais passaram as famílias locais, retratando as atividades de subsistência tradicionalmente realizadas pelas mesmas, as dificuldades, os conflitos, etc.

Os meios de subsistência, a relação com o meio natural e as atividades atualmente realizadas pelas comunidades serão descritas relacionando com discussões acerca da divisão do trabalho de acordo com o gênero e as estratégias pensadas para garantir a reprodução social das famílias.

Por fim, de forma breve serão abordadas algumas características relacionadas ao espaço geográfico, *habitats* e modo de vida que permitiram emergir por parte da população local uma autodenominação própria, que pode ser analisada como uma nova categoria que surge a partir da união de outras categorias inerentes ao território.

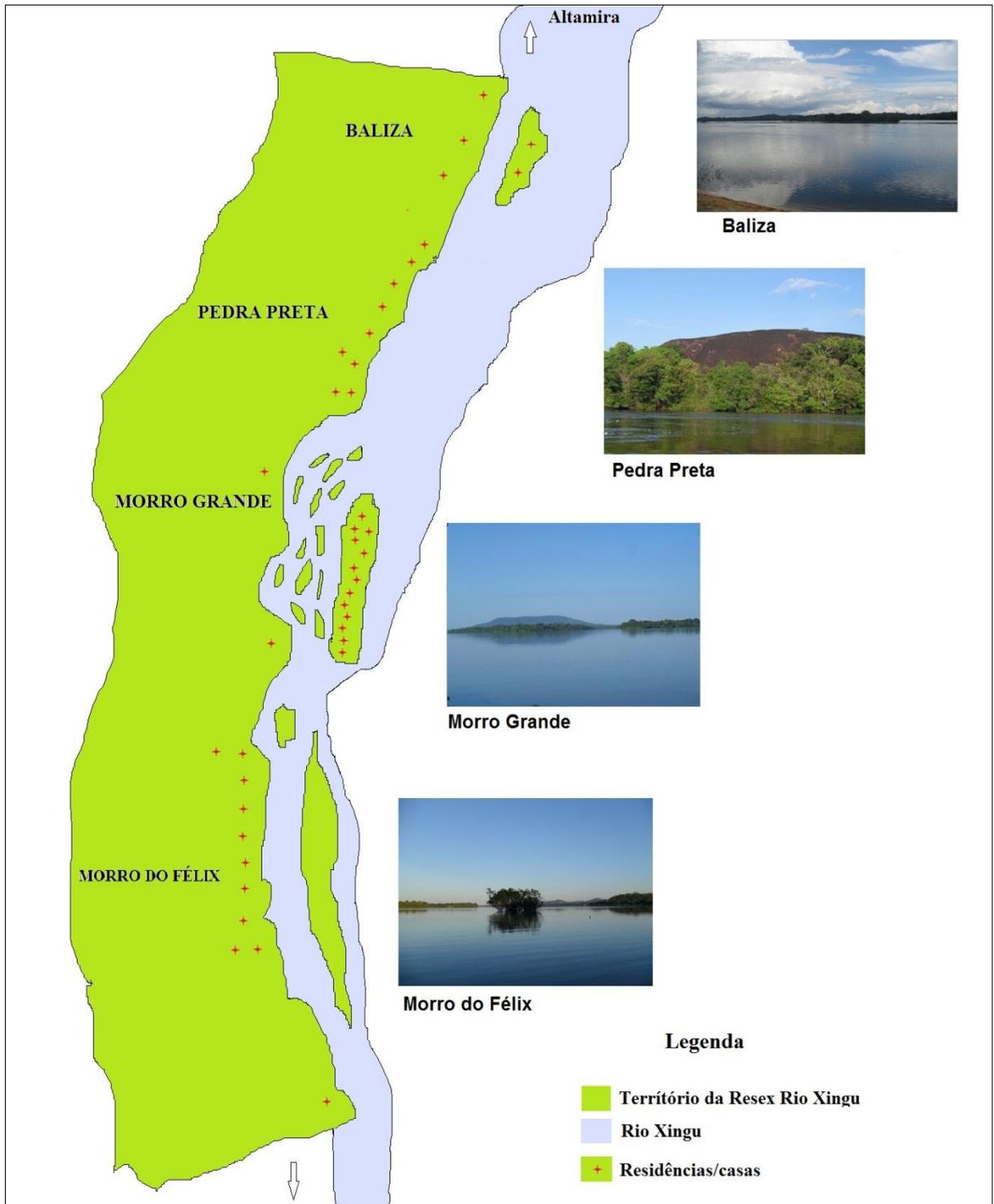
5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DA RESEX

De acordo com o Plano de Manejo (2012), a RESEX Rio Xingu possui 12 comunidades. São elas: Baliza, Pedra Preta, Monte Alegre, Carrera Comprida, Dico Preto, Morro Grande, Forte Veneza, Ilha do Belo Horizonte, Humaitá, Bom Jardim, Morro do Juriti e Morro do Félix, sendo que algumas delas não são mais habitadas. Entretanto, a partir da institucionalização da RESEX foi criado do Conselho Deliberativo³⁹ que, para fins de facilitação de cadastramento das famílias, reagrupou as mesmas em apenas quatro comunidades, isto é, as quatro regiões/comunidades que possuíam maior número de habitantes receberam, em documentos cadastrais e Plano de Manejo, outras famílias cujas residências estavam mais próximas geograficamente.

³⁹ O Conselho Deliberativo é o instrumento que formaliza a administração da Unidade de Conservação, cuja presidência cabe ao ICMBio. O mesmo é constituído também por representantes das comunidades tradicionais residentes na área, organizações da sociedade civil organizada e órgãos públicos locais e estaduais (GRECO et al., 2007; VASCONCELOS et al., 2010).

Desse modo, considera-se aqui esta divisão que foi formalizada no Plano de Manejo, o que significa que as famílias da RESEX se agrupam em quatro grandes comunidades, conforme Figura 8. São elas: Baliza, Pedra Preta, Morro Grande e Morro do Félix.

Figura 8 - Croqui de localização das comunidades e residências da RESEX Rio Xingu.



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

5.1.1 Comunidade Baliza

A Comunidade Baliza é a primeira comunidade da RESEX para quem sai de Altamira rumo ao sul. A mesma está localizada no limite norte da RESEX e tem esse nome devido à existência do igarapé Baliza.

Durante a pesquisa de campo foram constatadas cinco famílias residindo na comunidade e todas elas têm sua sobrevivência garantida a partir de atividades relacionadas à pesca, caça, extração de borracha, culturas de subsistência e, durante os meses de janeiro a março, muitas realizam o extrativismo da castanha.

5.1.2 Comunidade Pedra Preta

A comunidade Pedra Preta deve seu nome a uma enorme pedra de cor escura que existe na localidade, antigamente era conhecida como Morro dos Guaribas. Atualmente, reúne também moradores da Comunidade Monte Alegre. As duas comunidades reúnem 12 famílias, que sobrevivem principalmente da pesca, da qual obtém seu sustento por meio de venda realizada para os regatões, chamados também de barqueiros ou geleiros.

5.1.3 Comunidade Morro Grande

A Comunidade Morro Grande recebeu este nome devido à ilha de enorme altura que forma o Morro de mesmo nome. Alguns moradores residem na Ilha e outros em “terra firme”, forma como chamam a área da RESEX que não está em ilhas.

O povoamento dessa localidade é muito antigo, sendo relatada por Henri Coudreau (1977) durante viagem realizada pelo mesmo no Xingu ainda no ano de 1896. Este observou que em sua margem esquerda existia uma dezena de igarapés, sendo que em todos eles haviam seringais que eram explorados pelos moradores, o que evidencia que já naquele período existiam moradores trabalhando como seringueiros.

Atualmente, a comunidade é a mais populosa da RESEX, pois além de seus moradores, reúne famílias moradoras das Comunidades Vai Quem Quer, Ilha do Belo Horizonte, Forte Veneza e parte da Humaitá, totalizando cerca de 15 famílias que, como nas outras comunidades, têm sua sobrevivência garantida, principalmente, a partir da pesca, das culturas de subsistência como milho (*Zea mays* L.), arroz (*Oriza sativa*), feijão (*Phaseolus*

vulgaris L.) e mandioca (*Manihot esculenta* Crantz.), esta última produzida em maior escala para ser utilizada para o fabrico de farinha.

5.1.4. Comunidade Morro do Félix

A Comunidade Morro de Félix está localizada no extremo sul da RESEX, na área do antigo seringal Caxinguba. Engloba moradores das Comunidades Morro do Juriti, Carrera Comprida, parte do Humaitá, Morro do Costinha, Bom Jardim e Bela Vista.

Na localidade residem 14 famílias que, assim como nas outras comunidades da RESEX, têm seu sustento garantido por meio da pesca, do extrativismo de seringa e castanha. Algumas famílias possuem a maior parte de sua renda baseada, exclusivamente, na venda de farinha, o que também ocorre na Comunidade Morro Grande.

Nesta Comunidade está localizada a maior ilha da RESEX, chamada de Belo Horizonte. Segundo relatos, na Ilha há, aproximadamente, umas seis ou sete décadas, havia o maior seringal do Xingu, sendo este composto por mais de 40 habitações, barracão, posto de saúde, etc., o que lhe conferia grande densidade demográfica, quando comparada aos padrões atuais.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DOS MODOS DE VIDA DAS COMUNIDADES LOCAIS

5.2.1 O histórico de ocupação e vivência dos moradores na RESEX

Aproximadamente 95% dos atuais moradores da RESEX já nasceram na área ou entorno e são descendentes de indígenas, caboclos e/ou nordestinos que chegaram à região para trabalhar na exploração da borracha. Oliveira Filho (2012) relata que a ocupação da região amazônica por populações não indígenas ocorreu, principalmente, a partir do Primeiro Ciclo da Borracha, compreendido entre 1870 e 1910. Após esse período, o aumento do fluxo migratório na região ocorreu entre 1940 e 1945 (Segundo Ciclo da Borracha), atraindo uma grande leva de migrantes, especialmente, nordestinos que vieram trabalhar nos seringais que estavam em pleno auge.

Os moradores relatam que, a região, onde hoje é a RESEX Rio Xingu, já era habitada por indígenas e moradores locais (caboclos) antes mesmo da existência da exploração dos

seringais, o que evidencia que o povoamento da área advém de longa data, mais de um século. Este povoamento vai de encontro ao slogan “terra sem homens para homens sem terra”, muito enfatizado pelo governo nos anos de 1960 e 1970. Afinal, o vazio demográfico não era tão vazio assim.

De acordo com os moradores, os nordestinos que chegaram ao Xingu para trabalhar nos seringais foram chamados de soldados da borracha ou arigós. Soldados devido ao período da 2ª Guerra Mundial e arigós porque os mesmos desconheciam a região e os perigos que poderiam encontrar, ou seja, eram iludidos e não sabiam o que lhes esperava. O termo arigó também se referia aquele que desconhecia sobre a existência de índios bravos.

Os soldados da borracha ou arigós quando chegaram à região se estabeleceram em residências simples, geralmente cedidas pelos seringalistas, chamadas de colocações. Próximo às colocações existia um barracão central de suprimentos e eram abertas as estradas de seringa para exploração. Como já mencionado, na região existiu o maior seringal do Xingu, localizado na Ilha do Belo Horizonte, onde até, aproximadamente, os anos de 1950-1960 havia famílias que viviam do extrativismo na área.

Os ribeirinhos relatam a existência de diversos “patrões” na região. Estes, na maior parte dos depoimentos são lembrados de forma positiva, pela ajuda e o apoio prestado nos momentos de necessidade, como relata um morador local:

“Era assim... a seringa era assim... tinha os patrão... os seringalistas... Quando dava maio/ ABRIL vinha as embarcação com a mercadoria.. com rancho... açúcar... café... sabão... munição. O que a pessoa precisasse. Aí parava na casa do seringueiro... mandava colocar as estradas ... o seringalistas mandava colocar as estradas tudinho... as três estradas para o seringueiro... e deixava a mercadoria... que o cara precisasse... o cara ia trabalhar... mas ajudavam a colocar as estradas” (Entrevista 17).

Relação semelhante é analisada por Allegretti (2002) que discorre que mesmo vivendo sob condições de vida adversas, o paternalismo dos seringalistas (patrões) assegurou aos seringueiros e suas famílias maior segurança, o que permitiu as famílias repassar aos filhos a sua profissão, assegurando a reprodução social das mesmas. Talvez esse mesmo critério, isto é, a segurança tanto física quanto alimentar assegurada pelos patrões na região do Xingu tenha influenciado de forma positiva nas memórias ribeirinhas em relação aos mesmos. Corroborando com as análises de Allegretti (2002, p.187), pode-se deduzir que na memória dos moradores da RESEX Rio Xingu, a vida nos seringais teve um sentido de submissão e de liberdade simultâneas, sendo a última mais evidenciada nos discursos. Entretanto, parece ter prevalecido em suas memórias, a autonomia que os mesmos tinham na produção e vivência na

floresta, muito mais do que a dependência e as regras de comercialização unilateralmente estabelecidas pelos seringalistas.

Além do saudosismo à época, os moradores relatam as dificuldades desse período, como as doenças tropicais, os perigos da floresta, o clima quente, destacando as longas e árduas jornadas de trabalho nas estradas e na defumação⁴⁰ do látex. Outra dificuldade da época era a relação com os indígenas, onde corriqueiramente, ocorriam intensos e grandes conflitos, que culminavam em mortes de ambos os lados. Esses conflitos fazem parte das recordações dos moradores, sendo constantemente lembrados pelos mesmos.

As famílias destacam ainda que os antigos seringueiros quando saíam para trabalhar se despediam de suas esposas com a frase: “Vou, não sei se volto”. A frase fazia alusão a constantes emboscadas que os mesmos poderiam sofrer ao se deslocarem nas “picadas” de seringa para coletar o látex. No entanto, com o passar dos anos, essa relação tornou-se menos conflituosa, pois o comportamento mais agressivo partia somente de algumas etnias.

Outro período relevante para os moradores da região foi a caça de gato, que ocorreu durante os anos de 1960 até 1979. A realização dessa atividade é relatada por todas as famílias que a consideram como aquela que gerou maior retorno financeiro para as mesmas.

Mesmo após a proibição da caça de gatos em 1967, a atividade ainda continuou sendo praticada pelos moradores, que naquele momento não tiveram conhecimento da Lei⁴¹. No entanto, quando as fiscalizações se intensificaram, os mesmos deixaram a atividade e muitos retornaram ao trabalho de extração da borracha ou começaram a visualizar na pesca uma nova atividade para subsistência, através do comércio do peixe salgado. Considera-se a pesca como uma nova atividade de subsistência por que até aquele período não ocorria comercialização do pescado. A pesca era utilizada somente para manutenção e alimentação familiar, concomitantemente a caça. Os moradores ‘relatam que seus ascendentes ao chegarem das estradas de seringa, após defumarem o látex, no fim da tarde sempre se deslocavam para o rio com suas tarrafas em busca do pescado para janta do dia. A atividade pesqueira perdura até os dias atuais, no entanto, com uma mudança: o peixe salgado foi substituído pelo peixe gelado.

⁴⁰ Allegretti (2002) explica que o processo de defumação proporcionou maior durabilidade aos objetos produzidos a partir de borracha. O processo era realizado para que a seiva secasse mais depressa e não apodrecesse. Para isso a seiva, em finas camadas, eram penduradas por cima de fumaça produzida dentro de fornos subterrâneos, a partir da queima de coco babaçu, o que *proporcionava* a borracha uma cor branca-suja ou parda-escura.

⁴¹ Lei 5.197/1967 (Lei de Proteção à Fauna e Flora).

Outra atividade, relatada por 13% dos entrevistados, foi extração de folhas de jaborandi (*Pilocarpus jaborandi* Holmes). Essa atividade, segundo Taini (2005), foi a primeira atividade econômica a ser fortalecida a partir expansão da malha rodoviária da fronteira, uma vez que teve como porta de entrada para a Terra do Meio o município de São Félix do Xingu. Este autor destaca ainda que a coleta de jaborandi foi estruturada e subsidiada pela multinacional de fármacos e cosméticos, Merck Vegetec, cujo nome também foi citado pelos moradores da RESEX durante as entrevistas.

Os ribeirinhos também relatam que durante o período compreendido entre meados da década de 1980 e início da década de 2000, trabalharam para serrarias e madeireiras, extraindo diversas árvores de lei, sendo o mogno o carro chefe. Pontes Junior et al. (2004), ao estudarem sobre as relações de poder, violência e desenvolvimento na Terra do Meio, destacaram que entre 2000 e 2001 houve um aquecimento no mercado da madeira, especialmente do mogno, cujo conflito de interesses entre os diversos atores, envolvidos direta ou indiretamente na dinâmica do mercado da terra, gerou sérios conflitos e, inclusive, mortes. Possivelmente, foi a intensificação em torno da exploração madeireira, alavancada também pelo aumento da grilagem, que mais tarde serviram como impulso para o movimento em torno da criação da RESEX Rio Xingu.

Cerca de 22% dos ribeirinhos relatam ainda que trabalharam em áreas de garimpo fora e dentro da RESEX. Entretanto, essa atividade não perdurou por muito tempo e parece não apresentar grande significado para a economia e subsistência local, pois é pouco mencionada pelos mesmos, provavelmente porque na região da RESEX foram descobertas poucas áreas para exploração de minérios e o deslocamento até outras localidades da Terra do Meio, onde a exploração ocorria em maior escala, era penoso e demorado.

Além dessas atividades, no início dos anos 2000, 17% ribeirinhos entrevistados informaram que passaram a vender peixes ornamentais para agregação de valor à renda familiar. A pesca ornamental exige profundo conhecimento empírico dos pescadores (FREITAS; RIVAS, 2006), o que no caso da RESEX Rio Xingu se evidencia quando os ribeirinhos relatam o conhecimento sobre locais propícios à captura, horários e hábitos alimentares dos peixes.

Na RESEX Rio Xingu, o foco de captura eram os cascudos da família Loricariidae como: acari zebra (*Hypancistrus zebra*), endêmico da região do rio Xingu (CARVALHO JÚNIOR et al., 2009), peixe onça (*Leporacanthicus heterodon*), amarelinho (*Baryancistrus* n. sp), assá ou assacu pirara (*Pseudacanthicus* cf. *leopardos*), laranja (*Baryancistrus* sp), tubarão (*Ancistrinae* sp.) e arraias (Família Potamotrygonidae). A comercialização das

espécies passava dos ribeirinhos para o atravessador que, ao chegar à cidade de Altamira, repassava ao distribuidor (donos e representantes de empresas de aquários), que, por fim, repassava para feiras, lojas nacionais ou para exportação. Cadeia de distribuição análoga foi apresentada por Carvalho Júnior et al. (2009). Entretanto, devido a proibições⁴² em relação à captura de determinadas espécies de peixes ornamentais (acari zebra e arraias) e intensificação das fiscalizações pelo IBAMA, a atividade foi paralisada por volta do ano de 2009.

Em relação às fazendas, a RESEX possui três áreas de fazendas desapropriadas. Para muitos ribeirinhos, estas serviram como uma forma de obtenção de renda, pois quando havia necessidade, os mesmos tiravam diárias, trabalhando nas mesmas. Durante a pesquisa, duas das antigas fazendas foram visitadas, cujos proprietários eram João Ribeiro e Adebaldo, ambas localizadas próximo à Comunidade Morro Grande. A primeira área está totalmente desapropriada, no entanto, é possível deduzir a existência de cavalos e gado bovino, devido à existência de muitas pegadas no chão. Na área da outra fazenda, hoje, conhecida como Gabiroto, funciona uma das três pistas de pouso da RESEX e uma sede de apoio, onde foram construídas, com auxílio financeiro de uma ONG, uma escola, uma sala para enfermeiro e diversos alojamentos, ainda sem uso.

Algumas das fases históricas, vividas pelas comunidades tradicionais da RESEX Rio Xingu, foram resumidas no Quadro 3:

Quadro 3 - Resumo das fases históricas e atividades praticadas pelos moradores da RESEX.

PERÍODO	ATIVIDADE
1870 – 1910	Primeiro Ciclo de exploração da borracha – Início do povoamento por não-indígenas
1940 – 1945	Segundo Ciclo de exploração da borracha – Chegada de migrantes nordestinos (arigós)
1960 – 1979	Período de exploração das peles (caça de gatos)
1976 – 1994	Exploração de minérios (garimpo) na Terra do Meio ⁴³
1980 – 1995	Extrativismo pesqueiro – comercialização de peixe salgado
1980 – 2002	Exploração de madeira – entrada de serrarias e madeireiras
2000 – 2009	Exploração da pesca ornamental
2002 – 2005	Implantação de fazendas na região

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

⁴² Instrução Normativa N°202/2008; Instrução Normativa N° 203/2008 e Instrução Normativa N°204/2008 (IBAMA).

⁴³ De acordo com Taini (2005), a exploração de minério na Terra do Meio teve início em 1976, com a exploração de cassiterita, se estendendo até 1992. A exploração de artesanal de ouro ocorreu, somente, entre 1989 e 1994.

Percebe-se, então, que a reprodução social das comunidades tradicionais da RESEX sempre esteve interligada aos recursos naturais e que a relação com estes recursos nem sempre foi baseada na preservação, mesmo que diversos autores (CASTRO, 1997; DIEGUES, 2001; VIANNA, 2008; WITKOSKI, 2010) afirmem em seus estudos a existência de uma relação harmônica entre as populações tradicionais e a natureza. Deve-se analisar que as populações tradicionais visam garantir sua autonomia e reprodução física e social (PORRO et al., 2009), cujas ações implicam na busca rotineira por subsistência. Entretanto, o alcance destes objetivos, em muitos casos, depende de uma relação não tanto preservacionista ou conservacionista com o meio ambiente.

No caso da RESEX Rio Xingu, existiram diferentes contextos, cenários e contradições e estas não devem ser ignoradas, pois como menciona Godelier (1974 apud Diegues, 2001a), o ser humano é capaz de promover diferentes estratégias para exploração dos recursos naturais, enfrentando limitações ecológicas e sociais, o que remete a noção de adaptação formulada por este mesmo autor. Assim, pode-se deduzir que mediante as diferentes conjunturas por quais ou nas quais a região foi inserida, as comunidades tradicionais da RESEX Rio Xingu utilizaram-se da sua capacidade de adaptação (GODELIER, 1984 apud DIEGUES, 2001a), cujas ações nem sempre prezaram ou atenuaram os efeitos negativos da exploração de recursos.

Desse modo, quando consideradas as atividades historicamente praticadas pelas comunidades tradicionais da RESEX Rio Xingu, surgem contradições, o que permite a análise sob o ponto de vista de Waldman (2006), que relata que nem sempre as comunidades tradicionais conseguem estabelecer formas equilibradas de convívio com o seu meio natural. No entanto, os efeitos são percebidos, geralmente, em esfera local, o que é fato confirmado na região, uma vez que, os diferentes cenários de expropriação e exploração dos recursos, alavancados por atores externos propiciaram, mais tarde, o debate em torno da proteção da área através da criação de uma RESEX.

Por outro lado, Pretty et al. (2007) apud Garcia (2008) em suas análises, destacam que o papel e ação do ser humano fazem parte da tensão permanente que existe entre a estrutura e ação. Estrutura que neste caso diz respeito às instituições e forças ideológicas, como posição social, práticas institucionais e fontes de opressão. A ação remete aos esforços individuais e coletivos para a resistência às circunstâncias opressivas e ação para moldar a própria vida. Portanto, quando analisa-se o contexto das comunidades tradicionais da RESEX, pode-se afirmar que apesar da “tradicionalidade” evidente, o comportamento do ser humano não é

estático e inalterável, pelo contrário, é resiliente e mutável ao longo da história e da conjuntura, o que combina com todas as análises .

Continuando as discussões sobre as atividades praticadas pelas famílias, ressalta-se que houve um momento de maior destaque e que foi decisivo para o movimento em prol da criação de uma RESEX na área. Trata-se do estabelecimento da CR Almeida, empresa cujo proprietário Cecílio do Rêgo Almeida, foi considerado o maior latifundiário (grileiro) do mundo, de acordo com Policarpo Júnior (1999, p. 28-35). Sobre o estabelecimento de grilagem na região da Terra do Meio, Pontes et al. (2004), alertaram sobre o avanço de dezenas de grileiros e a pressão que tal processo representou para os moradores locais, visto que muitos foram afugentados, como já exposto.

De acordo com os moradores, a CR Almeida se estabeleceu na região no ano de 2001, alegando ser a dona de todas as terras da área. Os ribeirinhos que moravam por gerações na área foram “autorizados” a continuar em suas casas, fazendo o que já faziam, de forma que a natureza não fosse prejudicada. Ironicamente, esses são os relatos da maior parte das famílias que, até os dias atuais, parecem apresentar certo receio ao falar sobre a empresa, até porque para as famílias locais, a empresa foi “muito boa”, pois as mesmas recebiam salários e cestas básicas para, segundo elas, “não fazerem nada, só viverem do jeito que já viviam”.

Por outro lado, os mesmos ribeirinhos que relembram com saudosismo a atuação da empresa, seu auxílio financeiro através de “agrados” como doação de pequenas embarcações, motores, prestação de serviços médicos, etc., dizem não saber quais seriam seus futuros se a empresa continuasse na área até hoje, pois “ela nunca disse qual era o seu trabalho e o que iria acontecer com os ribeirinhos. Dizia apenas que era dona das terras e que os ribeirinhos não tinham nada”.

“Depois que tivesse tudo arrumando eles... Assim o pessoal falava, dava muito ranchos, cesta básica, muita gente ajudou os barracos ai construídos foi tudo construído pela CR Almeida tá, certo que foi ele que fez, mas foi a custa dela. Todo o material, moto, combustível” (Entrevista 1).

“A CR Almeida chegou. A CR Almeida chegou aqui. A CR Almeida teve aqui. A CR Almeida quando teve aqui... não espancou ninguém... os ribeirinhos. Ela foi ruim pra fazendeiro a CR Almeida. Mas ribeirinho... ela não bateu. A CR Almeida não queimou casa de ribeirinho. Não. Não queimou casa de ribeirinho. Nunca aconteceu quando ele teve aqui dentro. Até ajudava muitos. Meu sobrinho... caiu o facão, cortou o braço do meu sobrinho... e ele roçando mais o pai dele. Na mesma hora... a CR Almeida chegou junto. Tirou pra Belém... desse meio de mundo. Meu sobrinho não ficou aleijado não... ficou bom” (Entrevista 16).

Outros trechos demonstram a existência de certa coerção por parte da empresa em relação aos moradores locais, uma vez que muitas famílias foram pegas de surpresa, tendo suas casas e terras apropriadas por empregados, inclusive com algumas ameaças relacionadas à propriedade das terras e das áreas produtivas das famílias, o que, conseqüente, levou muitas famílias a passarem por situações humilhantes. Sem terem para quem pedir auxílio e verificando o “poder” da empresa na região, que atuava sob a figura de trabalhadores armados, muitas famílias se viram obrigadas a sair de suas casas, historicamente habitadas por seus ascendentes, para outras localidades, a fim de proteção, conforme relatos,

“A CR Almeida chegou aí falando que/quê ninguém tinha nada. Que o beiradeiro não tinha um palmo de terra. A não ser quando morresse ganhava sete” (Entrevista 15).

“[...] Passei todos anos lá para baixo com medo. Mas todo o ano eu vinha aqui para aqui pra cá... limpar o sítio. Limpar os castanhais... que eu tirava castanhas... que eu quebrava castanha. Todo o ano a gente vinha... até que não deu mais de vim porque a CR Almeida invadiu a casa aí. Aí ficou de dono. Pra vim que era maior humilhação. Tinha que pegar a autorização. [...] Foi... foi. Tomaram a casa [...] Aí tinha esse bocado de dono para chegar aqui. Tinha que pegar a autorização por escrito. Tinha que ir no escritório deles porque se não chegava aqui ia ficar preso aqui eu o meu barco, os meus filhos, todo mundo ia ficar aqui. Era uma humilhação para a gente” (Entrevista 10).

A partir dos discursos é possível afirmar que existiram diversas contradições históricas por quais passaram as comunidades tradicionais da RESEX. Muitas famílias consideram o estabelecimento de uma empresa que alegava ser dona das terras como algo que foi positivo para elas. Este pensamento, provavelmente, está relacionado a “gratidão” pelos serviços prestados pela mesma, já que as famílias quase nunca receberam qualquer apoio externo por parte de qualquer instituição governamental ou não-governamental. Esse cenário pode ser analisado sob o ponto de vista de Mauss (2003, p. 96) que discorre que, nunca, as relações que implicam troca de bens ou econômica são simples relações, estas implicam sempre em um contrato de reciprocidade, onde as pessoas presentes nesse contrato não são indivíduos, mas coletividades, cuja representação se dá por pessoas morais, como famílias. Entretanto, a reciprocidade existente nessa relação, não parece se tratar daquela analisada por Mauss (2003). No caso da RESEX Rio Xingu, a relação entre famílias e empresa pode ser analisada como reciprocidade assimétrica (SABOURIN, 2009), uma vez que existe uma reciprocidade desigual, onde os ribeirinhos ficaram cativos do imaginário, ao enaltecer a empresa CR Almeida.

Temple (2004) apud Sabourin (2009, p. 62-63) destacam que a reciprocidade assimétrica envolve o imaginário, porque este “leva cada um a se prevalecer em função do controle que pode exercer sobre a reciprocidade em si e, primeiramente, sobre os meios de produção que esta envolve”. Sabourin (2009, p. 59) discorre ainda que a relação de reciprocidade assimétrica “traz o prestígio do doador e a obrigação ou a submissão do donatário (dádiva agonística)”. Assim, ao se estabelecer na região, alegando ser dona e oferecendo agrados, serviços e empregos às famílias, a CR Almeida estabeleceu uma relação de superioridade, o que despertou no imaginário dos ribeirinhos a obrigação de retribuir, o que nesse caso, materializou a reciprocidade não por troca de bens físicos, mas, por sentimentos de submissão, gratidão e “respeito”. Provavelmente, essa é a mesma lógica que prevalece nas famílias locais, ao mencionarem sobre os padrões dos antigos seringais.

Analisando a atuação da empresa CR Almeida na região, pode-se deduzir que a ajuda prestada aos moradores estava imbuída de interesses, pois como afirma Bourdieu (1996), não existe ato desinteressado, uma vez que toda dádiva exige uma contradádiva (MAUSS, 2003), isto é, aquele que dá, insere no outro, a obrigação de retribuir. Assim, as ajudas ou agrados às famílias locais, provavelmente, visavam algum tipo de retribuição ou submissão.

Essas relações de poder e dependência e a capacidade de adaptação (GODELIER, 1984 apud DIEGUES, 2001a) das comunidades tradicionais locais a estas, podem ser explicadas por Pretty et al. (2007) apud Garcia (2008), que afirmam que as ações humanas são moldadas pela estrutura, sendo assim, passíveis de mudanças, uma vez que são socialmente construídas. Sendo assim, os moradores da RESEX, de forma tácita acabaram se adaptando ou se moldando a estrutura social constituída pelos diferentes contextos históricos por quais passou a região.

Percebe-se, a partir da análise histórica, que as comunidades tradicionais da região sempre viveram sob constantes pressões e ameaças aos seus modos de vida e territórios. Ora seringalistas, que através do sistema de patronagem e aviamento mantinham cativos os seringueiros, ora a coação exercida por fazendeiros, grileiros, posseiros, madeireiros e especuladores, o que em muitos casos, influenciou famílias inteiras a abandonarem suas residências e seus modos de vida, passando a viver em situação de miséria nas periferias das cidades de Altamira e São Félix do Xingu.

Portanto, pode-se afirmar que, nesses processos históricos, as comunidades tradicionais sempre foram imersas, involuntariamente, em situações ou cenários que chegavam à região, isto é, nunca foram protagonistas de suas próprias histórias. Pelo contrário, na maior parte das vezes, essas comunidades foram ignoradas ou vistas como meros

objetos que poderiam ser utilizados em função do trabalho que poderiam realizar ou como simples peças que poderiam ser manipuladas de acordo com a conveniência daqueles que se estabeleceram na área alegando ter propriedade e poder de uso referentes à mesma. Entretanto, como já exposto, estas, empiricamente, conseguiram se adaptar, superando as limitações impostas.

5.2.2 Saberes tradicionais, meios de subsistência, áreas de uso e recursos naturais

Na RESEX Rio Xingu, as atividades realizadas pelos moradores são baseadas no seu modo de vida tradicional, onde a população combina atividades relacionadas à agricultura de subsistência, extrativismo vegetal, pesca e caça. Essas práticas combinam com aquelas relatadas por Diegues (1988), ao estudar as culturas tradicionais litorâneas, especialmente, os caiçaras.

Este mesmo autor destaca que essa combinação de práticas e usos dos recursos naturais é uma forma de utilização de vários ecossistemas, considerando suas características e ciclos naturais, de forma a reduzir os riscos da dependência de somente um recurso natural que pode se esgotar (DIEGUES; NOGARA, 1994). Alguns depoimentos destacam bem essa relação multiplicidade de *habitats*, com ênfase nas principais atividades atualmente realizadas,

“Depois que vim para cá, quando parou o negócio da seringa ai nos começamos a fazer roça de mandioca. Nessa época ainda nem se falava em cacau, ele é novo aqui” (Entrevista 1).

“Mais pesco, a caça é quando aparece algo pra gente comer. E também a gente pesca direto [...] a farinha só pra alimentação. A seringa não tiro mais não. A castanha só uma vez por ano” (Entrevista 2).

“Vivemos mais da pesca e da castanha uma vez por ano. Quando entra o ano a gente colhe em janeiro e fevereiro. E a pesca é o principal meio de sobreviver” (Entrevista 3).

“Eu trabalhava com pesca. Aí eu trabalhava com pesca. Aí foi o tempo que eu parei de pescar. Aí eu fui trabalhar com roça. Da roça foi pra esse ramo da seringa agora” (Entrevista 23).

Desse modo, pode-se perceber que existe intensa relação com os diferentes ecossistemas, o que permite comparar as comunidades tradicionais locais da RESEX Rio Xingu com os camponeses ribeirinhos do rio Solimões/Amazonas, estudados por Witkoski (2010).

ambientes de pesca, mas também nas áreas de caça e roça e na convivência com os mais velhos.

Tal análise corrobora com a assertiva de Posey (1987), que discorre que o uso dos recursos naturais por populações locais é norteado pelo conjunto de conhecimentos acumulados, resultantes da relação direta dos indivíduos com o meio ambiente, isto é, através das observações atentas dos ciclos naturais, herança cultural e troca de informações entre pares sociais.

Além disso, na Figura 9 a família retrata como local de uso uma área de castanhal, fruto de herança paterna, que está localizado dentro das delimitações da Estação Ecológica da Terra do Meio, que é chamada pelos mesmos de Parque Ecológico. Ou seja, percebe-se que não existem delimitações físicas das áreas de uso, o que pode ser legado dos antigos seringais, cuja realidade não impunha limites rígidos de propriedade individual (ALLEGRETTI, 1994). Por outro lado, o fato de não existir limites físicos, semelhantes aos parcelamentos como os lotes nos assentamentos instalados pelo INCRA, não significa que socialmente não existam entre as famílias entendimento até onde cada grupo familiar pode utilizar, pelo contrário os ribeirinhos estão organizados em torno de territorialidades específicas, no sentido proposto por Almeida (2008). Neste sentido, o fato do castanhal ser herdado quer dizer que há no território o reconhecimento do direito de uso da unidade familiar, instituído através de processos sociais que envolvem relações ora harmônicas ora conflituosas produzidas historicamente. Além disso, o trabalho realizado pela família na área dá legitimidade a posse da terra, conforme aceção de Martins (1980), que destaca que é no trabalho que reside o direito de propriedade.

Do mesmo modo ocorre com outras famílias. Na Figura 10, um mapa de uso elaborado por uma família da Comunidade Morro Grande, destaca os locais onde realizam as atividades de subsistência. A caça é realizada em diversos locais de floresta. A pesca é realizada em áreas próximas à residência, porém, em alguns casos, é realizada em pontos específicos, próximo a pedras (lajeiros) que existem dentro do rio, por estes locais serem pontos de abrigo de algumas espécies apreciadas pelas famílias, tanto para o consumo quanto para a venda. No mapa, estes pontos são representados por desenhos desformes de cor escura ao longo do rio e próximo às ilhas.

Figura 10 - Mapa de uso dos recursos naturais elaborado por uma família da Comunidade Morro Grande.



Fonte: Membros da família responsável pela Entrevista N°20.

As áreas de roça, nos dois casos (Figura 9 e Figura 10), são próximas às residências, o que pode ser analisado como estratégica para diminuição do dispêndio relacionado à força de trabalho familiar. Além disso, em virtude da grande quantidade de animais que existem na floresta e que podem atacar o plantio (principalmente porcos e caititus), a proximidade com a residência facilita o controle em relação a entradas desses animais.

As estradas de seringa também são relativamente próximas às residências, diferentemente das áreas dos castanhais, que em ambos os casos demonstrados são distantes das unidades familiares. Essa diferença pode estar relacionada ao grau de importância dada a primeira atividade. A extração de seringa na região possui importância histórica, pois muitos moradores chegaram à área para trabalhar na atividade. Já o extrativismo da castanha é visto pela maior parte das famílias como uma atividade complementar a sua renda, sendo realizada em períodos anuais específicos.

Em todo o caso, fica evidente que as áreas de uso estão bem definidas socialmente, isto é, na RESEX Rio Xingu, a divisão do território e dos recursos, que são de uso comum, é feita de forma simbólica, por meio do respeito à área do outro. Essa relação de “respeito” decorre das relações sociais estabelecidas há muito tempo pelos moradores, prova disso são os relatos de todas as famílias, que descrevem que “desde a época de seus pais era assim”, “as estradas de seringa e os castanhais já estavam definidos” ou “já tinham dono”. Além disso, existem fortes relações de parentesco, compadrios e vizinhança que auxiliam na perpetuação dessas relações ao longo do tempo. Desse modo, até os dias atuais, muitas regras de convivência, estabelecidas há muitos anos, ainda prevalecem.

5.2.3 Caracterização das principais atividades de subsistência

As atividades de subsistência realizadas pelas famílias das comunidades tradicionais da RESEX Rio Xingu são fortemente associadas aos recursos naturais disponíveis. Corroborando com Witkoski (2010, p. 190), pode-se afirmar que “a terra, a floresta e a água participam de modo decisivo da forma como esses agentes sociais procuram dar plenitude à vida”.

Além disso, a realização dessas atividades está fortemente relacionada aos saberes que as famílias detêm sobre os ciclos reprodutivos de espécies animais e vegetais (CASTRO, 1997), e também sobre a sazonalidade, o período climático e as necessidades das famílias. Desse modo, ao montarem seus calendários produtivos, as comunidades locais consideram todos esses aspectos.

Diante disso, neste tópico serão aprofundadas as características que reforçam estes recursos como bases existenciais para a manutenção das comunidades tradicionais da RESEX Rio Xingu, através da caracterização das atividades por elas praticadas, como: pesca, extrativismo vegetal e animal (caça) e agricultura.

5.2.3.1 Atividade Pesqueira

É a principal atividade de subsistência local, sendo realizada por 100% das famílias ribeirinhas para garantir o consumo nutricional (proteína animal) diário. Para cerca de 78% dessas famílias, a pesca é o principal meio de obtenção de receita, através da venda para regatões (Figura 11). É uma das atividades que mais demanda tempo por ser realizada durante todo o ano. Mesmo no Período do Defeso⁴⁴, em que é proibida a pesca de alguns espécimes, as famílias continuam pescando outras espécies como forma de obtenção de renda e alimento.

Figura 11 - Ribeirinho da Comunidade Pedra Preta tratando os peixes capturados para negociá-los com o regatão.

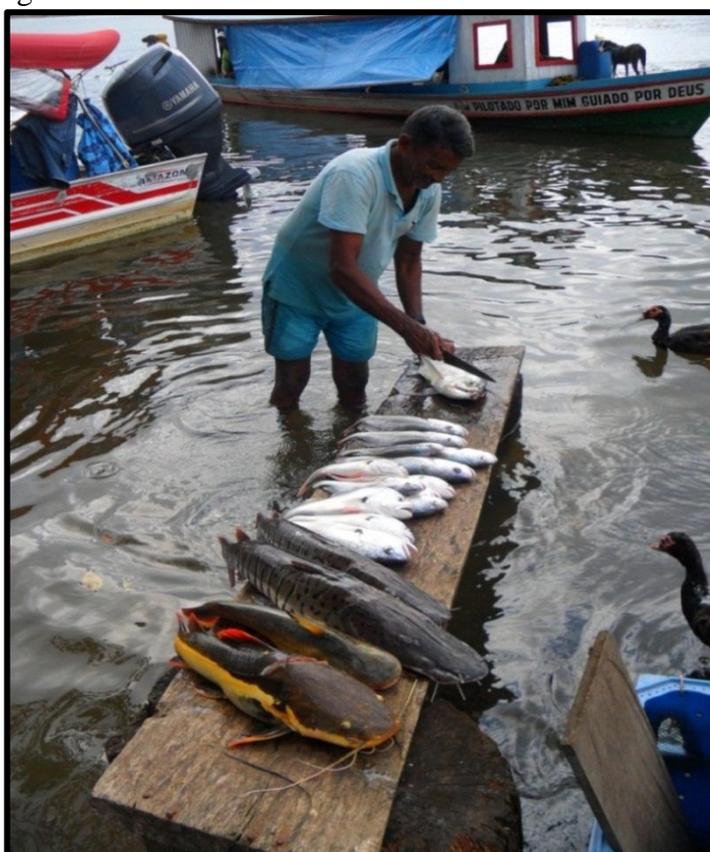


Foto: Roberta Castro, 2012.

Fonte: Pesquisa de campo.

⁴⁴ Período em que é proibida a pesca de espécies que estão passando pela piracema, isto é, estão em período de desova para reprodução. De acordo com o IBAMA, este período ocorre entre os meses de outubro a março.

Na atividade pesqueira todos os membros das unidades familiares se envolvem, o que corrobora com Santos e Santos (2005) que relatam que a pesca de subsistência é uma atividade expressiva culturalmente, por ser praticada por pessoas de diferentes gêneros e faixas etárias. Essa assertiva se confirmou durante a pesquisa de campo, onde foi possível visualizar famílias inteiras saindo para pescar ou mariscar⁴⁵ em lagos de pesca ou em áreas fora do entorno da RESEX, inclusive, pernoitando em praias, chamadas de “rancho”, isto é, os mesmos se “arranchavam” próximo aos locais de pesca, pois desse modo, podiam utilizar também o período noturno para realização da atividade, visto que algumas espécies são mais fáceis de capturar neste turno.

As crianças, ainda bem pequenas, são incentivadas a aprenderem a pescar (Figura 12) e algumas delas passam a comercializar pequenas quantidades com os regatões, também chamados de barqueiros, peixeiros ou geleiros, obtendo, dessa forma, o saldo⁴⁶ para realização de trocas ou compra de guloseimas.

Figura 12 - Menina ribeirinha da Comunidade Humaitá pescando.



Foto: Roberta Castro, 2012.

Fonte: Pesquisa de campo.

⁴⁵ Termo utilizado por alguns moradores da RESEX para designar a realização da atividade pesqueira, isto é, pescar e mariscar podem ser considerados sinônimos.

⁴⁶ O saldo é o valor que “sobra” nas mãos do regatão, mas que é de “posse” legítima do ribeirinho após a compra de produtos ou a venda/troca por peixe, ou seja, é uma espécie de troco que o ribeirinho tem direito e que pode ser pago pelo regatão no momento da negociação ou ser utilizado para compra imediata de novos produtos ou pode ser somado aos próximos saldos.

Além disso, por ser uma atividade que demanda muito tempo e paciência, as famílias ou saem de suas casas e se deslocam para os locais de pesca bem cedo, antes do pôr-do-sol ou ao entardecer. Neste último caso, costumam pernoitar. No primeiro, podem permanecer pescando por até 14h, e muitas vezes, passam o dia se alimentando apenas de farinha e água (chibé) e ao retornarem, cozinham ou fritam alguns peixes para a janta.

Nesse processo, o deslocamento das famílias até os locais de pesca é facilitado pelos conhecimentos empíricos que estas possuem sobre hábitos de determinadas espécies, o que permite que as mesmas saibam onde se localizam as áreas mais propícias a pesca. Para Furtado (1993), esse conhecimento é caracterizado como saber nativo, sendo passado de geração a geração e compreende formas de detecção e definição de cardumes, escolha e localização dos pontos propícios à pesca, as condições de acesso a estes locais, bem como os códigos e normas que orientam o uso dos territórios e seus recursos de acordo com as diversas estações do ano. Este saber tradicional inclui ainda intuição, percepções, vivência e tradição oral (CARVALHO JÚNIOR et al., 2011).

Sobre estas características, Ramos et al. (2000), em estudo sobre o Etnoconhecimento de pescadores na Amazônia Central, identificou que, empiricamente, estes desenvolveram um sistema complexo de classificação sobre a ictiofauna local que serve como base para orientação para uso de estratégias da captura do pescado, uma vez que, através da prática sazonal da atividade pesqueira, os pescadores adquiriram conhecimentos que lhes permite identificar informações sobre o comportamento dos peixes, sua reprodução, alimentação, migração, além da capacidade de precisão quanto as espécies mais frequentes na região em que habitam.

Em relação aos apetrechos utilizados na atividade pesqueira pelas famílias locais, destacam-se o anzol e a linha de mão, que são chamados pelos mesmos de “tela”. No entanto, 26% das famílias afirmaram utilizar, esporadicamente, também malhadeiras e espinhel, o que, dependendo do tamanho da rede/tela e da quantidade de anzóis que são utilizados, é proibido, segundo o Plano de Manejo da RESEX.

As famílias que têm sua subsistência baseada na pesca recebem dos regatões uma caixa de isopor com barras de gelo para que os peixes capturados sejam armazenados, conservados e transportados de volta à cidade para a revenda. Esse sistema em que o regatão leva da cidade até a RESEX, caixas de isopor com barras de gelo foi instituído há muito tempo, a partir de acordos verbais entre os moradores e os regatões. Este acordo visa benefícios para ambos os lados, pois a inexistência de energia elétrica pública nas casas das famílias das RESEXs impede que as mesmas tenham meios de conservar o pescado. Assim,

ao levar o gelo, o regatão garante o peixe para o repasse aos distribuidores de Altamira e os ribeirinhos garantem a receita proveniente da quantidade pescada, gerando ganhos financeiros para ambas as partes.

Entretanto, mesmo pescando uma diversidade de espécies, os ribeirinhos comercializam apenas algumas delas, pois o que prevalece é a demanda estabelecida pelos regatões, visto que os mesmos revendem os peixes nas cidades de Altamira e São Félix do Xingu. Quando comercializam com regatões de Altamira, apenas alguns tipos de peixes possuem maior aceitação no mercado local. Desse modo, os mais procurados pelos regatões e, conseqüentemente, aqueles que devem ser capturados em maior escala pelos ribeirinhos são: tucunaré (*Cichla* spp.), pacu (*Piaractus metynnis* sp.), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum* L.) e pescada (*Plagioscion squamosissimus*), (MONTAG et al., 2009) considerados peixes de “primeira”. Em menor escala estão matrinhã (*Brycon* spp.) e fidalgo (*Ageneiosus* spp.). Entretanto, quando fornecem para regatões que vendem em São Félix do Xingu, além das espécies já mencionadas, os mesmos comercializam também: cachorra (*Hydrolycus scomberoides*), trairão (*Malabaricus*), piranha (*Pygocentrus* spp.) e pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus*) (MONTAG et al., 2009), também chamados de “peixes fera”, considerados de “segunda”.

De qualquer modo, o valor do quilo é considerado pelas comunidades locais, muito baixo, tanto para os peixes “de primeira”, cujo valor pago pelos regatões, por quilo, não chega a R\$4,00 (varia entre R\$3,00 e R\$3,50, dependendo da espécie), quanto para os peixes “de segunda”, cujo valor/kg varia entre R\$1,00 e R\$1,50.

Os valores pagos pelos regatões, bem como o trabalho árduo são fontes de muitas reclamações por parte dos ribeirinhos. Os mesmos relatam que por ser uma atividade praticada por todas as famílias da RESEX, tanto para subsistência (100%), quanto para venda (78%), os peixes estão diminuindo. Essa diminuição, segundo os moradores, deve-se ao fato da pesca ser praticada diariamente, e não somente para subsistência. Assim, como 78% das famílias realizam esta atividade em escala comercial, a quantidade de peixes capturados aumenta, de acordo com as necessidades financeiras das mesmas, o que gradativamente está diminuindo a quantidade de peixes na área da RESEX, segundo informações obtidas com os ribeirinhos pescadores.

5.2.3.2 Extrativismo Vegetal e Animal

- Extração de látex

Na RESEX Rio Xingu as atividades extrativistas vegetais realizadas pelas famílias locais são a coleta de látex das seringueiras (*Hevea brasiliensis* (Willd. ex A. Juss.) Müll) e a catação/apanha de ouriços de castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa* H.B.K). Ambas as atividades e locais (estradas de seringa⁴⁷ e castanhais) são heranças de pais e/ou avós dos atuais moradores, que abriram as áreas e tornaram-se donos por direito.

Atualmente, com o apoio do Instituto Socioambiental, que tem diversos projetos voltados as UCs da Terra do Meio, a extração de látex pelos ribeirinhos foi incentivada, pois esta ONG fez uma parceria com a indústria Mercur S.A.⁴⁸, cuja sede está localizada na região sudeste. Essa parceria possibilitou, através de contrato, o aumento do valor pago aos ribeirinhos pelo quilo de borracha extraída, isto é, os ribeirinhos que antes vendiam o quilo do produto por um preço que variava entre R\$3,00 e R\$3,50, passaram a vender a mesma quantidade por R\$4,50. Além disso, os ribeirinhos passaram a estocar o látex em formas, para formação de mantas, cuja peça é comercializada com a empresa por valores que variam entre R\$6,00 e R\$6,50. Mesmo com este apoio, apenas 22% das famílias entrevistadas realizam esta atividade ou tem ela como um dos principais meios de obtenção de renda e subsistência (Figura 13).

As outras famílias (78%) informaram que não realizam a atividade porque acreditam que somente através da extração de látex não é possível garantir seus meios de subsistência. Além disso, é uma atividade que exige muito tempo de quem a prática, visto que o seringueiro sai de sua casa ao amanhecer, muitas vezes ainda no escuro e só retorna no final da tarde, o que não permite conciliá-la com outras atividades as quais podem obter retorno financeiro. Além dessa explicação, as famílias relatam que, antigamente, quando existiam seringalistas na área, as estradas de seringa eram entregues prontas e apenas alguns poucos moradores mais velhos sabem como abrir as estradas, pois têm conhecimento para isso. Os mais novos não sabem como fazer e, para pedir ajuda para aqueles que sabem é difícil, pois estes últimos

⁴⁷ Aberturas/caminhos dentro da mata que orientam o seringueiro no deslocamento de uma seringueira até a outra.

⁴⁸ A Mercur S.A. é um indústria brasileira de borracha, visando a fabricação de produtos nas áreas de material escolar, escritório e outros.

passam dias inteiros em suas estradas e, conseqüentemente, não têm tempo para abrir ou ensinar outros como fazer novas estradas.

Figura 13 - Família ribeirinha da Comunidade Baliza mostrando uma seringueira explorada para extração do látex.



Foto: Roberta Castro, 2012.

Fonte: Pesquisa de campo.

De acordo com os ribeirinhos que praticam esta atividade, as caminhadas nas estradas e a coleta são, geralmente, realizadas por homens acompanhados por adolescentes e crianças do sexo masculino. No entanto, existem muitas mulheres que têm conhecimento sobre a atividade, por já terem trabalhado na mesma quando crianças.

O trabalho de extração do látex é bastante árduo, pois existem estradas de seringa de até 10 quilômetros e, além disso, os ribeirinhos/seringueiros saem de suas residências ainda de madrugada, entre 4h e 5h, e retornam somente no fim das tardes, entre 16h e 17h.

Este horário tradicional é realizado desde o tempo dos ancestrais, pois ao saírem ainda no escuro da madrugada, os ribeirinhos faziam um risco em cada seringueira e acoplavam um recipiente, semelhante a um copo, na mesma. Ao retornarem no fim de tarde, iam colhendo os recipientes com o líquido e enchendo sacos com este. Esses mesmos procedimentos são realizados atualmente, porém, algumas adaptações foram feitas, como por exemplo: a substituição do recipiente que era de alumínio e danificava as árvores, por um recipiente de plástico; e a borracha, ao invés de ser defumada, é coalhada em peças de tamanhos diversos

ou em mantas (fôrmas) de tamanhos definidos para atender as especificações da indústria para a qual vendem.

Além do horário específico para este trabalho, existe um calendário, que é seguido pelas comunidades da RESEX em função do conhecimento que estas detêm sobre os ciclos biológicos das seringueiras e de muitas outras espécies vegetais e animais. O uso de um calendário que se ajusta aos ciclos biológicos dos ecossistemas também foi citado por Diegues e Nogara (1994), ao estudar o modo de vida caiçara no Saco de Mamangá. Diante disso, na RESEX Rio Xingu, o trabalho de extração da seringa é iniciado sempre no mês de maio de todos os anos, pois este é o período em que as seringueiras começam a produzir o látex. Além disso, as chuvas começam a diminuir na região e o trabalho de coleta de castanha-do-Brasil já terminou.

Sobre o ciclo fenológico das seringueiras, os ribeirinhos afirmam ainda que o trabalho de coleta do látex é interrompido entre meados do mês de agosto até meados de setembro, pois neste período, as mesmas estão florescendo e, caso sejam feitos riscos no caule das plantas para a coleta, além de não jorrar o látex, estas acabariam morrendo, por não estarem com forças extras para se recuperar do dano causado pelo risco, visto que a sua energia está sendo totalmente direcionada para a floração. As famílias relatam essa fase dizendo que “as seringueiras escodem o leite” e caso sejam cortadas nesse período “o leite vai todo para a copa e elas choram e morrem”. Desse modo, as famílias locais retornam ao trabalho de coleta somente a partir de setembro e finalizam no mês de dezembro. Assim sendo, constata-se que os ribeirinhos da RESEX Rio Xingu possuem um profundo conhecimento sobre os recursos naturais dos quais tiram seu sustento e reprodução social, sendo que o mítico e o simbólico também fazem parte dessa relação.

Além da retirada do látex para a venda direta, existe uma família da localidade Morro do Félix que utiliza o produto para impermeabilização de sacos de tecido para vendê-los a outros ribeirinhos ou visitantes para que os mesmos possam carregar roupas e documentos, sem correr o risco de molhá-los.

- Catação de Castanha-do-Brasil

Assim como as estradas de seringa, os castanhais também possuem delimitações específicas garantidas por acordos de respeito mútuo aos limites do outro, ou seja, prevalece até os dias atuais a “lei do respeito”, conforme citado por Cordel (1982) apud Diegues e Nogara (1994) para estabelecer limitações de território e, conseqüentemente, direitos de uso.

Diante disso, na RESEX as áreas de castanhais são provenientes de heranças ou de período de chegada e demarcação, isto é, o morador que se estabeleceu primeiro em determinada área e fez a limpeza e piques das estradas de castanha, adquiriu direito de uso sobre esta. Mediante isso, existem muitos castanhais dentro e fora dos limites da RESEX que são pertencentes às famílias que residem na mesma, por direito de uso e exploração ao longo dos anos.

A coleta ou apanha dos ouriços de castanha é feita em período diferente da exploração da seringa, o que permite que as famílias possam obter renda das duas atividades. Como os castanhais das famílias estão demarcados socialmente por meio de acordos, quando chega o período de coleta, entre os meses de janeiro a abril, as famílias se deslocam para suas estradas a procura dos ouriços caídos no chão.

Não diferente da extração de látex, a coleta de castanha exige mão de obra de toda a família. Em alguns casos, os piques de castanha se localizam distantes das residências dos moradores aos quais pertencem. Inclusive, durante a pesquisa uma família informou possuir um castanhal dentro da área onde foi demarcada a ESEC Terra do Meio, como já exposto.

As distâncias entre castanhais e residências faz com que algumas famílias se desloquem por tempo determinado até as áreas de coleta, levando alimentos para se manterem durante este período. Para garantirem sua proteção durante a noite, constroem pequenos barracões cobertos com lonas e estruturados com madeira, onde ficam até o término do período de coleta de castanhas. Durante o dia, adultos e crianças realizam a coleta da castanha e, concomitantemente, a pesca para o alimento diário.

Após colhidas, as castanhas são armazenadas e vendidas em latas ou sacos de nylon diretamente para os regatões (atravessadores) que trabalham fazendo viagens para a RESEX, que repassam para outros compradores quando retornam a cidade de origem (Altamira ou São Félix do Xingu), ou em alguns casos, são levadas à cidade pelos próprios ribeirinhos, em embarcações próprias, visando a negociação diretamente com o comprador e, por conseguinte, um maior retorno financeiro.

De forma esporádica, as famílias também exploram outros produtos da floresta, especialmente espécies das quais podem retirar óleo, como andiroba (*Caraba guianensis* Aubl.), copaíba (*Copaifera langsdorfii* (Desf.) Kuntze) e babaçu (*Orrbignya speciosa* (Mart.) Barb. Rodr.). Além disso, algumas espécies madeireiras, como melancieira (*Alexa grandiflora*) e amarelão (*Euxylophora paraensis* Huber), entre outras, são usadas para construção de canoas, casas ou para servir como lenha. O acaí (*Euterpe oleracea* Mart.) também é muito apreciado pelas famílias, sendo sua polpa retirada para servir como alimento.

- Extrativismo Animal (Caça)

O extrativismo animal, especificamente, a caça é outra atividade realizada pelos moradores da RESEX. Assim como a pesca, a caça é realizada por 100% das famílias, sendo atividade rotineira, de acordo com as necessidades das mesmas. Geralmente, é realizada pelos homens adultos ou por adolescentes do sexo masculino. Mas, esta é uma atividade que também é exercida pelas mulheres. Aliás, em todas as comunidades da RESEX, homens e mulheres se equiparam no que diz respeito as atividades que realizam, isto é, todas as atividades que são realizadas por homens são também feitas por mulheres.

Entretanto, socialmente, prevalece a visão de que os homens são responsáveis por prover as necessidades familiares, enquanto as mulheres cuidam da casa e das crianças, o que corrobora com as análises de Heredia (1979), que expõe que a importância dada ao trabalho ocorre a partir delimitação dos ambientes de produção e de consumo. Esta oposição se torna mais nítida a partir da distribuição das tarefas e do lugar em que ocorrem. O homem ao assegurar o abastecimento dos meios necessários para o consumo familiar tem seu trabalho mais valorizado socialmente. Enquanto, as mulheres e crianças, por, fazerem parte do ambiente de consumo não são considerados trabalhadores, isto é, esta oposição delimita áreas de trabalho e não trabalho, evidenciando os lugares masculino e feminino relativos a esta divisão. Nesta concepção, a mulher não trabalha, ou seja, seus afazeres domésticos, a responsabilidade sobre os filhos e pequenas criações não são visualizadas como trabalho, e este princípio é mantido mesmo quando ela realiza tarefas no roçado ou outros trabalhos equivalentes ou iguais aos realizados pelo homem (HEREDIA, 1979; WOORTMANN; WOORTMANN, 1997), ou, no caso da RESEX, na pesca, caça e extrativismo vegetal. Quando esta situação ocorre, o trabalho que é realizado pela mulher é considerado como ajuda (HEREDIA, 1979; WOORTMANN; WOORTMANN, 1997; NODA et al., 1997).

Mesmo existindo esse tipo de divisão do trabalho, tanto homens quanto mulheres ao se deslocarem para as roças ou para a mata, sempre levam consigo facões e/ou espingardas para, caso surja alguma oportunidade, utilizarem os mesmos, tanto para a proteção, em casos de ataques de animais ferozes, como onças e gatos do mato, ou para realização da caçada eventual, em caso do surgimento de algum animal no caminho.

Além do peixe, durante a estadia na casa das famílias, muitas vezes, o alimento para a mistura foi proveniente da caça. Dentre as espécies mais apreciadas destacam-se mamíferos, aves e quelônios, que podem ser visualizadas no Quadro 4:

Quadro 4 - Espécies de mamíferos, aves e quelônios mais apreciadas pelas famílias da RESEX.

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO
MAMÍFEROS	
Porcão	<i>Tayassu pecari</i>
Paca	<i>Agouti paca</i>
Caititu	<i>Pecari tajacu</i>
Veado	<i>Mazama americana</i>
Cutia	<i>Dasiprocta azarae</i>
Anta	<i>Tapirus terrestres</i>
Capivara	<i>Hidrochaeris hidrochaeris</i>
AVES	
Mutum	<i>Paux spp</i>
Jacu	<i>Penelope sp.</i>
Anambu	<i>Tinamideos</i>
QUELÔNIOS	
Tracajá	<i>Podocnemis unifilis</i>
Jabuti	<i>Chelonoidis</i>

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

Via de regra, para a caçada se deslocam para a mata duas ou três pessoas que ficam esperando aparecer alguma caça pelo caminho, ou então, após ter avistado determinada espécie ou rastros da mesma em uma área, os moradores deduzem que há caça naquela região e ao se deslocarem até o ponto, geralmente obtêm êxito, ou seja, a intuição e os conhecimentos sobre os hábitos dos animais auxiliam bastante na garantia da obtenção da proteína animal das famílias.

Geralmente, ao saírem para caçar, quase nunca os moradores retornam de mãos vazias, isso se justifica pela abundância que existe na região. Todas as espécies mencionadas, na maior parte do ano, são facilmente encontradas, principalmente o porcão, que além de ser uma das iguarias mais apreciadas, é também considerado uma praga, por andar sempre em bandos de grande número e se alimentar das plantações de mandioca das famílias. É durante a prática de alimentação noturna desses animais que muitos moradores aproveitam para realizar a caçada, por saberem que os mesmos tem este hábito. Além disso, os porções são capturados também quando estão nadando e/ou atravessando o rio, pois como andam em bandos e são bastante barulhentos, são facilmente avistados pelos ribeirinhos que estão pescando e aproveitam para capturá-los usando porretes. O uso de apetrecho na atividade da caça foi também registrado por Pezzuti et al. (2004) em estudo sobre a caça e a pesca no Parque Nacional do Jaú, Amazonas.

Outros animais que são capturados no rio são os tracajás. A prática da captura exige destreza, por isso, geralmente a caçada é realizada por jovens e adolescentes do sexo masculino. Em certas épocas do ano estes animais são mais abundantes e como os moradores têm conhecimento das áreas onde ficam, se deslocam em barcos até estes locais e ficam esperando as tracajás boiarem e quando isto ocorre, os jovens mergulham e seguram o animal com as próprias mãos, nadando até que consigam acalmá-los e, por fim, capturá-los.

Outra técnica de caçada utilizada para captura dos tracajás é a confecção de armadilhas atrativas. As armadilhas são montadas a partir da distribuição de uma planta chamada de rama ou melosa sobre a superfície das águas. Geralmente, os moradores coletam a planta nos locais onde é abundante, e quando o sol está se pondo, fazem touceiras com a mesma e distribuem ao longo da superfície de uma determinada área do rio. Então, quando já é noite, os mesmos retornam sorrateiramente e utilizam um equipamento chamado de puçá (uma espécie de rede acoplada e sustentada por um cabo de madeira) para capturar os animais que estão se alimentando na superfície. As capturas podem se estender até a madrugada e ter como resultado uma grande quantidade de animais capturados, que são divididos entre membros de uma mesma família ou entre vizinhos.

5.2.3.3 Agricultura de Subsistência

A agricultura de subsistência na RESEX do Rio Xingu é praticada por 61% das famílias. Os cultivos se resumem aos plantios de milho (*Zea mays* L.), mandioca (*Manihot esculenta* Crantz.) e, em menor escala, o cacau (*Theobroma cacao* L). Esporadicamente, os moradores também fazem plantios de arroz (*Oryza sativa*) e feijão (*Phaseolus vulgaris* L.).

Entretanto, nos quintais das famílias, pode-se encontrar uma diversidade de espécies, que formam pomares ao redor das residências. Dentre as espécies cultivadas destacam-se as apresentadas no Quadro 5:

Quadro 5 - Espécies vegetais cultivadas nos quintais das famílias da RESEX Rio Xingu.

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO
FRUTÍFERAS	
Banana	<i>Musa</i> spp.
Laranja	<i>Citrus sinensis</i> L. Osbeck
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i> (Willd. ex Spreng.) Schum
Coco	<i>Cocos nucifera</i> L.
Manga	<i>Mangifera indica</i> L.
Goiaba	<i>Psidium guajava</i> L.

Caju	<i>Anacardium occidentale</i> L.
Graviola	<i>Annona muricata</i> L.
Acerola	<i>Malpighia glabra</i> L.
Murici	<i>Byrsonima crassifolia</i> (L.) Rich
Araçá	<i>Psidium araca</i> Raddi
Limão	<i>Citrus limon</i> L. Burmann f.
Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i> Kunth
Jaca	<i>Artocarpus integrifolia</i> L.
Jambo	<i>Syzygium malaccense</i> (L.) Merr & Perry
Melancia	<i>Citrullus vulgaris</i> Schrad.
Abacate	<i>Persea americana</i> Mill.
Abacaxi	<i>(Ananas comosus</i> (L.) Merr
TUBÉRCULOS	
Inhame	<i>Colocasia esculenta</i> (L.) Schott
Batata doce	<i>Ipomoea batatas</i> (L.) Lam

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

As espécies mencionadas são encontradas nos quintais das famílias da região. Entretanto, em combinações diversas, podendo a diversidade de espécies variar conforme a família. Para completar a heterogeneidade, complementam os cenários de alguns quintais, canteiros com flores, ervas medicinais e algumas hortaliças como cebolinha (*Allium fistulosum* L.) e coentro (*Coriandrum sativum* L.), além de pequenas criações de galináceos, patos e raramente suínos.

Dentre as espécies agrícolas citadas, o milho é plantado somente para consumo e em pequena escala. Outro cultivo implantado por 30% das famílias há cerca de dois ou três anos foi o cacau. A motivação para implantação desse cultivo foi a busca por outras opções de receita para as famílias, já que o cacau na região, é muito apreciado. A ideia do plantio da espécie emergiu de amizades dos moradores com outras pessoas de fora da RESEX, que aconselharam e forneceram algumas amêndoas (sementes) que foram sendo, aleatoriamente, distribuídas de um morador para outro dentro da RESEX. Assim, a ideia se disseminou e outros moradores buscaram formas de adquirir mudas. Entretanto, por não terem conhecimento sobre as formas de manejo desse cultivo, quase todos utilizaram espaçamentos muito pequenos, o que causou o adensamento das árvores, prejudicando a produção. Desse modo, as famílias ainda não estão obtendo renda significativa a partir desse plantio, pois além do adensamento, que, prejudicou o desenvolvimento vegetal das plantas, a idade das mesmas não permite grande produção de frutos.

Em relação à mandioca, esta é principal fonte de subsistência das famílias ribeirinhas relacionada à agricultura. Além de responsável pelo retorno financeiro das famílias através da fabricação e venda da farinha, ela é fonte de carboidratos e nutrientes insubstituível, estando

presente no cardápio diário das mesmas. Inclusive, quando os ribeirinhos remetem a roça, se referem, exclusivamente, ao monocultivo de mandioca, dada a sua relevância.

Em todas as famílias, qualquer que fosse a espécie agrícola cultivada, o tamanho das roças não passava de dois hectares, isto é, as famílias só plantam aquilo que necessitam e que conseguem colher, o que reflete também na força de trabalho que é utilizada, conforme análise de Chayanov (1981), para o qual o sistema família-unidade de produção possui um limite natural que é determinado pelo equilíbrio entre a intensidade do trabalho desenvolvido pela família e o grau de satisfação de suas necessidades.

O sistema de manejo utilizado pelos ribeirinhos é o pousio, onde a área em que foi implantada a roça de um ciclo produtivo é deixada em descanso por cerca de dois anos. No intervalo, é aberta uma nova área para a implantação do cultivo do próximo ciclo e após a colheita, ocorre a rotação de áreas, isto é, retorna-se a área que ficou em descanso e recomeça-se o ciclo. Desse modo, ao utilizar esse tipo de manejo, as famílias conseguiram manter a cobertura vegetal natural, em grande parte, preservada, o que corrobora com Escada et al. (2005), que destacam que as atividades desenvolvidas pelos ribeirinhos não alteram significativamente a cobertura vegetal primária, conforme discorre um ribeirinho

“Os ribeirinhos não acaba com as matas. Olha os anos que nós mora aqui. As matas tão do mesmo jeito. Do mesmo jeitinho. Nós bota roça aqui. Tira com dois... e em três anos já tá toda formada. Aí a gente bota no mesmo canto” (Entrevista 10).

Para 17% das famílias, a produção de farinha a partir da mandioca é a fonte principal de renda. Em alguns casos, a farinha é utilizada como objeto de troca (escambo) ou pagamento aos regatões pelos mantimentos trazidos pelos mesmos. Além disso, atualmente, o produto é muito procurado por índios das aldeias próximas à RESEX, em virtude destes terem diminuído a implantação do cultivo e a fabricação de farinha por receberem o produto em cestas básicas ofertadas pela empresa responsável pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, sendo esta uma medida mitigatória da empresa para os indígenas atingidos direta ou indiretamente pela obra. Desse modo, os índios se deslocam por longas distâncias somente para comprar o produto fabricado pelos ribeirinhos, oferecendo pagamentos em dinheiro ou alimentos como arroz, leite e outros componentes da cesta básica como objetos de troca.

Algumas famílias se reúnem em mutirão para ajudar no processo de fabricação nas residências das famílias que possuem casas de farinha em seus quintais. Quando são realizados mutirões, ao final, a farinha é partilhada entre as famílias que ajudaram. Desse

modo, há ganho para ambos os lados, pois as famílias que não possuem casa de farinha ou roça, ao ajudarem, garantem o seu consumo diário de farinha e as famílias que possuem casas de farinha, e, às vezes não possuem grande quantidade da mão de obra, acabam complementando a força de trabalho com a ajuda recebida e garantem, o alimento para subsistência e em 17% dos casos, para venda. Durante esses momentos são fortalecidos laços de familiaridade, amizade e compadrio. Tal cenário remete as análises de Sabourin (1999) que discorre que a lógica da reciprocidade não está somente nas trocas materiais, mas na criação do ser, da sociabilidade, isto é, em trocas simbólicas que se materializam nas relações sociais, que ampliam os laços afetivos.

Por ser atividade cotidiana das famílias na RESEX, foi possível acompanhar por algumas vezes o processo de fabricação da farinha, o qual os ribeirinhos relatam que ocorre desde o tempo que seus pais e/ou avós trabalhavam na extração de látex para os seringalistas. Entretanto, atualmente, algumas adaptações no processo foram implementadas em virtude do surgimento de algumas tecnologias.

Dada a importância desse produto para as comunidades da Reserva, o processo de fabricação desde a colheita até a finalização será descrito, uma vez que faz parte do cotidiano das famílias, sendo uma importante atividade que reúne além dos conhecimentos tradicionais, relações interpessoais entre membros de uma mesma família e/ou entre vizinhos, que hora ou outra se reúnem em mutirão para fabricação da farinha que posteriormente é dividida entre aqueles que cooperaram no processo de produção.

- Processo de Produção da Farinha

O plantio da mandioca e a produção da farinha envolvem todos os membros das unidades familiares. O processo inicia-se no momento do plantio, ou melhor, no planejamento prévio que ocorre antes do plantio, onde os ribeirinhos delimitam o local e a quantidade que precisam plantar para colher o que necessitam para prover a alimentação do grupo familiar durante o próximo ano, isto é, após a colheita ser realizada.

Em regra, as áreas onde são plantadas as roças de mandioca são pequenas, não chegando a dois hectares (Figura 14). Após escolhida a área, que em muitos casos é capoeira com dois a três anos de pousio, é realizada a broca (ou roço), a derrubada e a queima. Nesse processo, algumas famílias informaram que fazem a proteção para que o fogo não ultrapasse para a floresta através do uso de aceiros.

Figura 14 - Roça de mandioca de uma família da Comunidade Baliza.



Foto: Roberta Castro, 2012.

Fonte: Pesquisa de campo.

O plantio é realizado nos meses de novembro, dezembro e janeiro e as colheitas começam a ser realizadas após um ano, de acordo com as necessidades das famílias, isto é, quando a farinha estocada começa a diminuir, as famílias colhem novas levas e iniciam o processo de fabricação da mesma. Em alguns casos, colhem em grandes quantidades, em mutirão com parentes e vizinhos, que trabalham também durante a fabricação e, posteriormente, dividem a quantidade fabricada.

Após a colheita, é realizado o procedimento chamado de “pubar” a mandioca. O processo consiste em colocar a mandioca já descascada dentro d’água por até cinco dias para que sofra a ação da água, passando pelo processo de amolecimento. Geralmente, a mandioca é colocada em baldes dentro do rio ou em pequenas embarcações (canoas) onde se adiciona água (Figura 15).

Figura 15 - Processo realizado por uma família da Comunidade Morro Grande, onde a mandioca é colocada para pubar em canoa dentro do rio Xingu.



Foto: Roberta Castro, 2012.

Fonte: Pesquisa de campo.

Após essa fase, quando a mandioca já está amolecida, espera por uma nova leva que é colhida da roça para ser misturada com a primeira que já está “pubada”. Esta mandioca fresca, retirada da roça há pouco é passada em uma máquina para moer, que hoje em dia funciona a partir de geração de energia de motor elétrico e em seguida, ocorre a união da mandioca nova com a pubada e as duas são dispostas em prensas adaptadas.

Na prensa, a mandioca é colocada em camadas separadas por palhas retiradas do coqueiro babaçu (*Orrbignya speciosa* (Mart.) Barb. Rodr.) (Figura 16 e Figura 17). Ao separar as camadas, coloca-se pesos em cima das palhas, para que a umidade seja retirada de forma mais rápida. Então, a mandioca é deixada de um dia para o outro na prensa para que possa perder o máximo de água possível.

Figura 16 - Prensa de fabricação artesanal utilizada pelas famílias da RESEX no processo de fabricação de farinha.



Fonte: Pesquisa de campo.

Figura 17 - Momento de separação das camadas de mandioca na prensa com a utilização de palhas de coco babaçu. Processo realizado por família da Comunidade Morro do Costinha.



Fonte: Pesquisa de campo.

Fotos: Roberta Castro, 2012.

No dia seguinte, a mandioca é peneirada para separar e afinar os grãos. Após peneirada é colocada em vasilhas para facilitar o manuseio e o deslocamento até os fornos onde é torrada. Em todos os processos ocorre a participação de homens, mulheres e crianças: o plantio e a colheita podem ser realizados por homens e mulheres, entretanto, as mulheres nestes casos, são sempre vistas como ajuda, o que se assemelha as análises de Woortmann e Woortmann (1997) em sua etnografia com camponeses nordestinos e de NODA et al.(1997). Já no processo de pubar, as mulheres começam a atuar com mais evidência, pois são elas que descascam a mandioca e colocam na água. Além disso, durante a moagem e a prensagem as mesmas atuam fortemente e nestes casos, os homens é quem são os ajudantes.

Essa classificação do trabalho pode estar relacionada com o fato de que o trabalho da mulher, geralmente fica mais restrito à residência e como estes procedimentos geralmente são feitos próximos à moradia ou as casas da farinha, elas atuam com maior força, enquanto os maridos estão em ambientes mais distantes, trabalhando em prol da busca dos meios de subsistência, como as roças e a pesca. Este cenário corrobora com a divisão casa-rocado,

unidade de produção-unidade de consumo, conforme sentido proposto por Heredia (1979) e Woortmann e Woortmann (1997), já discutido anteriormente.

Entretanto, no processo de torração, conforme descrição de Pinto (2003), a massa peneirada é colocada no forno para retirar o teor de umidade existente, e os homens retornam a cena. Por este ser um trabalho mais árduo devido à forte temperatura dos fornos, os homens são quem o realizam. Paralelamente as filhas, geralmente, ficam cuidando dos afazeres domésticos ou ajudando a mãe, enquanto esta realiza as atividades de sua competência na casa de farinha. Durante todas as fases, os filhos e filhas acompanham o trabalho realizado por pais e mães, ajudando sempre que há necessidade. Portanto, nestes momentos, é feito o repasse dos saberes e conhecimentos através do acompanhamento e da prática. Mas, de acordo com a divisão do trabalho, meninos e meninas atuam de diferentes formas, como pode ser evidenciado na Figura 18, em que um menino bem novo começa a ajudar torrar a farinha, que é o trabalho mais penoso.

Figura 18 - Menino da Comunidade Morro do Costinha participando do processo de produção da farinha durante a fase de torração.



Foto: Roberta Castro, 2012.

Fonte: Pesquisa de campo.

Complementando a descrição de atividades de subsistência realizadas pelas comunidades tradicionais, é exposto no Gráfico 2, a divisão dessas atividades em relação ao número de famílias que as praticam, considerando a amostragem total de 23 famílias.

5.2.4 A vida ribeirinha e um povo que se autodefine “beiradeiro”

Durante as conversas com as famílias ribeirinhas foi observado que os mesmos se autodefinem como “beiradeiros”. A definição é feita englobando o individual e o coletivo, isto é, a si próprio e aos outros, sendo estes outros parentes e/ou vizinhos que compartilham o mesmo modo de vida. Aliás, é o modo de vida, a história vivida e o local dessa história que estão intimamente relacionados ao uso da autodefinição “beiradeiro”.

Essa autodefinição corrobora com aquela descrita por Haesbaert (1999, p. 172) apud Cattaneo (2004, p. 22), visto que estes relatam que “toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território” o que significa que o grupo pertencente a esse território se apropria da relação que tem com o espaço geográfico construído para instituir uma identificação social.

Diante disso, é o lugar de nascimento que prevalece nos discursos das famílias, visto que, no geral, o lugar de nascimento relatado pelos mesmos não se trata de uma cidade ou município e sim, do “beiradão” e é, justamente pelo motivo do “beiradão” ser a gênese dos ribeirinhos, que os mesmos incorporam o sufixo “eiro”, legitimando através do adjetivo pátrio o seu local de pertencimento. Assim, ao ocuparem uma territorialidade específica, conforme sentido proposto por Almeida (2008), os “beiradeiro” expressam uma nova categoria de autodefinição coletiva, que tem as características inerentes a esse território como base.

Assim, o termo “beiradeiro”, no caso dos moradores da RESEX Rio Xingu diz respeito àqueles que nasceram, cresceram e moram no “beiradão” ou na “beira/beirada” do rio. Desse modo, as semelhanças no *habitat* e nos recursos naturais que são compartilhados pelas comunidades tradicionais da RESEX têm reflexo na identidade coletiva usada pelos mesmos.

Essa categoria, nova do ponto de vista acadêmico, é intrínseca à apropriação dos recursos naturais, sendo constituída pela mistura e/ou união de diversas outras categorias como seringueiros, ribeirinhos, pescadores e extrativistas. Entretanto, não é possível afirmar que esta autodefinição seja exclusiva aos moradores da RESEX Rio Xingu, pois existem outras UCs na região as quais os moradores podem se intitular da mesma forma.

Ao considerar os elementos discutidos nesse capítulo, onde procurou-se relatar os aspectos que ajudam a configurar modo de vida dos moradores da RESEX, suas atividades, especificidades e conhecimentos tradicionais herdados ou adquiridos oralmente, busca-se no próximo capítulo aprofundar as discussões acerca de possíveis mudanças desses modos de vida a partir da configuração de um novo cenário, isto é, a imersão de normas e regras em um

território cujas atividades sempre se deram em função das necessidades de subsistência das famílias. Desse modo, o próximo capítulo trará ao debate o entendimento e o comportamento das comunidades locais frente às regras estabelecidas após a criação da RESEX Rio Xingu.

6 O PROCESSO DE CRIAÇÃO E O SURGIMENTO DA RESEX: E AGORA? QUE NORMAS SÃO ESSAS?

Neste capítulo são descritos os processos e fatos relacionados às pressões internas e externas que motivaram a mobilização social em prol da criação da Reserva Extrativista Rio Xingu, contextualizando estes fatos com as concepções dos ribeirinhos/beiradeiros, que em determinados momentos foram contraditórias àquelas levantadas pelos movimentos que buscavam a demarcação de uma área protegida para a região.

Em seguida, são descritas e discutidas as concepções e realidade vividas pelos ribeirinhos após a criação da RESEX, com foco de análise na implantação de infraestruturas, que, teoricamente, seriam de responsabilidade de políticas e/ou instituições públicas.

Por último e com maior destaque, discute-se e evidencia-se, a partir dos depoimentos dos moradores, o cumprimento ou não das normas que foram estabelecidas no Plano de Manejo, formulado a partir da institucionalização da RESEX. Além disso, procura-se identificar os aspectos motivacionais que podem estar relacionados às ações das famílias em relação das normatizações e penalizações estabelecidas.

6.1 CONTRADIÇÕES EM MEIO À TRADIÇÃO: AMEAÇAS, CONFLITOS E MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM BUSCA DA PROTEÇÃO

A área onde hoje está demarcada a RESEX Rio Xingu passou por diversos processos, sendo que alguns deles interferiram diretamente na manutenção dos modos de vida das famílias locais. Diversas situações ocorreram para que fosse proposta a criação de uma Unidade de Conservação na área.

Inicialmente, no tempo dos seringais, a população estava submetida aos grandes seringalistas e ao que lhes ofereciam. Em seguida, a região passou a ser alvo de madeireiras, que chegaram com grande força, explorando principalmente o mogno, que segundo relatos, hoje é escasso em virtude desse processo. Concomitantemente, apareceram grileiros e fazendeiros e, novamente, a população se viu diante de ameaças. Ameaças essas que expulsaram muitas famílias da área. Estas, ou venderam suas terras com medo de repressões daqueles que se diziam donos com “documentação comprobatória”, ou saíram sem receber nenhum ressarcimento relativo ao lugar onde sempre moraram e de onde sempre tiraram o sustento, em virtude das pressões psicológicas (coaçoões) que sofriam por parte destes atores.

Ou seja, muitas famílias perderam totalmente os seus meios de sobrevivência e mudaram seu modo de vida ao saírem da RESEX, pois na maior parte das vezes, por serem analfabetos e não terem conhecimento sobre dinheiro aceitaram valores irrisórios por suas terras e não tendo condições de se manterem por muito tempo, acabaram adquirindo casas nos bairros periféricos das cidades de Altamira e São Félix do Xingu. Inclusive, a falta de conhecimento sobre o dinheiro é um dos argumentos mais fortes e enfatizados pelos ribeirinhos entrevistados, que alegam que muitas famílias só venderam suas terras para pessoas que representavam fazendeiros por acharem que estavam fazendo um bom negócio e na “ilusão” de uma vida melhor a partir do dinheiro recebido. De acordo com as famílias, muitos vizinhos venderam terras de 100 hectares ou mais por cerca de 20 mil reais, por acharem que estavam recebendo muito dinheiro, do qual poderiam sobreviver a vida inteira.

Entretanto, estes períodos são relatados de diferentes formas pelos ribeirinhos. Em alguns casos, os discursos se contradizem no que diz respeito à concretização de ameaças. Aproximadamente 57% das famílias afirmam ter presenciado ou sofrido ameaças, relatando, inclusive, a presença de jagunços armados. As outras 43% afirmam que não houve ameaças e muito menos ação de pistoleiros. Essas contradições podem ser analisadas sob o ponto de vista geográfico, isto é, as famílias que relatam casos de violência e ameaças são aquelas que residem na parte sul da RESEX, ou seja, mais próxima à cidade de São Félix do Xingu, local de onde todos afirmam que vinham os fazendeiros e pistoleiros. Relatos mencionam fazendeiros e grileiros desse município e de outros municípios e estados mais ao sul, como Goiás e Mato Grosso. Já as famílias que moram na parte norte, mais próximas à Altamira, pouco mencionam as ações desses atores externos nesse período.

Os contrassensos mencionados podem ser confirmadas a partir dos relatos:

“Nós aqui, nós, os caras chegava e queriam mandar mais do que mais nós que mora aqui. O cara chegava era dono. Nós ia falar o que? [...] Os grileiros. Os pessoal dizia não eu não vendo não. Eu moro tantos anos... tenho amizade nesse lugar... tive filhos e tudo... produzi família. Diz que eles disseram: “ehi rapaz... vomimbora... depois nós compra da viúva”. Antes dele dizer isso comigo... eu corri foi cedo. [...] Mas eu não cheguei a escutar isso... porque eu corri logo. Mas eles fizeram muito isso mesmo [...] O conflito mais era daqui pra cima. Porque a grilagem... vinha gente só de São Félix. Só de São Félix... de Altamira não tinha não. Vinha descendo de lá pra cá... chegando no ombro da gente. A gente já foi correndo” (Entrevista 10).

“Com nós eles foram muito bom, perguntando se queríamos vender ai dissemos que não, morávamos muito tempo aqui e não vendemos. Se vendemos não teremos para onde ir. O cara que queria comprar aqui só disse que tem uma opção para vocês, vou fala para vocês, se nos

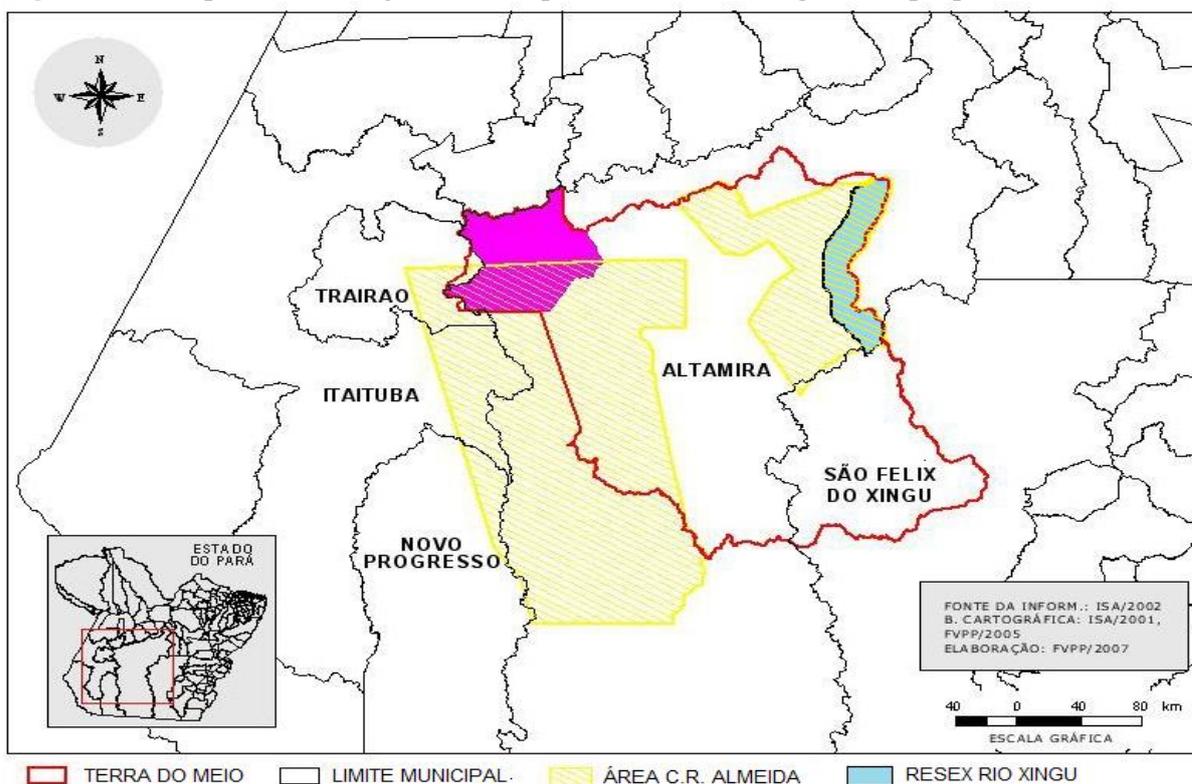
não compramos de vocês compramos de outro vendendo com vocês aqui dentro [...] fazendeiro, ele falou que se não comprasse na nossa mão comprava na mão de outro, aí o pai conversou com a mãe aí negociou” (Entrevista 3).

No primeiro relato, o entrevistado menciona a existência de conflitos e ameaças bem evidentes, onde os ribeirinhos eram pressionados pelo medo, pois a frase “depois nós compra da viúva” enfatiza bem as intenções dos especuladores que cobiçavam as terras da região. Já no outro caso, o ribeirinho relata que seu pai, com medo de perder as terras e não ter nenhum ressarcimento acabou vendendo após algumas investidas. Nesse último caso, o entrevistado menciona que o fazendeiro ou seus representantes dizem que “se não comprasse dos ribeirinhos, compraria de outro”. Este “outro” seria o filho de um antigo seringalista da região, que alegava ser herdeiro legítimo de grande parte das terras onde moravam os ribeirinhos. Segundo relatos das famílias locais, este senhor que alegava ser proprietário, alguns anos depois, vendeu as terras da região com os ribeirinhos dentro para a CR Almeida.

A conjuntura de disputas por terras entre ribeirinhos, grileiros e fazendeiros se estendeu por vários anos durante a década de 1990 e no início dos anos 2000 e corroborou para saída à revelia de várias famílias da região por medo de sofrer repressões.

Já no ano de 2001, segundo depoimentos, a configuração de outro cenário na região começa a ser moldada. Nesse período adentra na área a empresa CR Almeida, que alegava a propriedade legítima de grande parte das terras que hoje fazem parte do Mosaico de UCs da Terra do Meio (Figura 20).

Figura 20 - Mapa de localização da área que CR Almeida alegava ser proprietária.



Fonte: Silva (2007), adaptado pela autora.

A CR Almeida, segundo os moradores, entrou na região com seguranças armados, expulsando os invasores (grileiros e especuladores), o que para as comunidades locais, naquele momento representou a salvação, já que os mesmos vinham sofrendo constantes pressões e ameaças para vender suas terras. Entretanto, durante o processo de entrada na área, além de expulsar os grileiros invasores, os representantes da empresa amedrontaram também os ribeirinhos, ao queimarem suas casas, sob o argumento de os terem “confundido” com grileiros. Desse modo, ao mesmo tempo em que empresa atuou, na opinião das famílias, de forma “positiva”, expulsando as ameaças da região, ela mesmo passou a ser uma nova ameaça, por alegar ser dona das terras locais e por ter agido com violência em alguns casos, deixando, assim, as famílias ribeirinhas sob alerta.

A maior parte das famílias (57%) confirma a ameaça que a CR Almeida representou para as comunidades locais. Entretanto, outras famílias (43%) defendem a atuação da empresa, desmentindo os depoimentos contrários. Essas discrepâncias podem ser evidenciadas nos trechos

“Lá em casa mesmo eles tacaram fogo. Nós tava em Altamira... eles chegaram lá e meteram fogo lá em casa. Lá em casa eles tacaram

fogo. Aí foram pra dentro rio Pardo... tocaram fogo na casa do Antonio” (Entrevista 4).

“Passei todos anos lá para baixo com medo. Mas todo o ano eu vinha aqui para aqui pra cá... limpar o sítio. Limpar os castanhais... que eu tirava castanhas... que eu quebrava castanha. todo o ano a gente vinha... até que não deu mais de vim a porque a CR Almeida invadiu a casa aí. Aí ficou de dono. Pra vim que era maior humilhação. Tinha que pegar a autorização” (Entrevista 10).

“Eu fico é com ódio da pessoa que fala mal da CR Almeida. Aí tem vários deles que gostam/ Venderam tudo... falando que a CR Almeida tocou fogo nas casas. Tocou não. Isso é coisa de gente de fora. Tocou não. Ela nunca/ Eles nunca fizeram isso” (Entrevista 12).

As oposições nos discursos podem estar relacionadas ao medo ou à “gratidão” que muitas famílias têm à empresa, visto que muitos moradores foram contratados como funcionários pela mesma, recebendo salários que variavam entre R\$500,00 e R\$800,00, o que na época era considerado acima da média para a região. Entretanto, as famílias destacam que mesmo os ribeirinhos que não faziam parte do quadro de funcionários, recebiam salários, cestas básicas e outros tipos de agrados, como: reforma ou construção de casas, motores para pequenas embarcações, assistência para saúde, etc.

Provavelmente essas gentilezas oferecidas pela CR Almeida, fazem com que os moradores que as receberam, tenham e transmitam uma imagem saudosista da empresa, o que pode ser fruto da dádiva agonística descrita por Sabourin (2009), já discutida no capítulo anterior. Desse modo, as famílias ajudadas incorporaram no senso cognitivo, a obrigação de retribuir de alguma forma a ajuda recebida e essa retribuição, ocorre através do discurso positivo em enaltecimento à empresa, representando a submissão que se estabeleceu entre doador (CR Almeida) e donatários (ribeirinhos).

Entretanto, durante o período em que a CR Almeida se estabeleceu na região, entre 2001 e 2005, a mesma constantemente entrou em conflito com especuladores e fazendeiros que queriam ou tinha “adquirido” terra na área. Diante desse cenário, para manter a segurança e ter controle sob o território, a empresa montou algumas bases de apoio em diferentes áreas da atual RESEX e alguns moradores locais foram contratados para fazer a segurança desses locais, se tornando vulneráveis a possíveis emboscadas ou outros tipos de violência.

Em meio a essa conjuntura, um casal de ribeirinhos da RESEX, que estava passando um tempo na cidade de Altamira para tratamento médico, ao ficar sabendo que as terras da região estavam sendo alegadas e disputadas entre empresa e fazendeiros, buscou apoio da Comissão Pastoral da Terra e FVPP em Altamira, visando legitimar a posse das terras para as famílias ribeirinhas. A partir de então, estas instituições buscaram apoio de outros órgãos

governamentais e ONGs, que se uniram e passaram a reivindicar pela proteção das famílias do Médio Xingu. Entretanto, esse processo passou por diversas etapas, onde algumas famílias ribeirinhas que tinham mais proximidade com as instituições sociais sediadas na cidade, foram sensibilizadas a lutar pela garantia de seus direitos à terra, o que fez emergir alguns líderes-ribeirinhos à frente dessa ação. Entretanto, inicialmente, poucas famílias se envolveram. Sendo assim, as principais ações planejadas e realizadas pelos movimentos sociais.

Sobre esta situação, Silva (2007) destaca que no ano de 1997, foram iniciados os primeiros trabalhos voltados à criação de UCs na região do Médio Xingu, em virtude dos apelos de algumas famílias ribeirinhas dos rios Xingu e Iriri, somadas a outras famílias de rios da Calha Norte. A partir daí, foram realizadas reuniões nos meses de agosto e novembro deste ano, entre a Secretaria de Meio Ambiente e o órgão gestor, o Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável (CNPT), com intermediação do escritório local do IBAMA.

Assim, diversas comissões foram formadas, estudos e levantamentos foram colocados em prática, buscando definir as melhores alternativas de proteção ecológica e social para a região. Mas, nos anos seguintes, muitos encaminhamentos foram perdidos devido aos trâmites burocráticos do governo, e como destaca Silva (2007), “pela falta de prioridade e decisão dos governos municipal, estadual e federal”.

Ao longo do tempo, outras famílias foram sendo sensibilizadas a aderirem ao movimento em prol da legitimação de seu território e apenas nos anos de 2002 e 2003, devido à intensificação dos apelos das populações ribeirinhas, movimentos sociais apoiados pelo Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX) reuniram-se com várias entidades de cunho socioambiental e apresentaram uma proposta para conservação da região do Médio Xingu.

A proposta foi validada pela Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) e apoiada pela Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM). A partir de então, ambas passaram a buscar meios para contratar a realização de estudos preliminares e formulação de uma proposta de criação de um mosaico de UCs na Terra do Meio, por meio de edital público ISA (2003) apud SILVA (2007). A partir de então, a região da Terra do Meio passou a ser alvo de diversos estudos. Entretanto, a RESEX do Xingu foi última UC a ser aprovada e estabelecida na região, visto que em outras áreas que hoje compõem o mosaico, as situações de conflitos e ameaças eram ainda piores.

Concomitantemente, foram iniciadas diversas visitas de representantes de movimentos sociais e ONGs para reconhecimento dos problemas fundiários e levantamento de informações, em um processo de conscientização comunitária e identificação de lideranças locais para formalização do processo de pedido de criação de um UC na área. Através desses estudos, foi verificado que a área possuía características⁵⁰ que permitiam a criação de uma Reserva Extrativista.

Contudo, as relações de coerção e ao mesmo tempo o estabelecimento de relações de trabalho, cujo retorno implicou, naquele momento, em algum tipo de reciprocidade, culminou no apoio inicial de 35% de famílias da região que defendiam a permanência da CR Almeida na área. Desse modo, ao obter apoio de parcela relevante da população (considerando o universo amostral da pesquisa), a empresa reforçou a luta contra a criação da RESEX, estimulando os moradores a demonstrarem-se seu repúdio ao projeto.

As 35% famílias que relataram que, inicialmente, foram contra a criação da RESEX, receberam apoio formal da empresa, através de advogados que visavam “garantir os direitos das mesmas e da CR Almeida”. Desse modo, ao participarem das reuniões para sensibilização sobre a importância da criação da UC, promovidas por ONGs, movimentos sociais e IBAMA, muitos moradores expuseram formalmente a sua opinião perante a proposta, enfatizando sua opinião através de texto escrito em camisas (Figura 21), fornecidas aos mesmos pela CR Almeida.

⁵⁰ Dois aspectos são essenciais para a comprovação do enquadramento de uma Unidade de Conservação, do tipo Reserva Extrativista e esses elementos só podem ser comprovados a partir de estudos técnicos. São os elementos Social e Ambiental. O Social é representado pela presença de populações tradicionais, cujos direitos sobre o território podem ser reconhecidos pelo uso contínuo dos recursos naturais de forma sustentável. Já o elemento Ambiental, destaca a importância dos territórios como parte integrante do patrimônio nacional, como definido na Constituição Federal (BENATTI, 1998).

Figura 21 - Morador da Comunidade Humaitá mostrando a camisa que recebeu da CR Almeida durante o processo de criação da RESEX.



Foto: Roberta Castro, 2012.

Fonte: Pesquisa de campo.

Entretanto, os mesmos moradores que foram inicialmente contra, destacam que após algumas reuniões e explicações de representantes das instituições que estavam engajadas no processo, perceberam a possibilidade de serem expulsos da área e começaram a aceitar a proposta. Alguns conteúdos utilizados para persuasão dos ribeirinhos e para o entendimento da situação crítica pela qual estavam passando foram relatados em depoimento:

“Eles (movimento social, ONGs e IBAMA) perguntavam o que queríamos dizendo que as coisas iam melhorar mesmo... Eles falavam que nem a CR Almeida falava lá. Nem o Governo sabia que morava gente aqui, falavam que não existia ninguém aqui de ribeirinho... não existia! É assim que a CR Almeida falava. Eles falaram lá na reunião. Ai então disseram que muitas coisas iriam melhorar e depois de criada o Governo saberia que tinha moradores aqui [...] Não, muitos não queriam porque depois de criar não poderia tirar uma árvore... O pessoal pensavam que era uma coisa... aí depois na reunião foi explicado tudo... ai os cara que não queria mudaram de ideia. Ai perguntaram como nossos pais viviam... como fazia para preservar a floresta... ai o pessoal falava eles faziam assim... assim... ai vocês tem que fazer assim. Tem que fazer do mesmo jeito que foram criados, fazendo a roça aproveitando a capoeira já aberta” (Entrevista 1).

Diante da afirmativa de que a tradição e o modo de vida iriam ser mantidos, ocorreu a aceitação da proposta de criação da RESEX pelas comunidades tradicionais e mediante mandado judicial a empresa foi obrigada deixar o território e, segundo os ribeirinhos, por insatisfação, como repercussão antes de sair, a mesma incendiou todas as casas que havia construído para servir de postos de apoio na área.

6.2 APÓS A CRIAÇÃO – AS COMUNIDADES TRADICIONAIS E A BUSCA POR MELHORIAS E ACESSO À INFRAESTRUTURA

Após a criação da RESEX, as famílias locais esperavam maior apoio externo. Entretanto, como os processos burocráticos para implementação de assistências básicas relacionadas à saúde e educação são muito lentos, até hoje, as mesmas aguardam as prometidas melhorias. Atualmente, algumas dessas começaram a chegar, mas ainda são pouco sentidas por algumas famílias.

Em relação a mudanças que ocorreram posteriormente à criação da RESEX há consenso entre as famílias, quando estas afirmam que hoje em dia têm a garantia de que suas terras não serão invadidas e tão pouco requeridas por fazendeiros, grileiros ou madeireiros. Assim, o novo cenário instituído a partir da efetivação da RESEX possibilitou segurança às famílias, na medida em que garantiu a continuidade das atividades ligadas à manutenção dos seus modos de vida.

Contudo, as famílias aguardam ansiosas pelo recebimento da documentação do INCRA que valida a posse das terras, embora tenham seus direitos de uso formalizados no contrato de concessão de direito real de uso⁵¹ disposto no Plano de Manejo da Unidade. Segundos as mesmas, somente após o recebimento desses documentos terão a certeza de que legitimamente terão segurança no que diz respeito à propriedade de suas terras. Porém, para essas famílias garantir a posse da terra é apenas um passo para a melhoria da qualidade de vida. Assim, corroborando com Porro, Shiraishi Neto e Veiga (2012), é preciso que se faça cumprir como um todo a Convenção 169 da OIT⁵², pois de acordo com estes autores, sem o cumprimento da mesma, não é possível avançar em relação a outras leis criadas apenas com vistas no mercado ou na proteção ambiental.

⁵¹ De acordo com Benatti (1999, p.121), a previsão legal do contrato de concessão de uso foi estabelecida no Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, onde se define que “a concessão do direito real de uso de terreno é o contrato solene, pelo qual se transfere, a título de direito real, o usufruto temporário, por prazo certo ou indeterminado, de terreno público ou particular, para fins específico de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra ou outra utilização de interesse social”.

⁵² A Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil no Decreto Nº 5.051 de 19 de abril de 2004, dispõe no Art. 14, parágrafo 1º que “Os direitos de propriedade e posse de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos interessados deverão ser reconhecidos. Além disso, quando justificado, medidas deverão ser tomadas para salvaguardar o direito dos povos interessados de usar terras não exclusivamente ocupadas por eles as quais tenham tido acesso tradicionalmente para desenvolver atividades tradicionais e de subsistência. Nesse contexto, a situação de povos nômades e agricultores itinerantes deverá ser objeto de uma atenção particular” e o parágrafo 2º discorre que “Os governos tomarão as medidas necessárias para identificar terras tradicionalmente ocupadas pelos povos interessados e garantir a efetiva proteção de seus direitos de propriedade e posse”(PORRO; SHIRAISHI NETO; VEIGA, 2012, p. 19).

No entanto, como discorre Benatti (1999), o contrato de concessão de direito real de uso garante o usufruto da terra somente até o momento em que estiverem assegurados os direitos ambientais da sociedade, isto é, se houver o uso inadequado da área, o desrespeito ao uso acordado ou a mudança de finalidade prevista contratualmente, esse contrato rescindir-se-á e a terra será revertida para a Administração Pública. Diante disso, percebe-se que longe de ser uma área protegida que visa em primeiro lugar, a manutenção das características culturais das populações locais, as RESEXs acabam fugindo desse objetivo, se assemelhando as Unidades de Proteção Integral, uma vez que o estabelecimento do contrato de concessão de direito real de uso preza, prioritariamente, pela preservação dos direitos ambientais, o que nem sempre é promovido por comunidades tradicionais, conforme discorre Waldman (2006).

De qualquer modo, mesmo desconhecendo sobre as leis (Convenção 169 e a Constituição de 1988⁵³, entre outras) que garantem a proteção de seus modos de vida através do uso da terra, dos recursos naturais e manutenção da cultura, as famílias da RESEX Rio Xingu solicitam e esperam além da legitimação de suas terras, a assistência externa ou políticas públicas que objetivem o subsídio para realização de outras atividades que possibilitem obter rendimentos complementares, já que há uma intensificação da atividade pesqueira (100% das famílias praticam para a subsistência e 78% para o comércio), o que resulta no discurso de que “o peixe está se acabando”. Entretanto, essas atividades devem ser correspondentes à ligação que as comunidades tradicionais locais têm com os recursos naturais, pois como destaca Porro, Shiraishi Neto e Veiga (2012, p.19), se o conhecimento tradicional for considerado somente um instrumento para proteger o meio ambiente, ou para atender as demandas do mercado, “o modo de vida pode se desestruturar e a cultura acaba virando um mero enfeite”.

No que diz respeito a direitos básicos relacionados à saúde e educação, as famílias informam que ocorreram poucas modificações após a criação da RESEX, pois somente quatro escolas foram efetivamente implantadas em estruturas físicas (barracões) que foram construídas pelas próprias famílias e somente em duas ocorrem aulas normalmente. Das quatro escolas, somente uma, situada na localidade Gabiroto, que foi construída com o apoio de uma ONG, tem uma infraestrutura mais adequada para o ensino, uma vez que no mesmo terreno existe um complexo com posto de saúde (enfermaria) e alojamentos. No entanto,

⁵³ De acordo com Benatti (1999), “a Constituição de 1988 deu muita importância à cultura, tomando esse termo no sentido mais abrangente, abarcando a noção de identidade e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Tal noção é referida em vários artigos (23, III; 24, VII; 30, IX; 225; 261; especificamente quanto à etnia, art. 231). A preocupação com a questão cultural é tão marcante que se pode cogitar da existência de uma constituição cultural, ao lado de uma constituição política, econômica, social ou ambiental”.

durante a pesquisa de campo foi constatado que as infraestruturas ainda não estavam sendo utilizadas por falta de professor e enfermeiro.

A falta de profissionais para trabalhar na RESEX deve-se ao fato de que até pouco tempo as comunidades tradicionais da área eram ignoradas do ponto de vista das políticas públicas, como relatam Arruda (2000) e Vianna (2008) ao mencionarem sobre a invisibilidade das populações tradicionais. Provavelmente, essa falta de percepção das autoridades municipais deve-se a distância que essas comunidades ficam da cidade de Altamira e de outros municípios, o que corrobora com Little (2002), quando este afirma que a invisibilidade resulta da marginalidade econômica dessas populações, bem como da localização em áreas intersticiais aos centros econômicos.

Além disso, por se tratar de uma pequena parcela da população, parece ser mais cômodo para essas instituições deixar do jeito como está do que somar esforços para contratação de enfermeiros, médicos e professores, visto que o trabalho na região é insalubre e são poucos os profissionais que se interessam e quando isto ocorre, necessitam de apoio estrutural, logístico e requerem bonificações no salário. Assim, é mais conveniente para o Poder Público Municipal que estas populações não sejam percebidas e tampouco suas demandas. Todavia, a partir do início do ano de 2013 estava sendo divulgada, a contratação de professores, através de edital público, para trabalhar nas RESEX da Terra do Meio, inclusive com remuneração diferenciada. O que pode sinalizar mudanças no sentido de serviços públicos se tornarem mais efetivos no local.

Entretanto, no momento da pesquisa de campo foi verificada a existência de somente duas escolas em funcionamento efetivo na RESEX nas comunidades Pedra Preta e Morro Grande e uma iniciando os trabalhos na comunidade Baliza. Na comunidade Pedra Preta, a escola foi construída de forma bastante rústica, com cobertura de palhas de babaçu. Por não ter paredes e/ou telas, os alunos reclamaram bastante sobre incidência de insetos hematófagos, como os piuns. Segundo as crianças, a grande quantidade de insetos prejudica o desempenho nas atividades escolares, pois ao serem picadas, as mesmas ficavam bastante incomodadas e não conseguiam prestar atenção nas aulas. Na comunidade Morro Grande a escola é mais estruturada, embora também não tenha paredes. Entretanto, dispunha de diversos materiais didáticos e um ambiente mais propício a realização das aulas. E na comunidade Baliza a professora acabara de chegar e as aulas estavam sendo realizadas embaixo de árvores, contudo existe na comunidade um barracão fechado (escola) construído para realização das aulas, mas por não ter alojamento para o professor, o mesmo não estava sendo utilizado.

Diante dessas dificuldades, alguns moradores da comunidade se reuniram em mutirão para limpeza do terreno para posterior construção do alojamento.

Nas demais localidades não existem escolas, todavia, nas comunidades Humaitá e Morro do Félix, duas ribeirinhas que sabem ler e escrever, sendo que uma delas concluiu o Ensino Fundamental em escola regular, se propuseram a alfabetizar as crianças de suas comunidades, ensinando-as as vogais, o alfabeto e a escreverem seus nomes enquanto outros professores não são enviados para trabalhar na RESEX. Durante a visita de campo foi possível acompanhar o recebimento de alguns materiais didáticos para serem utilizados pelos alunos das mesmas durante as aulas. A precariedade da educação explica o alto grau de analfabetismo, que segundo as informações socioeconômicas levantadas para realização do Plano de Manejo no ano de 2008, atingia 72% dos moradores (PLANO..., 2012).

No que diz respeito à saúde, quando necessitam com maior urgência de serviços médicos, os ribeirinhos se deslocam para aldeias próximas, onde sempre há enfermeiros, que com autorização dos indígenas podem atender aos ribeirinhos.

Quando se trata de malária, duas ribeirinhas das comunidades Morro Grande e Humaitá foram selecionadas e realizaram na cidade de Altamira um curso de Agente de Endemias e Microscopia para poderem atuar fazendo o diagnóstico, acompanhamento e medicação de moradores que adoecessem dessa enfermidade. Entretanto, existe preconceito por parte dos próprios ribeirinhos, que em muitos casos ainda preferem se deslocar para aldeias a se submeter aos exames realizados pelas agentes de endemias locais. Estes justificam o receio em serem atendidos pelas mesmas, devido não acreditarem que estas tenham conhecimento e experiência suficientes.

Em relação ao transporte, este é também mencionado como um dos principais entraves para os moradores da RESEX, uma vez que os mesmos não têm qualquer assistência ou sistema de transporte para longas distâncias. A maior parte das famílias possui pequenas embarcações, sendo algumas movidas a motor. No entanto, quando necessitam se deslocar para a cidade de Altamira ou São Félix não existe meio de transporte disponível, embora a Associação formada pelos moradores locais tenha adquirido um barco maior (lancha) que esporadicamente é utilizado para longas viagens já que é mantido através de recursos próprios, que na maior parte das vezes é escasso, não suprimindo as necessidades para manutenção e compra de combustível.

Desse modo, quando necessitam, as famílias pegam caronas nos barcos dos regatões que trabalham na RESEX ou em voadeiras que se deslocam, quase que diariamente, transportando índios até as aldeias ou das aldeias até a cidade de Altamira. Em ambos os

casos, como as embarcações passam distantes da beira, as famílias acenam como panos brancos a fim de serem visualizadas. Desse modo, o código já exprime a necessidade de carona, que só é possível quando existe vaga na embarcação.

Entretanto, vale ressaltar que na Comunidade Morro Grande existe um barco exclusivo para o transporte escolar, que segundo informações é mantido pela Prefeitura de Altamira, juntamente com o salário pago a um ribeirinho que atua como piloto da embarcação.

Outro aspecto tido como direito básico é a comunicação, que também é considerada como fator a ser melhorado na RESEX, pois somente quatro famílias das comunidades Baliza, Pedra Preta, Morro Grande e Morro do Félix dispõem dessa tecnologia para a comunicação com a cidade, envio de informações sobre datas de reuniões, avisos, solicitações, comunicação com parentes e com moradores de outras RESEXs, etc.

Os rádios foram cedidos às comunidades e ficam nas casas de algumas famílias específicas, cujo critério de escolha não foi informado. Todavia, em virtude da distância entre as residências, o acesso aos rádios para comunicação externa, em alguns casos, se torna difícil. Além disso, algumas famílias se negam a ter acesso aos mesmos por motivos pessoais, isto é, por terem problemas ou rixas com a família que possui o rádio.

Durante a pesquisa, as famílias se mostraram insatisfeitas com a quantidade de rádios que existem na RESEX e relataram que em muitos casos, os rádios são utilizados para “focacas” entre os moradores. Além disso, verificou-se que a comunicação realmente é precária não somente no que diz respeito à quantidade de rádios disponíveis e a distância para deslocamento para obtenção do acesso, mas também no que diz respeito ao repasse de informações entre os moradores.

Essa afirmação deve-se ao fato da observação relativa a transmissão de informações sobre uma reunião do Conselho Deliberativo com moradores que estava sendo promovida pelo ICMBio. Geralmente, quando os gestores contactam os moradores, a informação é repassada a primeira residência que atende ao chamado e esta fica responsável por disseminar às demais famílias. No entanto, na primeira comunidade se tinha notícia que a reunião ocorreria em determinada data, em outra comunidade a notícia era de que a reunião havia sido cancelada, em outra que a reunião estava confirmada e por último, em outra comunidade a reunião estava marcada para outra data. Enfim, a situação remetia a brincadeira “telefone sem fio”, uma vez que as informações estavam totalmente dispersas e contrárias de uma comunidade para outra.

Enfim, todos os problemas de infraestrutura e busca de direitos básicos como educação e saúde corroboram com aqueles descritos por Brito (1995) e Amend e Amend

(1992) apud Vianna (2008, p. 181-182). Além dessas limitações, os autores destacam outros problemas inerentes as UCs em todo o mundo. Dentre eles destacam-se: a inexistência de apoio político institucional, a escassez de recursos financeiros para investimento na área, a deficiência dos planejamentos de manejo, limites indefinidos ou inapropriados, deficiência de controle e vigilância, entre outros, que podem ser associados ao caso da RESEX Rio Xingu.

Diante dessa análise, onde apontasse o planejamento de manejo como um problema que atinge UCs em esfera mundial, o próximo tópico trará discussões acerca de efetividade desse Plano na RESEX do Xingu, bem como a incorporação das regras pelas comunidades locais.

6.3 O PLANO DE MANEJO E O ENTENDIMENTO DAS NORMAS: AS REGRAS SÃO CUMPRIDAS?

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que rege sobre as UCs brasileiras, no Artigo 23, dispõe sobre algumas condições para posse e uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais em áreas de RESEX e RDS. O parágrafo 1º dispõe que “as populações de que trata este artigo obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação”. O parágrafo 2º, desse mesmo artigo, estabelece normas para uso dos recursos naturais por estas populações, instituindo nos incisos: I - “a proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem seus *habitats*”; II - “a proibição de atividades e práticas que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas”; III - “demais normas estabelecidas na legislação e no Plano de Manejo da unidade e no contrato de direito real de uso” (BRASIL, 2000, Art. 23).

A partir das regulamentações expostas nessa Lei, percebe-se que pode haver múltiplas interpretações sobre possíveis penalizações que as populações tradicionais podem sofrer pela prática de determinadas atividades. Ao apenas definir proibições, a lei não especifica quais as atividades que podem ser realizadas nas RESEXs, tampouco as exemplifica, o que permite que, em muitos casos, por desconhecimentos dessas regras, as populações realizem atividades que já faziam parte do seu cotidiano e foram, de uma hora para outra, proibidas. Como exemplo podem ser citadas a caça e a pesca, que são habitualmente realizadas por estas populações e por isso essenciais para manutenção dos modos de vida. Na maioria dos casos, em virtude da falta de conhecimento em relação às espécies ameaçadas de extinção, a captura de animais incluídos nesta lista é realizada, o que de acordo com o SNUC é interpretada como

prática de crime, onde os moradores podem ser multados ou até presos. Tal situação é base para geração de conflitos entre gestores e comunidades tradicionais habitantes de UCs.

Sobre este panorama, pode-se analisar que o modelo de UCs adotado no Brasil possui consequências indesejáveis (ARRUDA, 2000), uma vez que, mesmo quando são implantadas UCs de uso sustentável como a RESEX Rio Xingu, existem intervenções nos modos de vida das comunidades locais, conforme Brito (1995 apud VIANNA, 2008), que destacam que praticamente todas as UCs produzem mudanças de variados graus de intensidade no que diz respeito a dinâmica seguida pelas populações residentes em relação a apropriação e uso dos recursos naturais. Diante disso, Arruda (2000) discorre que a partir da implementação de uma área protegida, alguns atos corriqueiros podem passar a ser criminalizados, como por exemplo: a caça, a pesca, a utilização dos recursos da floresta, a retirada da lenha para cozinhar, etc., uma vez que muitas espécies animais ou vegetais que, historicamente, eram utilizadas e consumidas pela população tradicional local no seu cotidiano podem ter seu uso proibido, desconsiderando os aspectos culturais e sociais estabelecidos ao longo de gerações.

Diante disso, quando mal interpretadas, as normas estabelecidas para as UCs podem acarretar em desobediência e em alguns casos, a permanência dos modos de vida conforme a tradição estabelecida ao longo de gerações, isto é, para uma população que possui determinado costume existem dificuldades para modifica-lo sem que haja apoio institucional externo para a valorização de suas tradições e cultura.

No contexto amazônico, formado por cenários de grandes conflitos que, atualmente, se resumem, principalmente, a questões socioambientais, as comunidades tradicionais ainda não são devidamente reconhecidas do ponto de vista político e social, e muitas vezes, os modos de vida destas ainda são discriminados mesmo quando são criadas UCs de uso sustentável. No caso das RESEXs, teoricamente, as relações internas, o contrato de concessão de direito real de uso, bem como o uso dos recursos naturais são normatizados a partir da coparticipação das famílias moradoras na elaboração de um Plano de Manejo⁵⁴, que está previsto na Lei 9.985/2000 (SNUC). Neste documento devem ser abrangidas às áreas da UC, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos (Art.27). Este artigo ressalta ainda que é assegurada a ampla participação da população residente tanto na elaboração e na atualização, quanto na implementação do Plano.

⁵⁴ Segundo a Lei 9.985/2000, Art. 2, Inciso XVI, Plano de Manejo é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

O Plano de Manejo possui como um de seus componentes o Plano de Utilização⁵⁵, que delimita as ações quanto ao uso dos recursos naturais por parte dos moradores locais, isto é, as regras que devem ser seguidas pelas comunidades locais para garantia de sua permanência na área. Na RESEX Rio Xingu o Plano de Utilização (Anexo D) foi formulado durante cinco reuniões que ocorreram nas comunidades locais com participação das famílias e de representantes do ICMBio, ISA, FVPP, UFPA, entre outras instituições. Desse modo, foram estabelecidas regras no que diz respeito a:

- **Localidade e moradores**, isto é, os locais que podem ser utilizados para estabelecimento de residências, as regras relacionadas à entrada e permanência (moradia), as regras de convivência entre os moradores, no que diz respeito a estabelecimento das áreas de produção e coleta de castanha e borracha. Neste item, as principais regras dizem respeito à entrada e permanência (estabelecimento de moradia) de filhos e parentes de ribeirinhos que residem na cidade. Como norma estabeleceu-se que caso estes desejem morar na RESEX devem realizar um procedimento específico, com redação de uma carta que deverá ser lida em presença da maior parte dos moradores, para posterior encaminhamento ao Conselho Deliberativo, que após análise, dá a resposta.
- **Atividades extrativistas**, onde é estabelecido como se dá a propriedade dos seringais, o direito de uso, as regras sobre a utilização de madeiras em pé e caídas, etc. Neste caso, a regra que mais se destaca é que, caso seja encontrada alguma árvore de mogno ou castanheira caída, é necessário que o ribeirinho entre em contato com o ICMBio para que um representante do órgão possa se deslocar da cidade à RESEX até o local onde está caída a árvore para demarcação do ponto com GPS, tirar fotos e realizar análises e anotações sobre o motivo e a quantidade de tempo em que a árvore está caída, para em seguida, analisar se o ribeirinho pode usar a madeira da mesma. Somente após o recebimento da autorização, os ribeirinhos podem retirar a madeira da árvore para utilizá-la.
- **Atividades agrícolas**, onde são estabelecidos os tamanhos que podem ser as áreas de produção, quais os produtos que podem ser comercializados, como deve ser a

⁵⁵ De acordo com o Inciso III do Artigo 6º da Instrução Normativa 01/2007, “Plano de Utilização: consiste nas regras internas construídas, definidas e compactuadas pela população da Unidade quanto às suas atividades tradicionalmente praticadas, o manejo dos recursos naturais, o uso e ocupação da área e a conservação ambiental, considerando-se a legislação vigente. É o documento base para que seja firmado o Termo de Compromisso entre a população tradicional beneficiária da Unidade, que receberá a concessão do direito real de uso, e o Instituto Chico Mendes” (PLANO..., 2012, p. 104).

utilização do fogo e regras para a criação de pequenos animais. Em relação a realização dessas atividades, como destaque normativo do Plano de Uso, estão o tamanho máximo das áreas destinadas para o cultivo, que são de 2,64 hectares por ano, e o limite de 10,56 ha que podem ser abertas ao longo da vida de uma família ribeirinha.

- **Pesca.** Neste item o Plano de Uso define quem são os regatões que podem comercializar na RESEX, os utensílios que podem ser utilizados na realização da atividade, bem como delimita os locais em que algumas famílias em específico podem pescar e as penalidades em caso de descumprimento das regras. Sobre esta atividade algumas regras definidas são: a necessidade de autorização para pescar na frente da casa de outro ribeirinho; a pesca comercial só pode ser feita com o uso de tela, linha ou caniço e espinhel de até 30 anzóis, sendo proibido o uso de malhadeira e tarrafa, sendo esta última proibida por lei nacional. No caso da malhadeira, é permitido o uso de um pano de malhadeira por família, com malha a partir de 12, somente para pesca de subsistência e “poderá ser usada uma tarrafa pequena (tarrafinha) para pegar isca”.
- **Animais silvestres** só podem ser caçados para alimentação e esta deve ser realizada nos limites da RESEX, sendo proibida a comercialização. Quando estes animais são encontrados ainda pequenos devem ser criados soltos.
- **Entrada de não moradores** só é permitida após o pedido de autorização e análise da mesma, no caso de visitas a parentes e/ou conhecidos. Em caso de solicitação para o estabelecimento de residência dentro dos limites da RESEX é necessário à redação de uma carta que será analisada pelos moradores e posteriormente pelo Conselho Deliberativo, conforme apresentado no item Localidade e Moradores.
- **Penalidades.** Este item diz respeito às sanções que poderão sofrer os ribeirinhos que descumprirem as regras estabelecidas. Em primeiro lugar, aquele que descumprir as regras será chamado à atenção e registrado em carta o acontecido, bem como a ciência (notificação) ao morador. Em caso de reincidência, o Conselho Deliberativo irá decidir se há possibilidade de outra chance ou não e novamente registra em carta a notificação. Caso o descumprimento da regra se repita, o ribeirinho será expulso da RESEX, sendo eliminado do cadastro de moradores e perdendo todos os direitos.

Diante da apresentação das principais regras estabelecidas para a RESEX, propõe-se como necessária a análise sob o ponto de vista dos ribeirinhos dos aspectos relacionados ao

planejamento e execução do Plano de Manejo e entendimento das normas por parte dos mesmos.

Posteriormente a criação da RESEX foram realizadas visitas às famílias pelos órgãos responsáveis a fim de marcarem reuniões para formulação do Plano de Manejo da UC. No total ocorreram cinco reuniões, sendo quatro reuniões pequenas por terem ocorrido em uma comunidade específica e com a participação dos moradores desta região e uma reunião grande que ocorreu na Comunidade Morro Grande com a presença de representantes de todas as comunidades da RESEX. Sobre as reuniões, a construção do Plano de Manejo, o relato abaixo é interessante para discussão.

“Construíram esse Plano mais que na doida. Eles faziam assim: como era que os seus pais faziam isso e isso assim? Nós gastava tanto tempo. E agora? Agora nós só gasta a metade. E eles (expressão de anotação)...Quantas linhas de terras vocês querem pra plantar? Ah, eu só gasto uma linha. É só uma linha??? E quem era mais esperto gritava: uma linha é pouco, bota dez linhas ai. Ai fomos até que chegamos na discussão de oito linhas de roça na discussão. E disse: olha, quanto vai ser de terra pra vocês? O governo vai dar pra vocês quinze quilômetros de terra pra traz. Assim não, assim nós que divide. Ai começaram. Como é a caça? Vocês caçam até aonde? Ai o fulano disse: eu só caço ali ao redor de casa. Ai anotavam “só ali ao redor de casa”. Ai nisso nós fomos se prejudicando. Ai a pesca? o que vocês usam pra pescar? Ah, a gente usa a malhadeira, a tarrafa. A tarrafa não pode que é proibida por lei. Ai o fulano grita: ah, mais malhadeira também não quero. Ai perdemos as duas” (Entrevista 11).

Percebe-se que as normatizações foram debatidas ou decididas por meio de uma metodologia que parece não ter ficado clara para todos os ribeirinhos. Analisando as entrevistas, todas as famílias parecem não ter entendimento sobre a nova realidade na qual se viram imersas, isto é, as mesmas desconhecem a noção do que é uma RESEX. A falta de entendimento sobre o que é uma RESEX e quais seriam as atividades que poderiam ser realizadas, bem como as limitações que seriam impostas influenciou nas decisões sobre as normatizações que foram estabelecidas, pois apesar de ter havido realmente a participação das famílias na formulação do Plano, estas não sabiam do que se tratava, pois em 100% dos casos, quando perguntado sobre o entendimento das mesmas sobre o que era uma Reserva Extrativista e sobre as atividades que poderiam ser feitas, todas as respostas foram vagas e imprecisas, o que evidencia que até hoje as comunidades não entenderam efetivamente o conceito e as bases que motivaram a criação desse tipo de Unidade para a área.

Essa imprecisão permite deduzir que, embora tenha ocorrido o empenho das instituições que estavam engajadas na criação da RESEX, a rapidez para realização das

reuniões para criação do Plano de Manejo prejudicou a metodologia utilizada, pois apesar de ter havido, de acordo com os depoimentos, a tentativa de explicação sobre o cenário pelo qual estavam passando e sobre as normatizações que seriam impostas, a linguagem utilizada não permitiu a efetividade da comunicação. Essa situação pode remeter a falhas de linguagem como destacam Pimbert e Pretty (2000, p. 196), que relatam que mesmo em casos em que existe a participação popular podem ocorrer declarações públicas que nada tem a ver com as definidas pelo público que participou, visto que “os termos utilizados significam coisas diferentes para pessoas diferentes”.

Assim, talvez o mais adequado seria que ao invés de simples extensão houvesse também a comunicação, conforme sentido proposto por Freire (1983), o qual esclarece que não existe a possibilidade de relação comunicativa se entre os sujeitos não se estabelece a compreensão em torno da significação dos signos. Desse modo, os profissionais que trabalham como gestores dessas áreas poderiam se permitir a imersão nas comunidades tradicionais na tentativa de aproximação e entendimento da linguagem, da cultura e das atividades realizadas pelas famílias, antes de propor a formulação de qualquer Plano de Manejo, o que, aparentemente, no caso da RESEX Rio Xingu, devido a conjuntura pela qual estava passando e a necessidade de agilidade para criação da UC, não foi possível.

Hoje em dia, 26% das famílias reconhecem que ocorreram falhas de comunicação e entendimento da linguagem dos “de fora”, sendo esse o principal fator que prejudicou o entendimento dos próprios ribeirinhos sobre as regras estabelecidas com a concordância dos mesmos.

“Tu sabe qual foi decisão errada que eu achei errada? Porque olha, muita gente aqui, na maioria, não sabe o significado das palavras. Quando for passar as informação das coisas lá de fora tem que passar na linguagem ribeirinha, beiradeiro” (Entrevista 11).

“Agora... sabe porque esse pessoal aqui... quando veem esses pessoal de fora... sabido eles não conversam o português claro. Tá entendendo. Às vezes tem muito beiradeiro aqui... tu tá conversando... eu tou conversando... talvez tu não pode tá entendendo o que eu tou falando. Então... eu não tou falando o português. Eu tenho que explicar . Antes... o pessoal sabe a tradição nossa aqui. O pessoal vem de fora e dizem: “Ah! Vocês não sabem de nada”. Mas eles não veem a tradição nossa. Nesse tempo que a gente passou fora... estudou um pouco... a gente já ver que tem tradição.... carrega alguma coisa de tradição [...] Aquilo que eu tava falando pra você... eles não falam o português... eles falam do jeito deles... esse pessoal sabido... eles lá tão entendendo... mas aqui... os ribeirinhos tem o mesmo direito... tem ribeirinho inteligente... mas tem outros já sabe atrasado um pouquinho. Aí eles tão falando aqui... o ribeirinho não tá entendendo. Aí eles pegam... chegam aqui com um papel... é né... coisas que eles pega... “Assina aqui”. Nem o próprio ribeirinho não

tá sabendo o que ele vai assinar... às vezes é alguma coisa boa... outras ruim. Ai depois que assina... leva pro computador e pronto. Já era... assinou... tá aqui” (Entrevista 15).

Outro fator que determinou a escolha das regras estabelecidas no Plano de Uso foi a participação passiva das famílias, isto é, por não entenderem a linguagem dos “de fora”, cerca de 17% dos entrevistados afirmou que durante as reuniões, por timidez diante da “inteligência” dos “de fora”, deixaram de opinar ou mantiveram postura passiva, concordando com o que estava sendo estabelecido pelas outras famílias e pelos gestores. Além disso, essas famílias destacaram que adotaram essa postura por receio de sofrer repressões caso discordassem do que estava sendo estabelecido nas reuniões sob o comando de autoridades externas.

Essas percepções dos ribeirinhos são destacadas no trecho:

“Eu considero é aquela coisa... quando um pequeno... às vezes que ele é tão inocente... ou tão se chamado de não sabido. Quando ele ver a presença das autoridades... eu acho que pra falar... ele se aparenta... ele fica parentado... Fica nervoso. Fica nervoso... e não pode falar/ não vai falar o que se aproveita.... vai falar uma coisa que acha que os grandes tava...desapoiando ele daquela atitude assim [...] Eu acho assim que é falta de conhecimento. E os pessoais não falam: “gente se vocês não quiser... não é obrigado”. Eles colocavam em pauta... e os pessoais achavam que era obrigado a fazer aquilo... sabe. Porque tem pessoas que nunca sentou na frente da autoridade pra conversar. Tá entendendo. Ai quando ver uma autoridade... fica nervoso. Tá entendendo. Ai o cara não vai dizer: “eu já fazia isso... antes eu já fazia antes [...] Toda a tradição... ou seja... a cultura... eles próprios mudaram por não saber dizer não nós quer como era antes. Viram a presença dos grandes... e achou que se pedisse como era antes... achou que os grandes iam querer proibir” (Entrevista 15).

Assim, ao se subestimarem e acharem que caso fossem contra o que estava sendo proposto poderiam sofrer algum tipo de penalização, os ribeirinhos estabeleceram, através da metodologia participativa proposta no Plano de Manejo, leis relacionadas ao uso dos recursos naturais, as atividades de subsistência e regras de convivência das quais hoje se arrependem. Desse modo, pode-se analisar sob a perspectiva de Ostrom (1987 apud FEENY et al., 2001), que as características sociais e políticas de populações que manejam recursos de uso comum, bem como a maneira como estas se relacionam com um sistema político dominante, afetam a habilidade dessas em organizar e manejar essa propriedade.

Essas desconexões nas informações sobre as regras estabelecidas nos Planos de Manejo podem estar ligadas ao fato de que quando são convocadas as reuniões do Conselho Deliberativo, 40% das famílias informaram que não participam e, portanto, não se atualizam

sobre as mudanças que foram estabelecidas após a formulação do Plano de Manejo piloto e que foram incorporados ao Plano de Manejo definitivo. Desse modo, quando determinada família não participa, as informações são repassadas a ela por membros da Comunidade que estavam presentes e assim como ocorre nas conversas via rádio, quando a informação chega, já está carregada de interpretações, o que interfere na compreensão das normas e informações como elas foram, *a priori*, transmitidas.

Este cenário de informações atravessadas que remete à desorganização ou falta de canais de comunicação eficientes é citado também no momento da criação da Associação dos Moradores do Médio Xingu (AMOMEX) no ano de 2007. Aproximadamente 17% das famílias reclamam que a Associação foi criada para cumprir um requisito para a aprovação do Plano de Manejo, sendo os membros escolhidos sem base em critérios pré-definidos e sem terem o conhecimento sobre as responsabilidades de suas funções, conforme trecho:

A primeira briga daqui foi pra fazer a Associação mais que de pressa, não foi? Montaram mais de que de pressa porque é preciso que monte desse jeito, se não a associação não vai ser regulamentada, não vai ter o cadastro dela, não vai ter documentação, aí vai ficar difícil pra vocês conseguirem as coisas. Aí lá montaram a Associação. E não teve nem uma eleição justa. Pegaram só do Morro Grande pra baixo uma turma de gente fizeram lá e agente nem sabia, quando nós soubemos aqui já tava é eleito. Fulano, fulano e fulano vai ser o nosso administrador daqui. E assim fizeram. Uma coisa que assim foi feita tem como crescer em algum dia? Botaram gente nos cargos que não sabia nem o que ele era. Qual era a função dele, o que ele ia fazer, responsabilidade disso que não tinha. Que nem um fiscal meu do conselho que tinha dois. Oh! fiquei espiando e perguntei: “o que você é aqui na Reserva?” eu sou fiscal. “Você é do conselho fiscal?” sou. “e qual é a tua função?” eu não sei. Rapaz, eu ri demais. A secretaria sabia que existia só por nome, não sabia o poder dela [...] Olha não adianta, porque trouxe o conselheiro, trouxe a secretária, trouxe tudo isso, mas nenhum sabe qual o poder que tem o que vai administrar e o que não vai [...] agora eu resumo isso aqui em uma coisa: é uma bagunça só. Que nunca vai terminar (Entrevista 11).

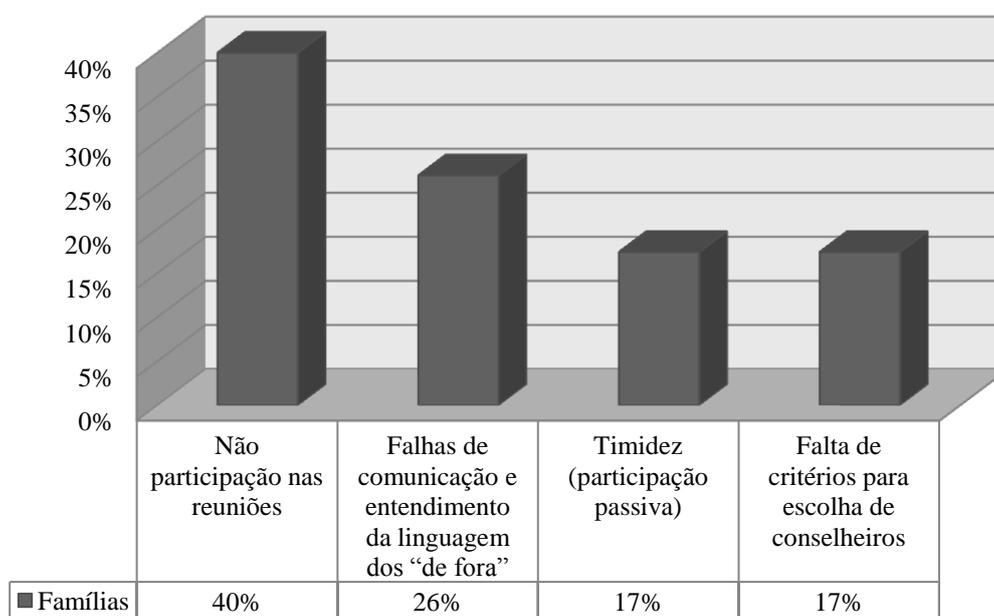
Novamente, fica evidente a importância de uma comunicação mais eficiente, que considere e compreenda a linguagem utilizada pelas comunidades locais, conforme destaca Freire (1983), de modo que ao serem designados para determinados cargos, os mesmos possam entender as suas atribuições. Essa atuação deveria ser, teoricamente, papel das políticas públicas através da figura dos gestores que expõem as populações locais a situações totalmente diferentes das vividas por elas anteriormente, sem oferecer qualquer metodologia assistiva e explicativa visando a efetividade das ações propostas. Mas, há de se considerar que a participação mais efetiva de gestores nas comunidades é algo que deve ser fomentado, principalmente na Amazônia, onde as longas distâncias das UCs em relação às sedes das instituições prejudicam essa efetividade e os recursos físicos e financeiros para implementação de projetos de assistência são limitados.

Do mesmo modo, 17% das famílias destacam que a escolha dos moradores que fazem parte do Conselho Deliberativo poderia ser realizada de outra forma, através da análise de requisitos e explicação das responsabilidades delimitadas para cada função, uma vez que, de acordo com informações, as pessoas não sabem bem as suas responsabilidades dentro do Conselho e tão pouco visitam as demais famílias para saber sobre os seus anseios e levantar informações sobre demandas coletivas que podem ser tratadas nas reuniões decisivas restritas ao Conselho. A denúncia dessas famílias é que as decisões tomadas pelos conselheiros que, teoricamente, deveriam ser em prol do coletivo, levam em conta critérios pessoais dos mesmos em detrimento da opinião de grande parte das famílias.

Diante disso, evidencia-se que as famílias da RESEX ainda não absorveram a nova realidade e a interferência externa, o que refletiu nas relações sociais entre os moradores. Essa concepção deve-se ao fato de que em 100% das entrevistas foram citadas situações de conflito e discórdia entre famílias em virtude de diferentes percepções sobre as regras e o cumprimento dessas. A nova conjuntura da RESEX reflete também na aceitação e absorção das normas estabelecidas para uma boa convivência.

Os diferentes fatores que podem ter influenciado no entendimento das normas e nas relações sociais entre as famílias da RESEX estão relacionadas às ações expressas no Gráfico 3, já explicadas anteriormente.

Gráfico 3 - Fatores que influenciam no entendimento das normas pelos ribeirinhos e nos conflitos internos entre os mesmos.



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

Os dados comprovam que as famílias não compreendem as regras como um todo, o que gerou conflitos a partir do momento em que cada morador faz a sua interpretação sobre as normas e acusa outros de não cumprimento das mesmas. Em aproximadamente 30% das famílias, existem discrepâncias nas informações sobre o que pode e o que não pode ser feito no que diz respeito as atividades realizadas pelos mesmos, especialmente em relação ao uso de alguns apetrechos de pesca. Em decorrência dos motivos apresentados no Gráfico 3, existem múltiplas análises sobre as regras, o que, involuntariamente, pode colaborar para a incidência de atividades que estão proibidas.

Diante disso, as famílias destacam que, por vezes, vão de encontro ao que foi estabelecido como regra, enfatizando em alguns casos que não concordam com certas normatizações. Assim, considerando as normas estabelecidas no Plano de Uso acredita-se ser necessária a análise do entendimento e da aceitação que os ribeirinhos têm sobre as normatizações instituídas, tendo base os depoimentos dados pelos mesmos.

Ao analisar as regras relativas as **localidades e moradores e entrada de não moradores**, 30% das famílias acreditam que algumas normatizações são desnecessárias, pois vão de encontro aos costumes que tinham antes da criação da RESEX. Ao explicarem a regra que define como necessário o pedido de autorização para a entrada de filhos e outros parentes, que após análise, pode ou não ser aprovada, as famílias expõem achar esta regra inconveniente, uma vez que sempre receberam parentes a passeio sem que houvesse a necessidade da autorização.

“Pra mim... pra mim... outras que eu também sou contra. Eu tenho parentes do lado de fora lá... quando vem visitar a família... tem que passar por um processo. Isso eu também sou contra. Não há que seja. Se fosse uma porta fechada que entrasse só por uma porta... aí tudo bem né... tem que passar lá... mas aqui... entra e sai... sobe e desce. Esse plano eu sou contra” (Entrevista 19).

Também incumbidos nesse item, constam as regras a respeito do retorno de antigos moradores à RESEX. Do mesmo modo, estes necessitam passar por um processo que inicia-se com o pedido de autorização, especificando os motivos do retorno para posterior análise do Conselho Deliberativo e moradores. Quando realizada a pesquisa, uma família que havia feito o pedido de retorno e tinha sido autorizada a voltar, enfatizou a sua contrariedade em relação a esta regra, destacando as dificuldades e empecilhos para aprovação de sua volta por parte dos próprios moradores, considerados antigos amigos. Situação como esta diverge dos modos

de vida praticados pelos moradores, visto que estes sempre receberam familiares e parentes sem que houvesse necessidade de autorização.

Sobre as **atividades extrativistas**, 35% das famílias se mostram contrárias a algumas regras, principalmente aquela relacionada ao uso de madeira morta ou caída, onde há a necessidade que o ribeirinho entre em contato com o ICMBio e informe sobre a existência da árvore, para que posteriormente um profissional se desloque para a área para mapear o ponto com GPS, analisar as causas da queda ou morte para somente após emitir a autorização de uso. A insatisfação com esta norma está relacionada à dificuldade de deslocamento para a cidade de Altamira, bem como, para solicitar a vistoria por meio dos rádios que existem na RESEX. Diante dessas dificuldades, essas famílias afirmaram não cumprir esta regra, por acharem que o deslocamento até a cidade compromete as atividades de subsistência e, conseqüentemente, afetam a renda mensal, uma vez que, geralmente, as viagens são realizadas nos barcos dos regatões, que fazem o trajeto em no mínimo três dias, que são contabilizados como perdidos, visto que não são trabalhados. Em virtude da dificuldade logística e financeira para se deslocarem e se manterem na cidade, respectivamente, as mesmas 35% famílias ribeirinhas destacaram que quando necessitam de alguma madeira e esta está disponível em árvore morta ou caída, preferem descumprir a regra, a passar pelo processo burocrático estabelecido.

Alguns depoimentos demonstram a insatisfação das famílias em relação a esta regra e os motivos pelos quais as mesmas não a cumprem.

“Tem que ser assim. Mas tá errado... porque nós mora aqui dentro. Nós somos dono daqui. Esses caras de fora não mora aqui... quem mora é nós. Só vem aqui... é passear... né. A senhora veio passear agora. A senhora pode dizer... “não.. não corta aquele pau... não”. Negativo. Nós toma conta daquele pau... porque nós tamos precisando. Nós tamos naquilo que é nosso [...] Se tem uma castanheira bem ali... eu não vou pegar o meu motor serra... pra derrubar aquela castanheira seca... não. Eu tenho que pegar um pessoal do ICMBio e ir lá... bater a foto... pra levar lá em Altamira... pra saber que essa castanheira tá seca... tá morta. Eu acho que isso é uma regra que não podia ter. Não podia. Podia ter pros de fora... se fosse pra vender... mas pra nós cercar uma casa... pra nós fazer uma porta... uma canoa... não podia ter essa regra. Não é verdade? ... Nós que somos morador nascido. Eu plantei tudo e tá aqui... né. Então... eu acho que essa regra não podia ter... não é verdade? Eu acho que isso... não pode funcionar [...]E aí... como é que faz uma regra dessa? Eu acho que uma regra dessa não podia existir dentro de uma reserva desta. Eu derrubo. Eu derrubo logo. Tenho uma canoa ali. Derrubei ali. Acolá fiz outra. Aqui acolá eu derrubo uns pés. Eu não vou meter o passo como essa canoa aí... em cinco dias... em seis dias eu vou é trabalhar pra fazer uma canoa Pra baixo eu passo seis dias. Eu faço uma hoje... amanhã o cara pede outra canoa... eu não vou ter

condição de ir em Altamira. Eu nunca. Se os caras me prender... eles podem me prender” (Entrevista 14)

“Sabe como é que é? é que nem castanheira. A lei diz que a gente não pode usar castanheira. Mas se ela estiver morta a gente poderia usar porque ela já morreu, né não? A lei ficou dita assim: se por acaso um ribeirinho acha um castanheira, mesmo estando morta, e quiser serrar a madeira pra fazer a madeira pra ele. Ele tem que descer em Altamira, vai atrás de um fiscal que vem aqui ai vai tirar uma foto, medir o tamanho, vai raciocinar quanto tempo tem que aquela castanheira caiu. Se ela realmente tá morta. Ai volta pra lá vai correr atrás dos proclamas tudinho pra poder liberar pra ele serrar/ vai ver se foi o vento que arrancou, ou se foi de velha que ela caiu. Agora tu me diz: nós que moramos toda a vida aqui, a gente vai ter dinheiro pra sair daqui e ir atrás de tudo isso? O cara tava precisando pra fazer uma porta ontem e vai esperar três meses depois. No começo quando elas foram imposta que foi colocada nós cumprimos elas tudinho. Mas a partir do ano passado quando as regras dali foram ditada que a gente entrou em desacordo porque a gente pediu pra elas ser revista [...] Toda a vida a gente tirou a madeira. A gente tirou o pra fazer a canoa, agente tira pra fazer uma casa e nós nunca desmatamos nada. Acho isso horrível” (Entrevista 11).

Diante dessas evidências, parece ser apropriada a análise sob o ponto de vista de Porro, Shiraishi Neto e Veiga (2012), que discorrem que o reconhecimento dos grupos tradicionais requer a garantia de seus direitos, que são legitimados a partir da proteção as práticas sociais, as quais incluem as diversas maneiras de criar, fazer e viver. No caso da RESEX Rio Xingu, as regras estabelecidas teoricamente com participação das famílias locais parecem não satisfazer os requisitos estabelecidos pelos autores, o que permite considerar que as normas estabelecidas tiveram reflexos nos modos de vida das comunidades tradicionais que habitam a área, uma vez que as mesmas se veem diante de situações em que as atividades antes praticadas de forma cotidiana necessitam de autorização, o que as tornam passíveis de penalizações caso haja o descumprimento.

Essa afirmação se legitima a partir do momento em que as famílias discorrem que antes não precisavam de autorização para a entrada de familiares ou para uso de uma árvore morta ou caída. No primeiro caso, foi relatado o cumprimento da regra por todas as famílias, embora 30% discordem com os procedimentos necessários para que um parente possa visitá-los. No segundo caso, por não haver uma fiscalização efetiva na área, foi afirmado por 35% das famílias o não cumprimento da regra. Essa situação pode ser explicada sob o ponto de vista de Bourdieu (2004), que reflete sobre os modos de existência alheios a princípios de regulamentação. O autor discorre que na regularidade das práticas, ou seja, na repetição de

determinados costumes, existe o *habitus*⁵⁶, cuja existência permanece alheia a qualquer situação regrada e regulada e é justamente o *habitus* que permite que as condutas dos indivíduos se mantenham a margem de qualquer referência às regras. Essa mesma análise cabe a outras situações e regras estabelecidas para os moradores da RESEX, como será discutido adiante.

Retornando as normatizações sobre as atividades extrativistas, outro questionamento das famílias relaciona-se à necessidade de pedido de autorização para exploração de alguns castanhais. Esta regra é direcionada às famílias que não residem na RESEX e tem castanhais ativos na área e para famílias moradoras da RESEX que possuem castanhais em outras UCs próximas, como a Estação Ecológica da Terra do Meio. Durante a pesquisa, duas famílias que se enquadram nesses casos foram entrevistadas. Em ambos os casos, as mesmas questionam a obrigação da autorização para explorarem os castanhais que foram estabelecidos por seus ancestrais. No caso da família que possui castanhais na área da ESEC Terra do Meio, a mesma é contrária à demarcação desta Unidade, por acreditar que seus castanhais deveriam fazer parte do território da RESEX e não da ESEC. No entanto, mesmo discordando do procedimento que precisam fazer para explorar os castanhais, as famílias destacaram que sempre cumprem a regra, solicitando a autorização anualmente. O discurso foi comprovado a partir da visualização de várias autorizações escritas emitidas pelos gestores da UC, que ficam sediados no ICMBio de Altamira.

Em relação à **atividade pesqueira**, as regras estabelecidas são as mais mencionadas pelos ribeirinhos quando os mesmos são perguntados sobre o conhecimento e entendimento das normas estabelecidas no Plano de Uso. Apesar disso, existe muita discrepância no que diz respeito ao entendimento das normas, principalmente sobre os locais onde é permitida a pesca e os apetrechos que podem ser utilizados, isto é, sobre a permissão do uso de malhadeira, tarrafa, espinhel e sobre os tamanhos das telas (panos) e quantidade de anzóis, tolerados, respectivamente.

Sobre atividade relacionadas a pesca, no Plano de Manejo consta que a tarrafa é proibida por lei nacional, porém 22% dos ribeirinhos não têm esse entendimento e destacam

⁵⁶ Bourdieu (1983, p. 60-61 apud WITKOSKI, 2010) compreende “As estruturas construtivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e estruturados das práticas e representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente”.

que a mesma está liberada, porém em pequena quantidade e tamanho. Provavelmente, o entendimento das famílias sobre a permissão do uso de malhadeira foi induzido pelo próprio Plano de Manejo, que descreve que “pode ser utilizada uma tarrafinha pequena para pegar isca”. As famílias, ao acharem que a regra foi imposta localmente, destacam que o uso do apetrecho deveria ser permitido, por fazer parte da tradição, onde os pais ou avós que trabalhavam nos seringais faziam uso constante de tarrafas para garantir a janta após um longo dia de caminhadas nas estradas de seringa.

Mesmo a tarrafa sendo proibida, novamente foi percebido que pode não haver o cumprimento desta regra, visto que 22% das famílias acreditam que podem utilizá-la sem que haja qualquer impedimento. Essa percepção se confirma nos depoimentos:

“Mas a tarrafa não tem problema... não. A tarrafa tá liberada. Tá liberada a tarrafa. Porque todo mundo pesca com ela. Mas se nós mesmo fizemos essa regra. Mas nós mesmo caça com ela. Ai não tem proibição nenhuma” (Entrevista 21).

“Na época da seringa eles chegavam de tarde e noite e não dava para conseguir a janta ...ai usava a tarrafa para pescar uns curimatã por isso que não foi proibido já vinha do nossos pais” (Entrevista 3).

Diante disso, percebe-se que o discurso em prol da manutenção da cultura e dos modos de vida ficou evidente para estes ribeirinhos, porém, ao proibir o uso da tarrafa, a metodologia imposta no Plano de Manejo, não considerou essas peculiaridades. Entretanto, essa normatização provavelmente foi planejada visando cumprir uma legislação nacional, a qual os ribeirinhos não têm qualquer conhecimento. Por este apetrecho fazer parte da cultura dos seus ancestrais, ele continua sendo utilizado por algumas famílias.

Este cenário pode ser analisado sob o ponto de vista de Diegues (2001a), pois conforme relatado anteriormente, parte das famílias continua a realizar o manejo dos recursos naturais que condiz com as tradições herdadas dos mais velhos, embora, hoje em dia, alguns elementos que constituem as ações de manejo estejam proibidos. Diegues (2001a) afirma que as representações que as comunidades tradicionais fazem dos diversos *habitats* que utilizam se constroem a partir de uma relação de maior ou menor controle sobre o meio físico. Assim, ao continuarem mantendo os seus sistemas tradicionais conforme a cultura herdada, as famílias concretizam a relação que tem com os recursos naturais. Essas características corroboram com a definição de Bourdieu sobre o *habitus* e podem servir para explicar porque algumas famílias afirmaram continuar realizando atividades que após a criação da RESEX foram proibidas. Além disso, como analisam Pimbert e Pretty (2000, p.196), “a população não

tem compromisso de manter ou apoiar novas práticas” quando não existem incentivos por parte de instituições internas ligadas ao Poder Público, como já discutido anteriormente.

As mesmas análises cabem também a malhadeira que é utilizada por 26% das famílias. Mesmo que somente 26% dos entrevistados relatem possuir malhadeiras pequenas e algumas grandes, pode-se deduzir que o número das famílias que utilizam este apetrecho seja ainda maior, visto que, em aproximadamente 56% dos depoimentos, as famílias fizeram denúncias relativas ao uso do utensílio por vizinhos próximos. Além disso, através de observações foi possível verificar que nos quintais de algumas famílias que afirmaram não possuir tarrafa, o utensílio estava presente, o que permite reforçar a afirmação de que o número de famílias que utilizam o apetrecho seja maior ao evidenciado durante as entrevistas. Entretanto, não foi possível confirmar o número exato, provavelmente porque as famílias ficaram com receio de sofrer algum tipo de penalização.

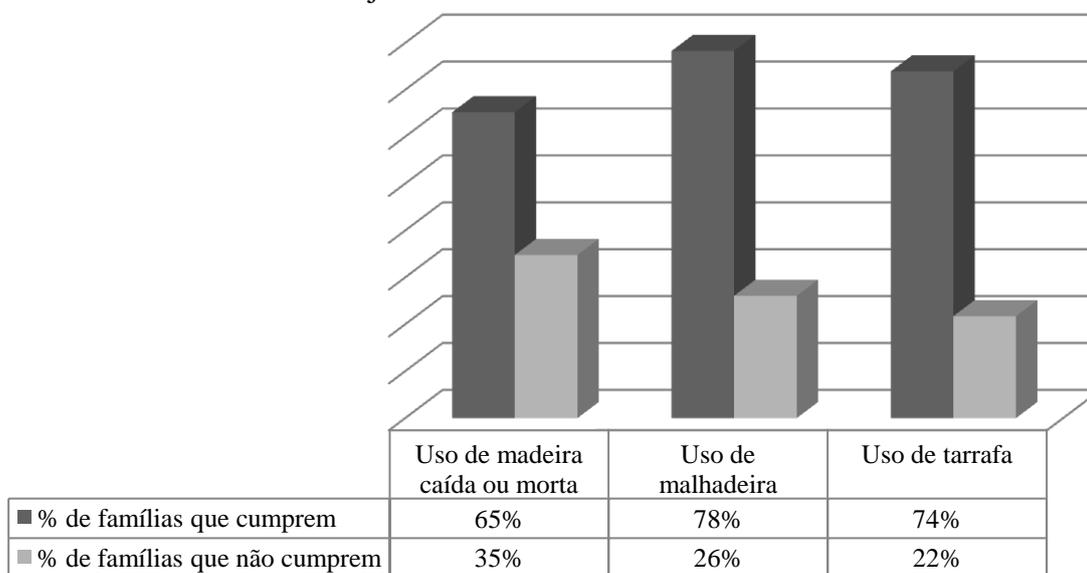
As análises dos dados comprovam que tanto a tarrafa quanto a malhadeira são utilizadas por algumas famílias, conforme suas necessidades. O Plano de Manejo estabelece a permissão do uso de malhadeira com malha a partir de 12 e uma “tarrafinha” para pesca de subsistência. Entretanto, na medida em que as famílias descrevem utilizar apetrechos de diferentes tamanhos, não é possível afirmar que a utilização seja apenas para fins de subsistência. Desse modo, se as mesmas famílias que utilizam malhadeira e tarrafa, o fizerem também para a pesca comercial, acabam por descumprir também a regra que delimita que “a pesca comercial é realizada com tela, linha ou caniço, espinhel de até 30 anzóis”, já que não é possível afirmar que as mesmas usam os utensílios somente para subsistência. Embora, caso seja perguntado, como muitas vezes foi, seja afirmado que o uso de ambos é somente para o consumo.

Em relação as regras estabelecidas que dizem respeito a **Atividades agrícolas e animais silvestres**, as famílias não expuseram nenhuma opinião contrária, visto que, as normas estabelecidas no Plano de Manejo corroboram com aquelas que já faziam parte das práticas tradicionais das mesmas. No caso do uso de área para exploração agrícola, os entrevistados informaram que suas áreas são pequenas em virtude da pouca força de trabalho disponível, uma vez que sua reprodução social é fruto da junção de diversas atividades, o que aumenta a necessidade de maior força de trabalho. O tamanho reduzido das áreas foi verificado através de caminhadas e visitas as áreas de roça. Sobre os animais silvestres, as famílias também não fizeram comentários significativos e, a partir de observações, analisou-se que as mesmas caçam somente para o consumo e quando criam animais silvestres, estes estão sempre soltos.

No que diz respeito ao cumprimento das regras, cabe ressaltar ainda que, embora, parte das famílias informe que descumpra as normas, não houve relatos de penalizações severas sofridas. Entretanto, as mesmas destacam que os gestores aconselham para que estes atuem em conformidade com o que foi estabelecido.

Diante das análises, para uma melhor demonstração do cumprimento das regras pelas famílias, os resultados são apresentados no Gráfico 4:

Gráfico 4 - Comparativo das famílias que cumprem e não cumprem as principais regras estabelecidas no Plano de Manejo.



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

Em panorama geral, analisando o entendimento, as opiniões e o cumprimento das principais normas estabelecidas no Plano de Manejo, pode-se fazer um comparativo com as considerações de Feeny et al. (2001) quando fazem a análise da “Tragédia dos Comuns”. Estes autores afirmam categoricamente que a administração compartilhada ou regulação estatal, ou seja, a presença do Estado ou de uma autoridade externa pode auxiliar bastante populações tradicionais no que diz respeito ao estabelecimento de determinadas normas, sendo a melhor forma de organizar e garantir a preservação. Entretanto, no caso na RESEX Rio Xingu, a interferência externa produziu reação contrária, pois embora pareça que as famílias conseguiram manter seus modos de vida, não alterando significativamente a realização de suas atividades e que as normas estabelecidas em conformidade com as autoridades do ICMBio não chegaram a refletir no processo organizativo, o contrário ocorreu, pois como já exposto, evidenciou-se que existem falhas de comunicação e linguagem que interferiram diretamente na absorção das regras, e conseqüentemente no cumprimento destas.

Ao analisar se as famílias cumprem ou não o que foi estabelecido, se adaptando ou não ao novo cenário imposto pela criação da RESEX, ponderações devem ser feitas, pois mesmo as famílias citando diversos motivos para justificar o descumprimento a algumas normas, o que deve ser lembrado é que essas famílias sempre tiveram um modo próprio de realizar suas atividades, possuindo relações sociais, saberes, tradições e costumes construídos e reconstruídos por gerações a partir das relações com os recursos naturais. Essa herança cultural construiu o próprio saber-fazer local, que interfere no modo como estas famílias se apropriam das normas, isto é, apesar de saberem da existência de novas regras, em muitos casos, o que prevalece é o saber-fazer, pois é nele que se alicerçam ao realizarem suas atividades cotidianas.

Diante disso, mesmo que os dados relatem que a quantidade de famílias que cumprem as regras é superior àquelas que não cumprem, não é possível ter a certeza de que realmente a maior parte age conforme as regras, visto que como discorre Bourdieu (2004, p. 94), as unidades familiares “existem ao mesmo tempo na realidade objetiva das regularidades e das coações instituídas, e nas representações, e também em estratégias de regateio, negociação, de blefe, etc., destinadas a modificar a realidade modificando as representações”. Assim, como estratégia para esses grupos pode existir o blefe, o que no caso da RESEX pode ser comparado ao fato da maior parte das famílias externarem cumprir as regras, Entretanto, como ressalta Bourdieu (2004), se legalizar diante de uma situação implica na estratégia de se colocar-se do lado direito, porém agindo de acordo com os interesses, mantendo as aparências de obediência as regras. Para este autor, essa é uma das regras do jogo, sendo o bom jogador aquele que se reinventa e se adapta as situações variadas. A mesma concepção é mencionada por Diegues (2001b), que analisa que existem situações em que grupos comunitários, ao sentirem seus modos de vida ameaçados, conseguem reagir, inventando e reinventando seus sistemas de reprodução material, social e simbólica.

A partir das contribuições do autor supracitado, pode-se analisar que nem sempre o Estado ou uma figura político-institucional externa, materializada na figura da RESEX e suas normatizações, consegue *a priori* arraigar efetivamente uma organização interna diferente da existente anteriormente que atenda a novos parâmetros estabelecidos, o que se confirma mediante a comprovação que parte das famílias afirma não cumprir as normas. Desse modo, parece que mesmo diante das interferências e de algumas mudanças, o saber-fazer e o *habitus* perpetuado pelas práticas cotidianas das comunidades tradicionais da RESEX, conforme compreende Bourdieu (2004), não parece ter sido significativamente afetado, no que diz respeito as atividades praticadas pelas famílias, porém a mesma assertiva não cabe as relações

sociais, pois em 100% dos depoimentos foi mencionada a ocorrência de discórdias e desavenças decorrentes dos diferentes entendimentos que as famílias têm sobre as regras, o que não quer dizer que anteriormente a criação da RESEX estas relações não existiam. Entretanto, os conflitos, que por ventura, já ocorriam, ao serem impulsionados pelas diferentes concepções das famílias sobre as regras, tornaram-se perceptíveis, ao serem externalizados.

Diante disso, os ribeirinhos, quando perguntados se ocorreram mudanças após a criação da RESEX, discorrem que a principal modificação ocorreu nas relações sociais, visto que, os mesmos não conseguem se unir e organizar devido as diferentes concepções que têm sobre as regras. Desse modo, as famílias passaram a ter desavenças e conflitos e fazem denúncias umas das outras sobre a realização de atividades que foram proibidas e isso teve um reflexo negativo até entre membros de uma mesma família, que passaram a discutir e fazer acusações relativas ao descumprimento do acordado no Plano de Manejo. Essas divergências se externam durante reuniões dos moradores com o Conselho Deliberativo.

“Tá igual era antes. Do mesmo jeitinho. Só modificou que tá dando confusão... que uns usam e outros não tá usando. E é isso que modificou. Mais é isso aí... mas tirando isso aí...todo mundo/ Tá do mesmo jeito” (Entrevista 21).

“Porque aqui é muito difícil menina, olha porque aqui não é uma reserva e vai durar igual como dura lá fora. Digo, olha minha gente... quem teve lá fora como eu tive dentro daqui da reserva, passe daqui até chegar o ponto de lá é muito difícil. A primeira coisa que aqui não tem isso. Ai eu te digo e garanto aqui dentro não tem e nunca vai ter a união. Exatamente. Isso aí é a prioridade maior que não se consegue união dos moradores. Por que, se tivesse a união era fácil. Fica naquele negócio: eu puxo pra cá e vocês puxam dali e mais três puxa “pra culá” e fica. Cada um por lado. Por isso que nada funciona” (Entrevista 11).

“Hoje... por causa das leis... eu já vi coisa aqui que às vezes você bota um pano de rede ali... que eu já ouvir falar... que colhe... um pai de família ter um pano de rede. Aí o cara vai ali... ver que é proibido... diz: “Fulano... vai lá no rádio... fulano tava com dez panos de redes” (Entrevista 15).

Esse cenário permite a análise a partir de Diegues (2001b) que afirma que a experiência brasileira evidencia que ações coletivas a nível local dificilmente tem obtido êxito a longo prazo se não forem alicerçadas por movimentos sociais que prezem por uma ideologia de mudança social e que objetivem a criação de organizações representativas de simbologias transformadoras. Além disso, uma participação comunitária, onde os moradores pudessem se unir em prol de interesses comuns implicaria em mudanças no que diz respeito ao modo como

se expressam e se fazem ouvir, isto é, as famílias poderiam externar problemas, dúvidas e ideias, visando criar grupos de soluções de problemas coletivos, visto que como destacam Pimbert e Pretty (2000), a participação comunitária implica mudança de uma postura de participação passiva, consultiva para uma forma de participação mais efetiva, interativa e atribuidora de poder.

Como destaca Morin (2005, p.160), “o todo só funciona enquanto todo quando as partes funcionam enquanto partes”. Então, para que haja um funcionamento efetivo no que concerne a busca de bens comuns para as comunidades da RESEX, “o todo dever ser relacionado à organização”, o que implica em conflitos. Talvez essa concepção ajude a refletir o porquê da existência de tantos conflitos entre as famílias da RESEX, isto é, pode ser que estas estejam tentando, apenas, se organizar e reorganizar enquanto coletividade que passou por uma grande mudança que foi a criação da RESEX.

Assim, em virtude da emergência de conflitos coletivos e das regras impostas, aproximadamente 22% das famílias acreditam estarem imersas em um ambiente de sujeição, regado de normas, que segundo eles foram fortemente influenciadas por decisões externas. Sobre a imposição de regras às comunidades que vivem em regime comunal de recursos, Mckean e Ostrom (2001, p. 89) recomendam que as populações residentes: a) devem ter o direito de organizar suas atividades ou pelo menos garantir a não interferência; b) “devem ter o direito de modificar suas regras de uso ao longo do tempo”; c) “as regras de uso devem ser claras e facilmente impostas”; e d) devem ser concebidos métodos baratos e rápidos para a solução de conflitos, entre outras. Para estes autores, “regras inflexíveis são quebradiças e frágeis, e podem minar o potencial de um regime de propriedade comum bem organizado”, o que, analisando o contexto atual, pode ser comparado com a situação vivida pelas comunidades tradicionais da RESEX Rio Xingu.

Além disso, as famílias da RESEX destacam que muitas regras foram estabelecidas, porém, as condições para que estas fossem cumpridas não foram subsidiadas, o que abre margem para a reflexão dos ribeirinhos de que a RESEX foi criada somente para proteção ambiental, visto que não existe prioridade para melhoria das condições de vida local, ou seja, os mesmos acreditam que, involuntariamente, estão sendo estimulados a abandonar a área, devido ao descaso que sofrem por parte de muitas instituições governamentais. Sobre cenários semelhantes, Vianna (2008) analisa que sem assistência e capacitação, as populações locais podem ser obrigadas a buscar alternativas fora da UC, o que a autora chama de expulsão branca.

Diante das análises e dos resultados demonstrados, reafirma-se como essencial quando criada uma UC que as populações sejam efetivamente incluídas, conforme Kitamura (2001, p. 104), que destaca que são necessárias “mudanças na forma abordar as unidades de conservação a partir da inclusão do desenvolvimento humano como objetivo associado à conservação”. Este autor ao citar os Projetos Integrados de Conservação-Desenvolvimento (PICD) de Brandon e Wells (1992) destaca que a criação de uma UC sempre acarreta em custos para as comunidades locais. Diante dessa assertiva, estes autores elencam três tipos de tratamentos que atendam as demandas das populações residentes. São elas: a intensificação das fiscalizações, com criação de zonas de amortecimento (*Buffer zones*); a compensação ou substituição direta ou indireta de perdas socioeconômicas para as comunidades locais via projetos; e a implementação de projetos para essas comunidades visando potencializar o manejo mais produtivo dos recursos e que a mesmo tempo garantisse a conservação destes. Desse modo, ao melhorar os modos de vida das populações, a pressão sobre a área protegida poderá ser diminuída.

No caso da RESEX Rio Xingu, embora existam alguns projetos subsidiados por ONGs, visando melhorar o manejo dos recursos e agregar renda aos ribeirinhos, estes não conseguem alcançar todas as famílias e ter o efeito um efeito notório, pois como já exposto, a comunicação, o entendimento sobre as regras e a externalização dos conflitos entre as famílias dificulta a união entre os moradores para que os mesmos acordem vantagens ou subsídios para o bem coletivo e, talvez seja por isso que não conseguem estabelecer um sistema organizacional eficiente do ponto de vista das relações sociais, financeiras e políticas. Assim, mesmo as RESEX sendo um modelo de Unidade de Conservação que objetiva garantir os direitos das populações locais e a manutenção dos seus modos de vida como afirmam Diegues (2001a; 2001b) e Almeida (2008), entre outros, o caso da RESEX Rio Xingu revela que ainda existem falhas no modelo. Entretanto, é preciso considerar que existe um esforço tanto de ONGs quanto do ICMBio em fazer com estes projetos funcionem, é preciso, portanto, encará-los como um processo de aprendizagem e construção, no qual se faz necessária uma participação mais ampliada e efetiva das comunidades tradicionais locais.

Assim, considerando que “nenhum padrão global é aplicável a todos os comuns do mundo” Goldman (2001, p. 50), o modelo atual RESEX necessita ser melhorado do ponto de vista que os moradores entendam e concebam o novo cenário em que foram imersos e possam se articular social e financeiramente para manterem seus modos de vida, pois como relata Goldman (2001), a lógica dos direitos de indivíduos que compartilham recursos naturais de uso comum é mais apropriada do que a de governos distantes que possuem uma visão restrita.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a RESEX Rio Xingu foi criada em função das pressões externas por quais as comunidades tradicionais vinham passando. Entretanto, junto com a segurança proporcionada pela expulsão de grileiros e fazendeiros, a população se viu diante de um cenário totalmente novo que acarretou em processos estratégicos de adaptação, que não foram incorporados simultaneamente e com a mesma intensidade por todas as famílias.

Ao analisar os modos de vida locais, foi percebida a realização de atividades que pouco agridem o meio ambiente, o que justifica a existência de uma relação harmônica (de baixo impacto) com a natureza, o que permite considerar as comunidades locais como tradicionais. É justamente a tradicionalidade que influencia na maneira como as famílias vivem e sobrevivem dos recursos naturais, a partir do trabalho nas águas, nas terras e nas matas. As atividades realizadas pelas mesmas permitem a manutenção dos seus modos de vida a partir do momento em que estas caçam, pescam e produzem na terra visando promover sua subsistência e reprodução social, que se garante também pela pesca e fabricação de farinha com fins comerciais.

Entretanto, com a criação da RESEX, nem todas as famílias compreenderam o novo contexto e assimilaram as mudanças impostas da mesma forma, o que, possivelmente, pode ser resultante de falhas na metodologia participativa adotada durante a formulação do Plano de Manejo em virtude da rapidez com que este teve que ser formulado, sendo este um dos motivos principais que interferiram na compreensão dos ribeirinhos sobre as normas, sendo citado por 26% das famílias. O principal motivo que interferiu na apreensão das normas, alegado por 40% das famílias é a não participação em reuniões, o que é explicado pelas mesmas como falta de estímulo em virtude das discussões e brigas que ocorrem entre os moradores, bem como o não entendimento da linguagem utilizada por gestores e representantes de ONGs. Desse modo, ficou evidente que a linguagem dos “de fora” deve ser melhor ajustada para que haja uma compreensão efetiva por parte dos moradores. Assim, compreende-se que seriam necessárias metodologias coletivas e participativas que permitissem o entendimento mútuo, isto é, entre agentes externos e ribeirinhos.

Além disso, novas metodologias poderiam estimular a participação mais direta e ativa, de forma que as 17% das famílias que se mantêm alheias as decisões, através de uma postura apática e passiva, pudessem expressar sem medo de repressões. Uma mudança na forma como os gestores e ONGs trabalham com essas populações poderia gerar resultados positivos no que diz respeito ao aumento da participação efetiva dos moradores às reuniões. Assim,

essas famílias poderiam ser estimuladas a participação, sendo sensibilizadas a buscar melhorias comuns, através da união e organização coletiva.

No que diz respeito a mudanças nas práticas sociais, de gestão e manejo dos recursos naturais decorrentes da imposição de normas, os resultados apontaram que a maior parte das famílias conseguiu incorporar ao seu cotidiano as regras estabelecidas sem alterar significativamente os seus modos de vida, o que confirma a hipótese proposta inicialmente para a pesquisa. Entretanto, esta análise não cabe à totalidade de famílias, uma vez que, os dados comprovam que uma parte relevante não concorda e não cumpre as normatizações impostas. As motivações que levam as famílias a continuar realizando algumas atividades, que foram proibidas a partir da criação da RESEX, podem estar relacionadas aos costumes e tradições herdados e repassados por gerações, já que tais atividades já faziam parte de seu cotidiano e modo de vida.

Além disso, mesmo que a maior parte das famílias (entre 65% e 78%) afirme cumprir todas as normas estabelecidas, existem indícios de que estas continuem a realizar as atividades conforme faziam antes da criação da RESEX, ficando alheios as normas estabelecidas no Plano de Manejo. Essa constatação é feita em virtude dos moradores fazerem denúncias uns dos outros, afirmando sobre o descumprimento das normas, bem como de observações realizadas em campo, onde famílias afirmaram não possuir determinado elemento proibido (ex.: malhadeira), tinham em seu quintal o apetrecho. Diante desse cenário, cabe a indagação de que será que realmente a maior parte das famílias cumpre o que foi estabelecido ou elas apenas externalizam que cumprem, na tentativa de manter os seus modos de vida inalterados, utilizando-se do blefe como estratégia? Talvez essa seja a realidade que mais se adeque a RESEX Rio Xingu. Entretanto, é preciso lembrar de que como o entendimento sobre as regras se deu de diferentes formas pelos ribeirinhos e o cenário de falta de assistência externa podem ser também motivações para os discursos de denúncia, na tentativa de buscar visibilidade e serem assistidos efetivamente pelo do Poder Público.

Assim, ao finalizar as análises, os dados apontaram que a maior repercussão das normas estabelecidas para a RESEX está no modo como as famílias se relacionam e se organizam, uma vez que, as relações sociais locais mostraram-se desestruturadas em função das intrigas e discórdias que se tornaram mais evidentes devido as diferentes concepções sobre as regras e o cumprimento dessas. Confirma-se desse modo, que os modos de vida, no que dizem respeito a realização das atividades corriqueiras não foi fortemente abalado, conforme proposto na hipótese inicial da pesquisa, porém as estruturas sociais internas, que também incorporam o modo de vida local, sofreram fortes influências, pois as relações

socialmente construídas entre as comunidades tradicionais locais foram influenciadas negativamente com a imposição de normatizações, impulsionando e evidenciando um maior número de conflitos.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, B. Terras indígenas, política ambiental e geopolítica militar no desenvolvimento da Amazônia: a propósito do caso Yanomami. In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. E. (Orgs.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. 2. ed. Belém: CEJUP; Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992. p. 37-58. (Coleção Eduardo Galvão).
- ALLEGRETTI, M. H. **A Construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. Brasília: 2002. 827 f. – Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental) – Universidade de Brasília, 2002.
- ALLEGRETTI, M. H. Reservas Extrativistas: parâmetros para uma Política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, A. et al. (Orgs.); ARNT, R. (Ed.). **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Curitiba, PR: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrad Adenauer, 1994. p. 17-48.
- ALMEIDA, A. W. B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008. 192 p.
- ALMEIDA, M. W. B. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p. 22-52, jun. 2004.
- ARRUDA, R. S. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB, 2000. p. 273-290.
- AZEVEDO, J. R. R. **A conservação da paisagem como alternativa à criação de áreas protegidas: um estudo de caso do vale do Rio Negro na região do Pantanal - MS**. 2002. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BALÉE, W. Cultura na vegetação da Amazônia brasileira. In: NEVES, W. A. (Org.). **Biologia e ecologia humana na Amazônia: avaliação e perspectivas**. SCT/PR/CNPq – Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi (Coleção Eduardo Galvão). 1989. p. 95-109.
- BARRETO FILHO, H. T. Populações tradicionais: introdução à crítica da Ecologia Política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Ed.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: ANNABLUME, 2006. p. 109-143.
- BARTALOTTI, C. C. et al. O. Concepções de profissionais de educação e saúde sobre Educação Inclusiva: reflexões para uma prática transformadora. **O mundo da saúde**. São Paulo, n.32, v.2, p. 124-130, abr./jun. 2008.
- BECKER, B. K. Revisão das Políticas de Ocupação Amazônica: É Possível identificar Modelos para projetar Cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 12, n. 12, p. 135-159, set. 2001.

BENATTI, J. H. Conservação e as Populações Tradicionais: Uma análise Jurídica da Realidade Brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v.2, n. 2, p. 107-126, dez. 1999.

BENATTI, J. H. **Unidades de conservação e as populações tradicionais**: uma análise jurídica da realidade brasileira. Belém-PA. UFPA. 1998.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Dense Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Monteiro. São Paulo: Brasiliense, 2004. 234p.

BOURDIEU, P. Será possível um ato desinteressado? In: **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papyrus, 1996. p. 137-56.

BRASIL. Decreto Nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 fev. 2007. Seção 1, p. 316.

BRASIL. Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Seção 1, p. 1.

BRITO, M. C. W. **Unidades de Conservação**: intenções e resultados. 2. ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2003, 230 p.

CARDOSO, C. V. **As interfaces socioambientais de um lugar em reconstrução: Distrito Serra do Cipó/Minas Gerais**. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARDOSO, D. **Recursos naturais, unidades de conservação e conflitos socioambientais: estudo de caso da Reserva Biológica da Mata Escura no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais**. 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CARVALHO JÚNIOR, J. R. et al. Sobre a pesca de peixes ornamentais por comunidades do rio Xingu, Pará - Brasil: Relato de Caso. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 35, p. 521-530, 2009.

CARVALHO JÚNIOR, J. R. et al. O conhecimento etnoecológico dos pescadores yudjá, Terra Indígena Paquiçamba, Volta Grande do Rio Xingu, PA. **Tellus**, Campo Grande – MS, ano 11, n. 21, p. 123-147, jul./dez. 2011.

CASTRO, A. P. et al. A agricultura familiar: principal fonte de desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades da área focal do Projeto Piatam. In: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. (Orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007, p. 55-88.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). **Faces do trópico úmido**: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997. p. 221-242.

CATTANEO, D. **Identidade Territorial em Unidades de Conservação: ponto de apoio para uma análise epistemológica da questão ambiental**. 2004. 113 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, G. da; JOSÉ e STOLCKE, V. **A questão agrária**. Tradução de Edgar Afonso Malagodi; Sandra Brizollão; José Bonifácio Amaral Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 133-163. (Original 1929).

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 164 p. (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v. 16).

CONCEIÇÃO, M. F. C. Populações tradicionais, sociabilidade e reordenação social na Amazônia. In: COSTA, M. J. J. (Orgs.). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001, p. 141-164.

CONCEIÇÃO CUNHA, C. Implementação das Reservas Extrativistas na década de 1990: o papel do projeto reserva extrativista. In: IV SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL, n. 1, 2009, Rio de Janeiro. **Áreas Protegidas e Inclusão Social: tendências e perspectivas**. Rio de Janeiro, v. 4. p.31-33.

CONCEIÇÃO CUNHA, C.; LOUREIRO, C. F. B. Reservas Extrativistas: limites e contradições de uma territorialidade seringueira. **Theomai**, n. 20, p. 169-185, 2º sem., 2009.

COUDREAU, H. **Viagem ao Xingu**. Tradução de Eugenio Amado. Apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia: São Paulo. Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. 165p.

CUNHA, L. H. O. **Reservas Extrativistas: Uma Alternativa de Produção e Conservação da Biodiversidade**. Manuscrito (não publicação). Nupaub. 2001. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/resex.pdf>>. Acesso em: 26 Ago. 2012.

DAGNINO, R. S. et al. A ação dos atores envolvidos no processo de criação de Unidades de Conservação na região da Terra do Meio (Estado do Pará). ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5, 2010, Florianópolis – SC. **Anais...** Florianópolis: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2010.

DECLARAÇÃO do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento. Rio de Janeiro, junho de 1992. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/documentos/convs/decl_rio92.pdf>. Acesso em 11 jan. 2012. 4 p.

DESCOLA, P. Ecologia e cosmologia. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB, 2000. p. 148-163.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB, USP, 2001. 169 p. a.

DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A.C.C. (orgs.) **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB, 2001, p. 97-124. b.

DIEGUES, A. C.; NOGARA, P. J. **O nosso lugar virou parque**: estudo sócio-ambiental do Saco do Mamaguá-Parati-Rio de Janeiro. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994. 187p.

DIEGUES, A.C. **Diversidade Biológica e culturas tradicionais litorâneas**: o caso das comunidades caiçaras. São Paulo, NUPAUB – USP, 1988.

ESCADA, M. I. S. et al. Processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia (o interflúvio do Xingu/ Iriri). **Revista Estudos Avançados**, v.19, n. 54, p. 9-23, 2005.

FEENY, D. et al. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A.C.C. (Orgs.) **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB, 2001, p. 18-42.

FERREIRA, C. P. **Percepção ambiental na Estação Ecológica de Juréia-Itatins**. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FERRY, L. **A nova ordem ecológica**: a árvore, o animal, o homem. Tradução de Rejane Janowitzer. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009. 252 p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p. (O mundo, Hoje, v. 24).

FREITAS, C. E. C.; RIVAS, A. A. F. A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia. **Amazônia Artigos**. p. 30-32, 2006.

FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

FUTADA, S. M. Avanços normativos e estruturais do SNUC na Amazônia Legal. In: **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira**: avanços e desafios. VERÍSSIMO, A. et al. (Orgs.). Belém: IMAZON; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. 36-42 p.

GOLDMAN, M. Inventando os comuns: teorias e práticas do profissional em bens comuns. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A.C.C. (orgs.) **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB, 2001, p. 43-78.

GRECO, P. et al. Compartilhando experiências de gestão de Unidades de Conservação: a formação dos conselhos deliberativos das RESEXS Riozinho do Anfrísio e Rio Iriri. In: 3 SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL, n. 1, 2007, Rio de Janeiro. **Áreas Protegidas e Inclusão Social**: tendências e perspectivas. Rio de Janeiro, v. 3. p. 201-203.

HAGUETE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 10ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

HAMELIN, P. O fracasso anunciado. In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. E. (Orgs.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. 2. ed. Belém: CEJUP; Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992. p. 161-176. (Coleção Eduardo Galvão).

HEREDIA, B. M. A. A morada da vida: **trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164p.

IBAMA. **Projeto Reservas Extrativistas: Relatório Final da 1ª fase – 1995- 1999**. 2000. Instituto Sócioambiental, 2006. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2331>>. Acesso em 24 de jun. 2011.

KITAMURA, P. C. Biodiversidade na Amazônia: por uma abordagem regional das Unidades de Conservação. In: GARAY, I. E. G.; DIAS, B. F. S. (Orgs.). **Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais: avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. p. 102-111.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 312 p.

LIMA, A. et al.. Função socioambiental da terra: Reforma Agrária e Meio Ambiente (Oficina realizada no II Fórum Social Mundial). In: ESTERCI, N.; VALLE, R. S. T. (Orgs.). **Reforma Agrária e Meio Ambiente**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003. p. 19-36.

LITTLE, P. E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**. Brasília, n. 322, p. 1-32, 2002.

LUNA, M. B. A. Gestão Participativa de Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum: o caso dos fiscais na Reserva Extrativista do Alto Juruá. **Raízes**, Campina Grande, vol. 23, p. 52–61, jan./dez. 2004.

MARÉS, C. F. Direito Agrário e Meio Ambiente. In: ESTERCI, N.; VALLE, R. S. T. (Orgs.). **Reforma Agrária e Meio Ambiente**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003. p. 39-61.

MARTINS, J. S. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão. In: MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 79-112.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, J. B. Observação participante: uma abordagem metodológica para a psicologia escolar. **Semina: Ciências Sociais/Humanas**. Londrina, v. 17, n. 3, set., p. 266-273. 1996.

MATIAS-PEREIRA, J. O processo de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia: a implementação de políticas públicas e seus efeitos sobre o meio ambiente. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, v. 134, n. 34, p. 75-85, abr./jun. 1997.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. v. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974. p. 143-279.

MCKEAN, M. A.; OSTROM, E. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A.C.C. (Orgs.) **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB, 2001, p. 79-95.

MENDONÇA, M. S. et al. Etnobotânica e saber tradicional. In: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. (Orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007. p. 91-105.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Tradução de Maria José da Silveira Linsoso. P. Imprensa. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Estudos preliminares e formulação de uma proposta técnica para a implantação de um mosaico de Unidades de Conservação no Médio Xingu**. Instituto Socioambiental: São Paulo. 2003.

MONTAG, L. F. A. et al. Ictiofauna: diversidade e conservação. In: LISBOA, P. L. B. (Org.). **Caxiuanã: desafios para a conservação de uma Floresta Nacional na Amazônia**. Belém: MPEG, 2009. p. 605-627.

MORIN, E. **O método 1: a natureza da natureza**. Tradução de Ilana Heineberg. 2.ed., Porto Alegre: Sulina, 2005. 480p.

MORSELLO, C. **Áreas Protegidas Públicas e Privadas**. 2. ed. São Paulo, Brasil: Annablume/ Fapesp, 2008. 344 p.

MUNGAI, M. F. **Mosaico de interesses, representações e conflitos: o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG**. 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

NIEMEYER, A. M. de. Desenhos e mapas na orientação espacial: pesquisa e ensino de antropologia. **Textos Didáticos** (Campinas-IFCH/UNICAMP), n. 12, 1994.

NODA, S. N. et al. O trabalho nos sistemas de produção de agriculturas familiares na várzea no Estado do Amazonas. In: NODA, H.; SOUZA, L.A.G.; FONSECA, O.J.M. **Dois décadas de contribuições do INPA à Pesquisa Agrônoma no Trópico Úmido**. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Ministério da Ciência e Tecnologia. Manaus. 1997, p. 241-280.

NORMAND, A. M. K. A força da água – para onde, para quem vai?. In: HEBETTE, J. (Org.). **O cerco esta se fechando**. O impacto do grande capital na Amazônia. Rio de Janeiro: Vozes/Fase/NAEA/UFPR, 1991, v. 01, p. 163-175.

OLIVEIRA FILHO, M. A. M. B.. A luta dos seringueiros e a criação das reservas extrativistas: os trabalhadores da borracha numa perspectiva histórica. **Revista Eletrônica do Cemop**, Sumaré-SP, n.1, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.memoriaopepararia.org.br/revistaeletronica/a-luta-dos-seringueiros.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

OLIVEIRA, A. U. BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, M. (Org.). **Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. 1. ed. Brasília: CNPq, 2005, v.1, p. 67-183.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas, SP: Papirus, 1988. 107 p.

PEZZUTI, J. C. B. et al. A caça e a pesca no Parque Nacional do Jaú, Amazonas. In: BORGES, S.H. et al. (Eds.). **Janelas para a Biodiversidade no Parque Nacional do Jaú**. Manaus: Fundação Vitória amazônica 2004, p. 213-230.

PIMBERT, M. P.; PRETTY, J. N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB, 2000. p. 183-223.

PINTO, M. D. N. Mandioca e farinha: subsistência e tradição cultural. 2003. Disponível em: <http://www.mao.org.br/fotos/pdf/biblioteca/pinto_01.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2012.

PINTON, F.; AUBERTIN, C. O extrativismo entre conservação e desenvolvimento. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). **Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997. p. 263-284.

PLANO DE MANEJO DA RESEX RIO IRIRI, 2010. Aprovado pela Portaria Nº 09, de 02 de fevereiro de 2011 e publicado no Diário Oficial da União de 03 de fevereiro de 2011, seção 1, p. 66. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PM%20Resex%20do%20Rio%20Iriri%202011.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2011. 194 p.

PLANO DE MANEJO DA RESEX RIO XINGU, 2012. Aprovado pela Portaria Nº 62, de 18 de maio de 2012 e publicado no Diário Oficial da União de 21 de maio de 2012, seção 1, p. 120. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PM-RESEX-Rio-Xingu-2012.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2012. 163p.

POLICARPO JÚNIOR. O maior latifundiário do mundo. **Revista Veja**, Brasil: Editora Abril, p. 28-35, jan. 1999.

PONTES JUNIOR, F.; CASTRO, E.; ARAÚJO, R.; MENEZES, M. A. **Terra do Meio: Poder, Violência e Desenvolvimento**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação, 2004, 35 p.

PORRO, N. M. S.; SHIRAIISHI NETO, J.; VEIGA, I. Mais uma luta no campo jurídico: pelo conhecimento tradicional no modo de vida das quebradeiras de coco babaçu. **Caderno de Estudos**. São Luís, 2012, 36p.

PORRO, N. S. M. et al. Conflitos Sócio-jurídicos: a implementação das convenções internacionais e a transmissão de conhecimentos tradicionais. In: ENCONTRO DA ANPOCS, 33, 2009, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Territorialidade Seringueira: Geografia e Movimento Social. **GEOgraphia**, ano 1, n.2, p. 67-88, 1999.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

POSEY, D. A. Manejo da floresta secundária; capoeira, campos e cerrados (Kayapo). In: RIBEIRO, B. G. (Org.). **Suma Etnológica Brasileira**. v.1: Etnobiologia. Petrópolis: Vozes, p. 173-185, 1987.

PRETTY, J. et al. The Sage Handbook of Environment and Society- Sage Publications: London, Los Angeles, Singapore, New Delhi, 2007, 626 pp. Resenha de: GARCIA, L. **Gaia Scientia**, v.1, n.2, p.103-108, 2008.

RAMOS, P. M. S. et al. Etnoconhecimento de pescadores na Amazônia Central: estudo de três comunidades nos lagos Grande e São Lourenço, Manacapuru (AM). In: **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas**. Ano 1, n. 1, Manaus: Edua, 2000.

RUEDA, R. P. Evolução histórica do extrativismo. In: MURRIETA, J. R.; RUEDA, R. P. (Ed.). **Reservas Extrativistas**. UICN/CCE/CNPT, 1995, p. 1-12.

RUNTE, A. **National parks: the American experience**. 4. ed. 1979. 339 p.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Traduzido do francês por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336p.

SABOURIN, E. P. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste Brasileiro. **Raízes**, Campina Grande, v. 20, n.1, p. 41-49, 1999.

SANTOS, G. M; SANTOS, A. C. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n.54, p. 165-182, 2005.

SCALCO, R. F. **Desafios, paradoxos e complexidade na gestão do mosaico de unidades de conservação da Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas – Ouro Preto/MG**. 2009. 228 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2009.

SCHWEICKARDT, K. Reforma Agrária e política ambiental na Amazônia: encontros e desencontros. In: ESTERCI, N.; VALLE, R.S.T. (Orgs.). **Reforma Agrária e Meio Ambiente**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003. p. 81-87.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SILVA, M. R. **Estratégias de conservação da floresta amazônica brasileira: importância das unidades de conservação e das florestas privadas na redução do desmatamento**. 2010. 115 f. Dissertação (VIII Maestría en Conservación y Gestión del Medio Natural). Universidad Internacional de Andalucía, Espanha, 2010.

SILVA, P. A. **Contextualização Sócio-Ambiental da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio: um estudo de caso – Altamira, PA**. 2007. 231 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais) – Universidade Federal do Amazonas, 2007.

SMITH, N. O modelo brasileiro de assentamento na rodovia Transamazônica: agrovilas, agrópolis e rurópolis. **Cadernos do NAEA**, n. 4, p. 71-79, 1977.

SOUZA, G. E. A. B.; COELHO, F. M. G.; DIAS, M. M. Movimentos Sociais dos Seringueiros e a RESEX Chico Mendes: a cada conquista, persiste a necessidade das lutas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49, 2009, Porto Alegre – RS. **Anais ...** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, p. 1-18.

SPÍNOLA, J. L.; CARDOSO, T. M.; TEIXEIRA, C. Espaços e Recursos Naturais Comuns e o Arranjo Institucional Reserva Extrativista: Uma Reflexão sobre Benefícios e os Desafios do Processo de Institucionalização. ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5, 2010, Florianópolis – SC. **Anais...** Florianópolis: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2010.

TAINI, W. **Contextualização da Terra do Meio Prelazia do Xingu – Pará**. 2005. Disponível em: <<http://www.idiocese.com.br/anpb/site/Site.ArqsDownload/03042012093823TERRADOMEIO.PDF>>. Acesso em: 23 Set. 2012.

VASCONCELOS, V. O.; SIQUEIRA, C. T. **Populações ribeirinhas da Amazônia e preservação da cultura tradicional – dilemas em uma sociedade globalizada**, 2008. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/pub/FPF2008/TrabalhoValeriaVasconcelos/artigo_Forum_PF_globalizacao.doc>. Acesso em: 25 jun 2011. 11 p.

VASCONCELOS, V. O. et al. Educação popular e meio ambiente: diálogos com populações tradicionais amazônicas. **Ambiente e Educação**, v.1, n.1, p. 47-66, 2010.

VELÁSQUEZ, C.; BOAS, A. V.; SCHWARTZMAN, S. Desafio para a gestão ambiental integrada em território de fronteira agrícola no oeste do Pará. **RAP**, Rio de Janeiro, 40(6), p. 1061-1075. 2006.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: ANNABLUME; FAPESP, 2008. 340 p.

WALDMAN, M. **Meio Ambiente & Antropologia**. São Paulo: Ed Senac. 2006. 240p. (Série Meio Ambiente 6).

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. 2. ed. São Paulo: ANNABLUME, 2010. 484 p.

WOORTMANN, E. F; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora UNB, 1997, 192p.

APÊNDICE A – PROPOSTA DE QUESTIONÁRIO PARA APLICAÇÃO EM CAMPO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DESENVOLVIMENTO RURAL
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS
MESTRADO EM AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Proposta de Questionário para aplicação em campo

Nº Questionário: _____

A. Histórico familiar e atividades:

1. Nome do entrevistado: _____
2. Apelido: _____
3. Comunidade: _____
4. Informações sobre a família:

Nome	Parentesco	Apelido	Idade	Origem	Escolaridade
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					
6.					
7.					

OBS: _____

5. Quando foi a chegada à RESEX Rio Xingu (Histórico)?

6. Quais as motivações e dificuldades iniciais?

7. Quais eram as principais atividades praticadas pela família? (Plantio, caça, pesca, extrativismo)

-
-
-
8. Como eram realizadas essas atividades? (manejos, áreas utilizadas, demarcação de territórios – seringais e castanhais – etc.).

-
-
-
8. Como era a relação com as outras famílias?

-
-
-
9. Foi realizado algum tipo de divisão de áreas para produção e para a coleta (extrativismo)? Se sim, como ocorreu esse processo e como são demarcadas essas áreas?

-
-
-
10. Houve algum conflito em relação a essas divisões? Explicar.

B. Criação da RESEX:

1. Estava presente quando foram feitos os estudos para a criação da RESEX?
() SIM () NÃO

-
2. Houve consulta aos moradores para a criação da RESEX? () SIM () NÃO

-
3. Qual a opinião sobre a criação da RESEX? Gostou ou não? Por quê?

-
-
-
4. Ocorreram mudanças após a criação da RESEX? Quais?

-
-
-
5. Tem conhecimento sobre o que é uma RESEX e as atividades que podem ser realizadas pelos moradores?

-
-
6. Assinaria para a extinção da RESEX do Rio Xingu? () SIM () NÃO. Por quê?
-
-

C. Plano de Manejo e Plano de Uso:

1. Você [ribeirinho (a)] tem conhecimento sobre o Plano de Manejo e o Plano de Uso da RESEX e as regras que foram estabelecidas por estes?
() SIM () NÃO

2. Houve participação dos moradores para formulação desses planos? () SIM () NÃO

3. Esteve presente no processo de criação da RESEX? Discorrer sobre o histórico.

4. O Plano de Uso estabeleceu alguma mudança nas atividades realizadas pela sua família? Quais?

5. Qual a influência que a criação da RESEX e as normas estabelecidas no Plano de Uso tiveram em sua vida?

6. Você conhece as novas regras que foram estabelecidas no Plano de Uso?

() SIM () NÃO

7. Você está de acordo com as novas regras estabelecidas? () SIM () NÃO. Por quê?

8. Procura seguir as regras estabelecidas? Sim () Não (). Por quê?

D. Situação atual dos moradores e das atividades realizadas:

1. Houve melhorias com a criação da RESEX? (saúde, educação, economia, preservação do ambiente).

2. Você recebe algum tipo de assistência para realização das atividades? (Plantios, caça, pesca, extrativismo)? De quem?

3. Existem atividades que eram realizadas antes e com a criação da RESEX deixaram de ser realizadas? Exemplificar.

4. Se houve mudanças em relação a prática de determinadas atividades: Como fez, já que deixou de realizar determinada atividade? Substituiu por outra atividade? Em que isso implicou?

-
-
-
5. Qual a opinião sobre sua vida antes e depois da criação da RESEX? Houve muitas mudanças? Melhorou? Piorou? Ou continuou do mesmo jeito? As mesmas atividades? A mesma relação com os outros moradores?

E. Sistemas de produção e usos do solo

1. Quais as atividades de produção realizadas pela família? (agricultura, caça, pesca, coleta?)

2. Realiza algum manejo? Qual? Descrever.

3. Procurar descrever como se dá o uso do solo, incluindo as áreas de pesca, coleta, agricultura e caça. (Desenho)

F. Relação com os funcionários do ICMBio e a fiscalização:

1. Como é a relação com os funcionários do ICMBio?

2. Os funcionários do ICMBio realizam visitas constantes à RESEX e às famílias?

3. Fazem algum tipo de fiscalização?

4. Dão informações e prestam assistência? Em que sentido?

5. Qual a sua opinião sobre o trabalho realizado por eles?

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA APLICAÇÃO EM CAMPO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DESENVOLVIMENTO RURAL
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS
MESTRADO EM AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Histórico familiar e atividades

11. Nome do entrevistado:
12. Comunidade:
13. Informações sobre os membros da família (idade, escolaridade, origens - naturalidade):
14. Quando foi a chegada à RESEX Rio Xingu (Histórico)?
15. Quais as motivações e dificuldades iniciais?
16. Quais eram as principais atividades praticadas pela família? (Plantio, caça, pesca, extrativismo)
17. Como eram realizadas essas atividades? (manejos, áreas utilizadas, demarcação de territórios – seringais e castanhais – etc.).
18. Como era a relação com as outras famílias?
19. Foi realizado algum tipo de divisão de áreas para produção e para a coleta (extrativismo)? Se sim, como ocorreu esse processo e como são demarcadas essas áreas?
20. Houve algum conflito em relação a essas divisões?

Criação da RESEX:

7. Estava presente quando foram feitos os estudos para a criação da RESEX?
8. Houve consulta aos moradores para a criação da RESEX?
9. Qual a opinião sobre a criação da RESEX?
10. Ocorreram mudanças após a criação da RESEX? Quais?
11. Tem conhecimento sobre o que é uma RESEX e as atividades que podem ser realizadas pelos moradores?

Plano de Manejo e Plano de Uso:

9. Houve participação dos moradores para formulação desses planos?
10. Esteve presente? Como foi esse processo?
11. Quais as mudanças que esses planos estabeleceram para as atividades realizadas pelas famílias?
12. Qual a influência que a criação da RESEX e as normas estabelecidas no Plano de Uso tiveram em sua vida?
13. Você está de acordo com as novas regras estabelecidas?
14. Procura seguir as regras estabelecidas nos Planos? Sim () Não (). Por quê?

Relação com os funcionários do ICMBio e a fiscalização:

6. Como é a relação com os funcionários do ICMBio?
7. Os funcionários do ICMBio realizam visitas constantes à RESEX e às famílias?
8. Fazem algum tipo de fiscalização?
9. Dão informações e prestam assistência? Em que sentido?
10. Qual a sua opinião sobre o trabalho realizado por eles?

Situação atual dos moradores e das atividades realizadas

6. Houve melhorias com a criação da RESEX? (saúde, educação, preservação do ambiente).
7. Os moradores recebem algum tipo de assistência para realização das atividades? (Plantios, caça, pesca, extrativismo)? De quem?
8. Quais as atividades que eram realizadas antes e com a criação da RESEX deixaram de ser realizadas?
9. Se houve mudanças em relação a prática de determinadas atividades: Como fez, já que deixou de realizar determinada atividade? Substituiu por outra atividade? Em que isso implicou?
10. Qual a opinião sobre sua vida antes e depois da criação da RESEX? Houve muitas mudanças? Melhorou? Piorou? Ou continuou do mesmo jeito? As mesmas atividades? A mesma relação com os outros moradores?

ANEXO A - PÁGINA DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO QUE APROVA O PLANO DE MANEJO DA RESEX RIO XINGU



120

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 97, segunda-feira, 21 de maio de 2012

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 55, DE 18 DE MAIO DE 2012

Altera o Anexo I da Portaria SECEX/MMA nº 29, de 7 de março de 2012, que estabelece, no âmbito deste Ministério do Meio Ambiente, procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias, no exercício de 2012.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições delegadas pela Portaria MMA nº 282, de 20 de agosto de 2009, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.463, de 12 de agosto de 2011 - LDO/2012, no Art. 4º da Lei nº 12.595 - LOA/2012, de 19 de janeiro de 2012 e na Portaria SOF/MP nº 5, de 30 de janeiro de 2012, alterada pela Portaria SOF/MP nº 42, de 9 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º O Anexo I da Portaria SECEX/MMA nº 29, de 7 de março de 2012, passa a vigorar com as datas constantes do Quadro abaixo:

Prazos	Prazos para inscrição das pedidos no SISP e encaminhamento à Coordenação-Geral de Gestão Orçamentária - CGGOS/SPDA	
	Créditos dependentes de autorização legislativa	Créditos autorizados na Lei orçamentária (Decreto)
1º Período	Até 28.03	Até 28.03
2º Período	Até 13.08	Até 13.08
3º Período	08.12	Até 15.10

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO GAETANI

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 18 DE MAIO DE 2012

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007;

Considerando a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que instituiu o Código Florestal e o disposto no art. 46 da Lei nº 9.605/98, Lei de Crimes Ambientais;

Considerando a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, que criou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis;

Considerando o Decreto 6.099, de 27 de abril de 2007, em seu art. 4º e a Portaria nº 341, de 31 de agosto de 2011, em seu art. 1º incisos VIII, XVII e XVIII que dispõe sobre o regimento interno do Ibama;

Considerando o Decreto nº 3.607, de 21 de setembro de 2000, que regulamenta o comércio internacional de espécies e espécimes incluídos nos Anexos I, II e III da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES;

Considerando os termos da Instrução Normativa nº 15 de 06 de dezembro de 2011, que estabelece procedimentos para a exportação de produtos e subprodutos madeireiros de espécies nativas oriundas de florestas naturais ou plantadas;

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade de Florestas - DBFLO, no Processo Ibama nº 02001.003496/2007-73, resolve:

Art. 1º O art. 12 da Instrução Normativa nº 15, de 06 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12 Fica revogada a Instrução Normativa nº 77, de 7 de dezembro de 2005."

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DA COSTA MARQUES

Substituto

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 61, DE 18 DE MAIO DE 2012

Aprova o Plano de Manejo da Floresta Nacional de Passo Fundo, localizada no Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de 28 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012. Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; Considerando que a Floresta Nacional de Passo Fundo, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, atende ao art. 27 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no que concerne a elaboração de seu Plano de Manejo; Considerando que o Plano de Manejo da Floresta Nacional de Passo Fundo foi apresentado ao Conselho Consultivo da Unidade, analisado e aprovado pela Chefe da Unidade de Conservação e pela Coordenação de Plano de Manejo do ICMBio; Considerando que o art. 16 do Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 prevê que o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na sede da Unidade de Conservação e no Centro de Documentação do Órgão executor, e considerando os pronunciamentos técnicos e jurídicos contidos no processo nº 02070.002498/2008-11, RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Manejo da Floresta Nacional de Passo Fundo, localizada no Estado do Rio Grande do Sul;

Art. 2º - Tornar disponível o texto completo do Plano de Manejo da Floresta Nacional de Passo Fundo, em meio digital, na sede da Unidade de Conservação, no Centro de Documentação e na página do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;

Art. 3º - A Zona de Amortecimento constante deste Plano de Manejo é uma proposta de zoneamento para o entorno da Unidade de Conservação, que será estabelecida posteriormente por instrumento jurídico específico;

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

PORTARIA Nº 62, DE 18 DE MAIO DE 2012

Aprova o Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Rio Xingu.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de 28 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012. Considerando o disposto no art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e o Decreto Federal nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta; Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 01, de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo de Unidades de Conservação Federal das categorias RESEX e RDS; Considerando que o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Rio Xingu, instituído pela Portaria 59/2010/ICMBio, aprovou o Plano de Manejo Participativo da Unidade na reunião ordinária realizada nos dias 08, 09 e 10 de junho de 2011, em Altamira/PA, por meio da

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/atenidocid.html>, pelo código 00012012052100120

Resolução nº 12, de 10 de junho de 2011; e considerando os pronunciamentos técnicos e jurídicos contidos no processo nº 02070.00046/2009-77; RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Rio Xingu.

Art. 2º - Disponibilizar para acesso público, em atendimento ao disposto no Art. 16 do Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, o conteúdo integral do Plano de Manejo da unidade para consulta, em versão impressa na sede do Instituto Chico Mendes em Brasília, na sede da Unidade na Altamira/PA e em meio digital na página eletrônica do ICMBio na rede mundial de computadores.

Art. 3º - A Zona de Amortecimento constante deste Plano de Manejo é uma proposta de zoneamento para o entorno da Unidade de Conservação e será estabelecida posteriormente por instrumento jurídico específico.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 9 DE MAIO DE 2012

Dispõe sobre a padronização das placas de identificação das áreas sob Concessão Florestal nas Florestas Públicas da União.

O CONSELHO DIRETOR DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a Gestão de Florestas Públicas;

Considerando a necessidade de identificação das áreas sob Concessão Florestal a partir dos limites das Unidades de Manejo Florestal-UMF;

Considerando a necessidade de padronização dos caracteres, dimensões das logomarcas governamentais, cor e legibilidade visual das placas de identificação das áreas sob Concessão Florestal;

Considerando o disposto nos incisos II e XVI, art. 53, da Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006, que disciplina a operacionalização da concessão florestal e acesso às unidades de manejo e do inciso IV, art. 52, do Decreto nº 6.063 de 20 de março de 2007, que trata da proteção da floresta contra ameaças a sua integridade; resolve:

Art. 1º Toda Unidade de Manejo Florestal-UMF sob concessão florestal deve expor placas padronizadas de identificação de área, conforme modelo contido no Anexo I desta Resolução, em locais visíveis de acesso de pessoas e veículos, conforme especificado pelo Serviço Florestal Brasileiro em diretrizes técnicas.

Art. 2º Para fins dispostos nesta Resolução entende-se por:

I - Placa de identificação: estrutura de sinalização instalada nos locais estratégicos previamente estabelecidos pelo Serviço Florestal Brasileiro, das Unidades de Manejo Florestal das Concessões Florestais;

II - Unidade de Manejo Florestal-UMF: perímetro definido a partir de critérios técnicos, socioculturais, econômicos e ambientais, localizado em florestas públicas, objeto de um Plano de Manejo Florestal Sustentável, podendo conter áreas degradadas para fins de recuperação por meio de plantios florestais;

III - Unidade de Produção Anual: subdivisão da UMF, destinada a ser explorada em um ano.

Art. 3º A placa de identificação deverá ser confeccionada pelo concessionário a partir do arquivo digital fornecido pelo Serviço Florestal Brasileiro.

§ 1º A confecção dar-se-á por meio de processo de pintura, serigrafia ou adesivagem (recorte eletrônico) sobre chapa metálica galvanizada, com 1 ou 2mm de espessura, tratada com fundo anti-corrosivo, virada nas bordas ou aparafusada sobre uma moldura de madeira, nas dimensões especificadas no Anexo I desta Resolução.

§ 2º A placa será confeccionada em tamanho superior ao estabelecido, desde que estabelecidas as proporções contidas no Anexo I desta Resolução.

§ 3º A placa em chapa galvanizada deve utilizar tinta esmalte sintético e seguir as especificações constantes no Anexo I desta Resolução.

§ 4º As logos do Serviço Florestal e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes deverão seguir as especificações contidas nos respectivos endereços eletrônicos <http://www.sfb.gov.br/sala-de-imprensa/espaco-do-jornalista/logomarcas-do-servico-florestal> e <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/manuicmbio.pdf>.

§ 5º No caso do Brasil da República, o mesmo deverá ter seu arquivo baixado do site da Presidência da República no endereço eletrônico: <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/simbolos-tactonais/bmsao>.

§ 6º Devem ser alteradas as informações a respeito do Responsável Técnico na placa de identificação, no caso de sua substituição.

Art. 4º O suporte para fixação da placa deverá ser confeccionado em madeira resistente a intempéries com as dimensões mínimas especificadas no Anexo I desta Resolução.

Art. 5º O descumprimento dos preceitos desta Resolução, constitui infração às cláusulas contratuais que dispõem sobre o objeto desta presente Resolução e à Lei nº 11.284, de 2006.

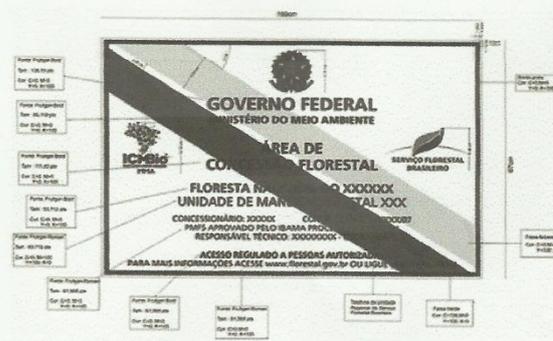
Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS HUMMEL

Diretor-Geral

ANEXO I

Especificações técnicas para confecção da placa de identificação das áreas sob Concessão Florestal.



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO B - Parte 1 - AUTORIZAÇÃO DO SISBIO PARA PESQUISA NA RESEX RIO XINGU



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 34074-1	Data da Emissão: 03/08/2012 17:03
Dados do titular	
Nome: ROBERTA ROWSY AMORIM DE CASTRO	CPF: _____
Título do Projeto: Comunidades tradicionais e unidades de conservação: influência da criação da RESEX Rio Xingu nos modos de vida das famílias locais	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Pesquisas com uso de questionários e entrevistas com a população da área	05/2012	03/2013

De acordo com o art. 33 da IN 154/2009, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa IBAMA nº 154/2007 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio e o material biológico coletado apreendido nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1	ALTAMIRA	PA	RESERVA EXTRATIVISTA RIO XINGU	UC Federal

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 93796618



Página 1/2

ANEXO C - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NA RESEX RIO XINGU EMITIDO NO ESCRITÓRIO DO ICMBio DE ALTAMIRA

Altamira- PA, 25 de maio de 2012.

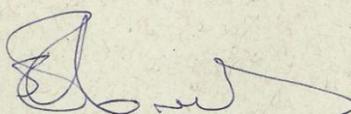
TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na 3ª Reunião do Conselho Deliberativo da RESEX Rio Xingu, foi decidido pelos conselheiros:

1. Autorizar a realização do projeto de pesquisa - "**Comunidades Tradicionais e Unidades de Conservação: A Influência da Criação da RESEX Rio Xingu nos Modos de Vida das Famílias Locais**", que tem como pesquisador titular o Sra. Roberta Rowsy Amorim de Castro vinculado a Universidade Federal do Pará, RG [REDACTED] PC/PA, CPF [REDACTED]
2. Autorizar a pesquisadora, e sua equipe a entrarem na RESEX Rio Xingu, para coletar informações junto aos moradores, com gravação dos depoimentos e fotos do local.

Estando ciente a pesquisadora e sua equipe que não podem realizar atividade de pesca ou caça ou qualquer outra atividade que seja contrária a legislação ambiental, bem como ao plano de uso da reserva.

Esta autorização é válida para o período total da pesquisa de maio/2012 a dezembro/2012, não sendo renovável e nem prorrogável.



Vera Nanci Oliveira-carvalho
Analista Ambiental
RESEX do Rio Xingu
Matrícula 1780246

Vera Nanci Oliveira Carvalho
Chefe Substituta
RESEX Rio Xingu - ICMBio
Port. DOU nº 470 de 23/03/2010

ANEXO D - PLANO DE USO (p. 109-113), COMPONENTE DO PLANO DE MANEJO DA RESERVA EXTRATIVISTA RIO XINGU (2012)

PLANO DE USO DA RESEX RIO XINGU

Sobre a localidade e os moradores:

1. Tem direito a morar na RESEX Rio Xingu aqueles que são reconhecidos pelos moradores como sendo da RESEX, que nasceram ou se criaram na região e por isso estão ou serão cadastrados no ICMBio.
2. O lugar onde mora cada família é chamado de localidade ou colocação, sendo que colocação é mais usado para as estradas de seringa e piques de castanhais.
3. O direito a morar numa localidade e de usar os piques de castanha e estradas de seringa passa de pais para filhos moradores, os filhos que moram na cidade devem escrever uma carta conforme o que diz o item 45.
4. Um morador pode “dar” a sua localidade para outra pessoa desde que seja ribeirinho também. Aquele que “dá” uma colocação para outro ribeirinho, seja casa, castanhal, estrada de seringa, ou qualquer outra área de uso, deve informar para o resto dos moradores e ao ICMBio para evitar confusões no futuro.
5. Quando um ribeirinho abandona uma localidade ou colocação para ir morar fora da RESEX, continua sendo o “dono” da localidade e pode voltar a morar nela quando quiser. Os filhos têm direito a ficar na colocação dos pais.
6. Quando um ribeirinho abandona uma colocação pode vender para outro ribeirinho as benfeitorias que tem na área como a casa, a roça etc.
7. Quando um morador abandona uma localidade para morar em outra, deve isolar a casa antiga. Não pode ter duas casas dentro da RESEX.
8. Se um morador quiser mudar para um lugar onde não mora ninguém, nem é área de pesca de outros moradores, nem fica perto dos castanhais ou seringais ou qualquer outra área de uso de outro morador, não precisa pedir autorização.
9. Se um morador quiser se mudar para uma localidade onde vai ter vizinhos, deve pedir autorização dos vizinhos antes de se mudar.
10. A mudança dos ribeirinhos de uma localidade para outra deve ser informada ao ICMBio para que seja alterado no cadastro do ribeirinho e também à associação de moradores.

Sobre as atividades extrativistas:

11. O “dono” do seringal é aquele que abriu e limpou a estrada de seringa pela primeira vez, é ele quem tem direito a cortar seringa nesse seringal. O direito de uso do seringal passa de pais para filhos.
12. O “dono” do castanhal é aquele que abre o pique pela primeira vez, e que sempre tirou castanha daquela área. O direito de uso do castanhal passa de pais para filhos.
13. Antigos moradores da RESEX que moram atualmente na cidade e que têm castanhais dentro da RESEX têm o direito de entrar na reserva todo ano para tirar castanha das áreas que todos os moradores reconhecem que pertencem a essa pessoa ou família.
14. O “dono” do castanhal pode pedir ajuda de outros familiares mesmo que não morem na RESEX para tirar castanha.
15. Quando existir algum problema sobre quem é “dono” de um castanhal ou seringal, os que estão com esse problema devem chegar a um acordo. Se não conseguirem então devem marcar uma conversa convidando o ICMBio e a Associação para participar.

16. Em algumas áreas da RESEX existem árvores de copaíba que poderiam ser usadas para extração do óleo e venda deste óleo.

17. A madeira é usada para construir as casas, os móveis, canoas, remos e demais utensílios domésticos. Também é usada madeira seca para lenha.

18. A madeira caída pode ser usada para a construção de móveis e pequenos artigos de madeira que podem ser comercializados, precisa de apoio para esta atividade.

19. Caso sejam encontradas árvores de mogno ou castanheira caídas e o ribeirinho queira usar a madeira deverá entrar em contato com o ICMBio para ele ir ao local, tomar os dados necessários (ponto do GPS, fotos, realizar análises para saber quanto tempo faz que a árvore caiu, motivo da queda etc) e encaminhar autorização para que a madeira possa ser usada. Até ter resposta os ribeirinhos não podem mexer com a árvore caída.

20. Existe interesse por parte dos moradores de começar a usar alguns produtos da floresta que poderiam vir a fazer parte da renda da família, eles são: copaíba, jatobá, açai, bacaba, coco babaçu, amapá, várias espécies de cipó, capemba do anajá e do pati, golosa, piqui, pariri, taperebá, cacau brava, ingá, cupuaçu do mato, óleo de palha.

Sobre as atividades agrícolas:

21. Cada família coloca normalmente quatro linhas ou tarefas de roça por ano, podendo chegar a colocar oito linhas no mesmo ano. A cada quatro ou cinco anos voltam a trabalhar na mesma área que já virou capoeira.

22. Cada família abre ao longo da vida uma área aproximada de 32 linhas.

23. É usado fogo na roça e às vezes sem acero. Quando é perto da casa fazem acero e controlam com água. Se for usar fogo tem que proteger as árvores importantes, como a castanheira, seringueira, as madeiras de lei.

24. Existem produtos da roça que podem ser produzidos para comercialização como arroz, feijão, milho, farinha, café, cacau, banana, jerimum, abóbora, melancia, abacaxi, dentre outros.

25. Os animais criados na RESEX hoje são galinhas, cachorros, gatos, porcos e patos. O dono dos animais é responsável dos prejuízos que os animais estando soltos possam vir a causar nas colocações de outros ribeirinhos.

26. Os ribeirinhos mostraram interesse em trabalhar com abelhas, o que pode ser mais uma fonte de renda para os moradores.

Sobre a pesca:

27. Podem pescar para vender dentro da RESEX somente os ribeirinhos cadastrados como moradores.

28. Para mariscar na frente da casa de um ribeirinho tem que ter autorização dele.

29. A pesca comercial é realizada com tela, linha ou caniço, espinhel de até 30 anzóis.

30. É proibido na RESEX Rio Xingu o uso de malhadeira e a **tarrafa** é proibida conforme a lei brasileira, por isso não pode usar tarrafa na RESEX Rio Xingu.

31. Pode ser usado um pano de malhadeira por família, malha a partir de 12, para pesca de subsistência (alimentação dos moradores) somente.

32. Poderá ser usada uma tarrafinha pequena para pegar isca.

33. Quando um barco, canoa, ou morador for pego usando materiais de pesca que desrespeitem as regras estabelecidas neste plano de uso, os materiais de pesca serão apreendidos e a legislação, aplicada.

34. No lago do Sales só pode pescar a família do Chico Branco e no lago Cotijuba só pode pescar a família do Chiquito, para pescar nesses lagos tem que ter autorização deles.

35. Na maioria dos igarapés e lagos não é permitido pescar para vender, exemplo são o Igarapé Dantas, o Floresta e o lago do Chico Chibé.

36. Nos igarapés Estragado, Piracui e Aparecida pode ser realizada pesca comercial.
37. 05 usuários são reconhecidos pelos ribeirinhos como pescadores para venda na RESEX, eles moram na cidade ou em uma área fora dos limites da RESEX, mas sempre pescaram dentro da área da reserva. São eles: Nildo e Luciano (filhos do Bernaldo), Francisquinho, Valdeci, Raimundo.
38. Regatões que podem comercializar peixe na RESEX são: Ed, Silas, Neca, Pedrinho, Ordéli, Altino, Zezinho, Aldenor e Valdeci, Palito, Ricardo.
39. A pesca de acari só pode ser realizada pelos ribeirinhos cadastrados na RESEX.
40. É realizada pesca de acari dentro da área da reserva para venda. Para pescar acari na frente da casa dos outros tem que pedir autorização.

Sobre os animais silvestres:

41. Os animais do mato quando encontrados pequenos são criados livres pelos moradores e depois soltos ou utilizados na alimentação.
42. Só podem comer a carne de caça dentro dos limites da RESEX.
43. A caça é realizada só para comer (caça de subsistência) e somente os ribeirinhos cadastrados podem caçar dentro da RESEX. A caça é realizada com espingarda, facão e as vezes acompanhados de cachorro.

Sobre a entrada de não moradores:

44. Qualquer pessoa estranha (não conhecida dos ribeirinhos, ou que não more na RESEX, incluídas as instituições da cidade) para visitar a RESEX tem que pegar autorização no ICMBio. Na autorização deverá ter o porquê da viagem, onde vai ficar, quanto tempo e o que vai fazer. Qualquer ribeirinho pode pedir para a pessoa mostrar essa autorização.
45. Para começar a morar na RESEX a pessoa interessada deve seguir os seguintes passos:
- 1º) Escolher um local para fazer a casa e a roça;
 - 2º) Fazer uma carta para Associação de Moradores que deverá ler a carta em uma reunião geral, com a presença da maioria dos moradores, e anotar os votos e comentários.
 - 3º) A associação envia o pedido e a lista de presença para o ICMBio que encaminha ao Conselho Deliberativo, junto com a opinião dos moradores.
 - 4º) O Conselho Deliberativo verificará se há algum problema ou risco de conflitos, autorizando ou não à família a ir para o local.
 - 5º) Com as autorizações da associação e do Conselho Deliberativo, a família pode se mudar para o local escolhido e fazer a abertura de roça e construção da casa, ser cadastrada na RESEX e participar de todos os benefícios da RESEX.

Sobre as penalidades:

46. Qualquer um que desrespeitar os acordos deste Plano de Uso terá as seguintes penalidades:
- 1º) Primeiro chama a atenção da pessoa e é feita uma carta para que conste que foi chamada a atenção, isso é feito com a associação e os moradores ou pelo ICMBio.
 - 2º) Da segunda vez, coloca a pessoa no conselho, o conselho pode decidir se dá mais uma chance ou não. Faz a carta e deixa registrada.
 - 3º) Da terceira vez a pessoa é eliminada do cadastro da RESEX e perde todos os seus direitos e tem que sair da RESEX.

47. Regra de BOA CONVIVÊNCIA: As pessoas que estejam arrumando confusão vão seguir o mesmo processo que aqueles que desrespeitem o Plano de Uso (item 46).